UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CAMPUS PALMEIRA DAS MISSÕES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS

Paula Regina Bernardi

REFORMA AGRÁRIA E (DES) CONTINUIDADE NA REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR: A TRAJETÓRIA DO ASSENTAMENTO MACALI I EM RONDA ALTA/RS

Palmeira das Missões, RS
2018

Paula Regina Bernardi

REFORMA AGRÁRIA E (DES) CONTINUIDADE NA REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR: A TRAJETÓRIA DO ASSENTAMENTO MACALI I EM RONDA ALTA/RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Campus Palmeira das Missões, como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Agronegócios.**

Orientador: Prof. Dr. Olívio Alberto Teixeira

Palmeira das Missões, RS
2018

Bernardi, Paula Regina
Reforma agrária e (des) continuidade na reprodução socioeconômica da agricultura familiar: a trajetória do Assentamento Macali I em Ronda Alta/RS / Paula Regina Bernardi.- 2018.
140 p.; 30 cm

Orientador: Olívio Alberto Teixeira
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Campus de Palmeira das Missões, Programa de Pós Graduação em Agronegócios, RS, 2018

1. Assentamento Macali I 2. Agricultura familiar 3. Reforma agrária 4. Reprodução socioeconômica. I. Teixeira, Olívio Alberto II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

© 2018
Todos os direitos autorais reservados a Paula Regina Bernardi. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.
E-mail: paulareginabernardi@hotmail.com

Paula Regina Bernardi

REFORMA AGRÁRIA E (DES) CONTINUIDADE NA REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR: A TRAJETÓRIA DO ASSENTAMENTO MACALI I EM RONDA ALTA/RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Campus Palmeira das Missões, como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Agronegócios.**

Aprovado em 08 de outubro de 2018:

Olívio Alberto Teixeira, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Antonio Flores, Dr. (UFSM)

Daniela Kuhn, Drª. (UFRGS)

Palmeira das Missões, RS
2018

Dedico este trabalho a todas as pessoas que foram luz durante minha caminhada de formação pessoal e acadêmica, em especial para minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por toda luz recebida especialmente durante essa caminhada, pelas pessoas que colocou no meu caminho e por ter me guiado nas mais de 60 viagens que fiz entre Ronda Alta e Palmeira das Missões durante o período do mestrado.

Agradeço imensamente ao meu orientador Prof. Dr. Olívio Alberto Teixeira, pelo companheiro sensacional que foi durante a construção desse projeto. Esse mesmo Deus que menciono no parágrafo anterior, sabe quantas vezes eu agradeci pelo Universo ter colocado o professor no meu caminho, sempre me ajudando e compreendendo a vida, não tão simples, de quem trabalha e estuda.

Agradeço a minha família, pelo apoio, carinho, preocupação e incentivo. A minha mãe, quase coautora desse projeto de estudo por observação empírica, toda minha gratidão, pelo exemplo de profissional, cujo amor e dedicação com a extensão rural, me inspiram.

Ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul, meu agradecimento: A Universidade Coorporativa, por ter permitido que eu frequentasse as aulas durante o horário de trabalho; A administração da Agência de Ronda Alta, por também ter permitido que eu frequentasse as aulas; A todos os colegas da agência que entendiam e incentivavam o meu estudo e, além disso, “cobriam” o trabalho nos momentos de ausência; A Unidade de Negócios Rurais, pela recente oportunidade de trabalhar na área de especialização do mestrado.

Ao Cartório de Registro de Imóveis de Ronda Alta e aos queridos amigos que lá trabalham por terem permitido acesso gratuito ao acervo.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da UFSM, por terem sonhado e realizado esse curso.

Aos colegas do Programa, todo meu carinho por ter dividido essa caminhada com vocês, em especial a Eliane e o Bruno, certamente um dos maiores legados será a amizade de vocês.

Agradeço de todo coração, a cada pessoa, que me recebeu em sua casa e gentilmente respondeu a pesquisa: vocês são a razão desse trabalho existir! Obrigada.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

REFORMA AGRÁRIA E (DES) CONTINUIDADE NA REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR: A TRAJETÓRIA DO ASSENTAMENTO MACALI I EM RONDA ALTA /RS

AUTORA: Paula Regina Bernardi
ORIENTADOR: Prof. Dr. Olivio Alberto Teixeira

A reforma agrária no Brasil costuma ser uma das questões centrais nos debates acerca das desigualdades sociais no país. No final dos anos 70, ressurgem no Brasil os movimentos sociais de luta pela terra. O Assentamento Macali I, localizado no município de Ronda Alta/RS tem representatividade simbólica nesse contexto visto que foi o primeiro assentamento criado no Brasil, em que a área foi reivindicada por meio de uma ocupação organizada por trabalhadores rurais sem terra. Passados mais de 30 anos da criação desse assentamento, as famílias assentadas traçaram as mais diversas trajetórias, sendo que muitas delas não possuem mais vínculo com o assentamento. Nesse sentido a pesquisa teve como objetivo estudar os processos de continuidade ou não na reprodução socioeconômica das famílias assentadas, com relação aos lotes recebidos no projeto de Assentamento Macali I – Ronda Alta/RS, entre os anos de 1998 – 2017. Para tanto foi utilizada uma abordagem metodológica qualitativa, e os dados foram coletados por meio de entrevistas com informantes chaves, pesquisa documental e bibliográfica, além de entrevistas com uma amostra de ex-moradores do assentamento. O material coletado, foi analisado, a partir da perspectiva metodológica de análise de conteúdo, contando com o auxilio de um *software* de análise de dados qualitativo, o *MAXQDA versão 2018,* e do *software MS Excel.* Dentre as análises, destaca-se que, 55% das famílias que compunham o assentamento em 1998, possuem a propriedade do lote em 2017. Entre os principais fatores elencados como motivadores para venda dos lotes, destaca-se a falta de sucessão, a baixa rentabilidade do empreendimento, bem como melhores oportunidades de estudo para os filhos na cidade. Finalmente, esta pesquisa ressalta ainda que, dos 56 lotes assentados originalmente, apenas 9 deles permanecem ainda na propriedade de assentados fundadores e que, em larga medida, a evasão dos fundadores ocorreu antes de 1998. De fato, nos lotes comercializados após 1998, pode-se perceber um predomínio da produção de grãos, sinalizando uma tendência a expansão desse tipo de cultura após a venda dos lotes.

Palavras-chave: Assentamento Macali I. Agricultura familiar. Reforma agrária. Reprodução socioeconômica.

ABSTRACT

REFORMA AGRÁRIA E (DES) CONTINUIDADE NA REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR: A TRAJETÓRIA DO ASSENTAMENTO MACALI I EM RONDA ALTA /RS

AUTHOR: PAULA REGINA BERNARDI
ORIENTADOR: PROF. DR. OLIVIO ALBERTO TEIXEIRA

Land reform in brazil is usually one of the central topics on debates towards social inequality in the country. In the late 70s, social movements that fight for the land rise again in Brazil. The Macali I settlement, located in the town of Ronda Alta/RS, has a symbolic meaning in this context, considering that it was the first settlement ever created in Brazil, where the land was claimed through an organized landless farm workers occupation. Over 30 years after the settlement creation, the settled families took different paths, and many of them don't have bonds with the settlement anymore. That way, the research objected to study the process of permanence or not in the socioeconomic reproduction of the settled families, related to the plot of land received in the Macali I settlement project in Ronda Alta/RS, between 1998 and 2017. In order to allow that, a qualitative methodological approach was utilized, and the data were collected through interviews with key informants, documental and bibliographic research and interviews with a group of former residents from the settlement. The collected material was analyzed from a content analysis methodological perspective, with the aid of a qualitative data analysis software, MAXQDA, version 2018, and MS Excel software. From the analysis, it is highlighted that 55% of the families that were part of the settlement in 1998 still possess the plot of land in 2017. Among the main factors listed as motivators to the plot selling, it is highlighted the lack of family succession, low cost-effectiveness of the enterprise, as well as better education opportunities for children in the city. Ultimately, this research also emphasizes that, from the 56 originally settled plots, only 9 of them still remain in the land of founder settlers and, in large scale, the founder's evasion happened before 1998. Indeed, in the plots commercialized after 1998, it's possible to see a grain production predominance, signing a tendency to the expansion of this kind of crop after the plot sale.

Keywords: Macali I settlement. Family farming. Land reform. Socioeconomic reproduction.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 − Mapa de localização do município de Ronda Alta/RS 37
Figura 2 − Linha do tempo dos acontecimentos envolvendo a Fazenda Sarandi entre os anos de 1962 e 1979 48
Figura 3 – Linha do tempo dos principais acontecimentos do Assentamento Macali I, entre 1979 e 2018..... 67
Figura 4 – Momento em que os assentados receberam a anuência dos lotes no Assentamento Macali I 70
Figura 5 – Trajeto do município de Ronda Alta/RS até a sede do assentamento Macali I.... 75
Figura 6 – Fundação do MST no 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais Sem Terra em 1984 – Cascavel/PR 90
Figura 7 − Imagem e localização do Monumento em homenagem os Trabalhadores Rurais Sem Terra na Esquina Natalino, Ronda Alta/RS 101
Figura 8 – Localização dos lotes da Fazenda Macali I, conforme tipologia dos lotes..... 115

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 − Situação da propriedade dos lotes do assentamento Macali I em 2017 - Ronda Alta/RS (2017) 93
Gráfico 2 – Origem dos agricultores que faziam parte do assentamento no ano de 1998 94

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais características do projeto de assentamento enviado ao INCRA em 1998 59
Quadro 2 – Resumo do diagnóstico situacional do assentamento entre 2014 e 2018 62
Quadro 3 − Resumo do diagnóstico situacional do Assentamento Macali I, entre os anos 1979 e 2018..... 64
Quadro 4 − A Modernização da Agricultura na região Noroeste do Rio Grande do Sul 100

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 − Número e área total dos estabelecimentos agropecuários no Brasil, com declaração de área conforme três extratos em porcentagem, 1975 a 2006 34
Tabela 2 – Situação da propriedade versus origem do produtor 95
Tabela 3 – Características dos cinco moradores/vendedores de lotes no Assentamento Macali I após 1998 108
Tabela 4 – Razões para tomada de decisão de vender o lote no Assentamento Macali I após 1998 108

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATRA	– Associação dos Trabalhadores de Ronda Alta
CAR	– Cadastro Ambiental Rural
CONTAG	– Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COPREL	– Cooperativa de Energia e Desenvolvimento Rural Coprel
CUT	– Central Única dos Trabalhadores.
EMBRAPA	– Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESALQ	– Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
FAO	– Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FEBRAPDP	– Federação Brasileira de Plantio Direto e Irrigação.
FETAG	– Federações Estaduais de Trabalhadores na Agricultura
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMAFLORA	– Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
INCRA	– Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
KTH	– O Instituto Real de Tecnologia
MASTER	– Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MST	– Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PCB	– Partido Comunista
PROCERA	– Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
PRONAF	– Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	– Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PTB	– Partido Trabalhista Brasileiro
ULTAB	– União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
USP	– Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 25

1 A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E O OBJETO DE ESTUDO 33
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA QUESTÃO 33
1.2 O LÓCUS DA PESQUISA DE CAMPO: CONTEXTO E CARACTERÍSTICAS 37

2 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO ASSENTAMENTO MACALI I 41
2.1 MOMENTOS QUE ANTECEDEM A OCUPAÇÃO 41
2.2 A OCUPAÇÃO DA FAZENDA MACALI E A CRIAÇÃO DO ASSENTAMENTO 46
2.3 O DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO 49
2.4 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS AO LONGO DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO 66

3 PERMANÊNCIA E ABANDONO DOS LOTES NO ASSENTAMENTO 79
3.1 A REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR 79
3.1.1 Os debates das ciências sociais agrárias do Brasil 80
3.1.2 O processo de construção de uma agricultura familiar unificada na luta e na organização sociopolítica 87
3.2 AS DIFERENTES TRAJETÓRIAS FAMILIARES DO ASSENTAMENTO MACALI I 92
3.3 A PERMANÊNCIA *VERSUS* ABANDONO DOS LOTES ANTES DE 1998 96
3.4 “OS GRANJEIROS ESTÃO TOMANDO CONTA DO ASSENTAMENTO” 99

4 REFORMA AGRÁRIA E O ASSENTAMENTO MACALI I 105
4.1 PARA ONDE FORAM OS JOVENS DO ASSENTAMENTO? 105
4.2 RAZÕES PARA PARTIR: A DECISÃO DE VENDER O LOTE 107
4.3 OS OBJETIVOS DA REFORMA AGRÁRIA E O CASO DO ASSENTAMENTO MACALI I 109
4.4 AS ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO DAQUELES QUE FICARAM NO ASSENTAMENTO 113

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 117

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 121

APÊNDICES 131

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS I 133
APÊNDICE B – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS II 136
APÊNDICE C – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS III 137
APÊNDICE D – PLANILHA *MS EXCEL* PARA COLETA DE DADOS NO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS 140

INTRODUÇÃO

Por que é importante estudar história?
Porque é preciso entender o passado para compreender o presente.
Elizete Raimondi.

A epígrafe inicial dessa dissertação, embora possa, com alguma dificuldade, ser encontrada em referências bibliográficas, na verdade, ela está registrada nos cadernos de história do ensino fundamental e na forte lembrança da autora dessa pesquisa. No primeiro dia de aula, a professora de história indagava aos jovens alunos essa pergunta: Por que é importante estudar história? Porque é preciso entender o passado para compreender o presente. Nesse mesmo sentido, é com esse pensamento, que o estudo se propõe a discutir algumas das questões agrárias contemporâneas dento de um contexto local, da trajetória histórica do Assentamento Macali I, no município de Ronda Alta /RS.

O Brasil é um país com uma extensão territorial de dimensões continentais, considerado um dos maiores produtores de alimentos do mundo. No ano de 2016, a FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, elaborou um ranking a respeito da produção mundial de alimentos, o qual classificou o Brasil como o maior produtor de cana-de-açúcar, laranja e café e como o segundo maior produtor de soja (FAO, 2016). No ano seguinte, em 2017, o agronegócio representava 22,8% do PIB brasileiro (CEPEA, 2017). Outra característica marcante no país é a existência de um dualismo econômico. Ora, no Brasil, se de um lado o país gera enormes riquezas por meio da produção de alimentos; de outro, são extremamente relevantes às desigualdades sociais e econômicas presentes.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua), realizada pelo IBGE, sinalizou que, em 2016, 7,8% a dos domicílios brasileiros sobreviviam com uma renda mensal *per capta* inferior a um quarto de um salário mínimo (IBGE, 2017). O dado contribui para a evidencia de que a riqueza gerada nos campos brasileiros não é distribuída de uma forma uniforme entre a população. Para inúmeros pesquisadores as desigualdades sociais brasileiras, possuem raízes na concentração da estrutura fundiária do país. Nesse sentido, de acordo coma leitura de Carvalho (2010), a concentração da propriedade fundiária, é um traço marcante da economia agrária brasileira, se apresenta de forma predominante em benefício de uma pequena minoria. De fato, o autor considera esse o maior e principal obstáculo para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Quando a discussão trata da produção de alimentos no Brasil, logo, entra em cena um valoroso ator: o agricultor familiar. A importância da agricultura familiar transcende os limites do território nacional. De acordo com o relatório divulgado pela FAO, no ano de 2014, muito embora seja difícil de homogeneizar o conceito de agricultura familiar, estima-se que, esses são responsáveis por 80% da produção mundial de alimentos (FAO, 2014). No século passado, os pressupostos teóricos dos autores marxistas, como Vladimir Lenin e Karl Kautsky, previam que, a partir do desenvolvimento capitalista, haveria uma diluição gradual dos camponeses e pequenos produtores, em burgueses e proletários – as duas classes fundantes da sociedade capitalista (KAUTSKY, 1986; LENIN, 1980; 1981). Contudo, ao contrário de que previam esses autores, ao longo do tempo, uma parte considerável destas pequenas propriedades rurais continuavam produzindo sob as mais diversas formas de reprodução socioeconômica.

No Brasil, ao mesmo tempo em que alguns pequenos produtores resistiam, outros acabavam, de fato, deixando o campo e migrando para as cidades. A análise da série histórica dos últimos censos demográficos mostra que, rapidamente, entre a década de 1960 e 1970, a população residente no meio urbano se tornou maior que no meio rural. O processo foi tão acelerado, ao ponto de, em 2010, a população urbana ser, aproximadamente, cinco vezes maior que a rural (IBGE, 2010). Tamanho foi o processo de migração do campo para as cidades, que o êxodo rural se tornou uma questão de política pública, visto que o mesmo pode, em alguma medida, comprometer a segurança alimentar do país.

È notório para todos que, uma das formas do governo promover alternativas para que os agricultores se reproduzam no campo podendo assim contribuir para diminuição das desigualdades sociais existentes, pode ser através de projetos de Reforma Agrária. No entanto, percebe-se que o êxodo rural também está presente nos projetos de Reforma Agrária, principalmente nos assentamentos mais antigos, notadamente onde as propriedades estariam em processos de sucessão. Como bem observa Carvalho (2010, p. 6): “não se deve, entretanto, entender reforma agrária apenas como uma mera distribuição de lotes, que é o que geralmente acontece, mas sim como uma mudança radical na estrutura política e social do campo, sobre o qual o pequeno agricultor tenha autonomia” Tendo por base este quadro conjuntural e a problemática inerente a esta situação, este trabalho se propõe a estudar uma das questões agrárias contemporâneas, que diz respeito a reprodução socioeconômica dos assentamentos da Reforma Agrária brasileira. Assim, partindo do pressuposto de que, para que a redistribuição de terras tenha efetivamente sentido, ela deve perdurar pelas gerações seguintes.

Como objeto de estudo para a discussão desta problemática tem-se o assentamento Macali I, localizado no município de Ronda Alta/RS. No entendimento da pesquisa, o estudo do assentamento Macali I tem a possibilidade de gerar uma base de dados e análises interessantes, nesse contexto. Isso porque, o sucesso obtido na ocupação e formação do assentamento em 1979, serviu de modelo tático para as demais ocupações que ocorreram posteriormente (NAVARRO; MORAES; MENEZES, 2009). Para Stédile (1997), a ocupação da Fazenda Macali, organizada por trabalhadores rurais e lideranças locais, no ano de 1979, deu origem, posteriormente, a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ou seja, é como se esse assentamento fosse um "marco inicial" ou um espelho para formação de outros tantos assentamentos que surgiram, especialmente na década de 1980.

Assim, nesta introdução, é importante destacar que esta pesquisa foi motivada, em larga medida, pelos questionamentos pessoais da própria pesquisadora. Ora, como moradora do município de Ronda Alta/RS, há mais de duas décadas, chamava a atenção e despertava a curiosidade da pesquisadora, o fato de ter acontecido no território do município, um capítulo importante da história da luta pela terra no Brasil. De fato, o próprio hino municipal de Ronda Alta/RS relembra "[...] és o berço de tantos movimentos, que hoje despontam no cenário nacional [...]". Nesse sentido, juntamente com essa curiosidade da pesquisadora e seu apreço por fatos históricos, emergiam ainda um conjunto de outras inquietações com relação aos diferentes caminhos traçados pelas famílias assentadas ao longo do tempo. Faziam assim parte de suas interrogações permanentes na época, questões do gênero: quais são os motivos de algumas famílias continuarem produzindo no assentamento e de outras optarem por se desfazerem de suas terras? Afinal de contas, será que a política pública está falhando em algum momento? Porque os filhos dos assentados costumam sair do assentamento e trabalhar em outras atividades? Como se entenderá a seguir, no momento da explicitação dos objetivos desta pesquisa - foram esses os questionamentos motivadores iniciais desse estudo -os quais representaram parte das motivações pessoais da pesquisadora - terminaram sendo melhor especificados e enquadrados metodologicamente.

Outro aspecto relevante que justifica esta pesquisa é o fato dela contribuir na construção de dados que podem auxiliar e monitorar a criação e gestão de políticas publicas para o mundo rural brasileiro, em especial para os assentamentos de reforma agrária. Por certo, a tomada de decisão governamental quando embasada em pesquisas científicas aumenta significativamente as probabilidades de eficiência e eficácia na execução dos programas.

Com efeito, no período em que esta pesquisa foi realizada, o governo sancionou por meio do Decreto Presidencial nº 9.309, a lei que trata da regularização dos lotes em

assentamentos de Reforma Agrária (BRASIL, 2018). Ao analisar o decreto, parece visível, que o foco de atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) se tornou a titulação dos lotes nos projetos de assentamentos e não mais a criação de novos projetos. No texto do Decreto observa-se que não há um processo de intenso de criação de novos assentamentos, que seria uma forma de "compensar" a migração de pequenos agricultores para as cidades. Nesse contexto recai ainda mais sobre as políticas públicas a responsabilidade de criar alternativas eficientes para que os agricultores familiares entre eles os assentados da reforma agrária possam escolher permanecer no campo. Ora, nos parece que a manutenção e o aumento do número de agricultores familiares no campo estão diretamente relacionados com a segurança alimentar do país; e portanto, parece que a agricultura familiar tem participação relevante na produção de alimentos no país, principalmente quando se trata da diversidade dos alimentos ofertados. Além disso, a diminuição ainda maior do número desses agricultores no campo pode agravar ainda mais a concentração fundiária já existente. De fato, de acordo com Celos (2007), uma política pública, dependendo de sua abordagem, pode diminuir desigualdades, bem como acirra-las, os resultados dependem do seu direcionamento.

Nesse sentido, o trabalho possui um objetivo geral de estudar os processos de continuidade ou não na reprodução socioeconômica das famílias assentadas, com relação aos lotes recebidos no projeto de Assentamento Macali I – Ronda Alta/ RS, entre os anos de 1998 – 2017. Para isso, pretende-se especificamente pesquisar: a trajetória histórica e os principais acontecimentos ao longo processo de desenvolvimento do assentamento; as diferentes trajetórias socioeconômicas com relação à propriedade do lote das famílias que compunham o assentamento em 1998; os principais fatores que diferenciam as trajetórias familiares, com relação a permanência/abandono[1] do lote, no processo de desenvolvimento do assentamento; e, relacionar outras experiências de reforma agrária que possam contribuir para entender o processo local.

Para entender estes processos, é importante destacar que os procedimentos metodológicos desta pesquisa procuraram se desenvolver a partir uma abordagem qualitativa. Com efeito, as pesquisas com abordagem qualitativa, são frequentemente usadas em estudos que visam compreender comportamentos de indivíduos e grupos sociais (MASCARENHAS et al., 2012). Da mesma forma, nesta pesquisa, houve tabelamento de dados no *software MS*

[1] No desenvolvimento do trabalho o termo abandono refere-se ao ato de não pertencer mais ao assentamento, seja ele por meio de venda, abandono ou permuta.

Excel, no entanto em um nível primário de dados o que não chega a caracterizar um pesquisa quantitativa ou com modelos processados a partir destes dados.

Duas das metodologias mobilizadas nessa pesquisa foram a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica. Esses dois métodos são similares, na medida em que consistem em reunir informações sobre o tema estudado, a principal diferença entre ambos são as fontes pesquisadas. A pesquisa bibliográfica tem como fonte, livros, artigos, dicionários, enquanto que na pesquisa documental as fontes são, por exemplo, documentos de órgãos oficiais, como o caso do INCRA nesse estudo (MASCARENHAS et al., 2012). O foco metodológico deste projeto concentra-se portanto em seu estudo de campo. Nessa perspectiva, a coleta de dados foi feita por meio de entrevistas. De acordo com Mascarenhas et al. (2012, p. 69) "a entrevista não é apenas uma bate-papo: é uma conversa que tem o objetivo de obter dados para a pesquisa".

As entrevistas foram realizadas entre os meses de fevereiro e abril de 2018. No total foram coletadas dez entrevistas. Entre os entrevistados estiveram cinco informantes-chaves, sendo eles: dois moradores do assentamento; um técnico da Emater na época da ocupação; o Padre do município de Ronda Alta/RS no período em que o assentamento foi criado – uma liderança do grupo na época; a extensionista da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), a qual assiste a mais de 20 anos a comunidade. Também foram entrevistados cinco ex-moradores do assentamento, os quais venderam seus lotes após 1998. Essas entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, no total somaram-se mais de cinco horas de gravações. A transcrição das entrevistas, em conjunto com algumas observações e percepções da pesquisadora a respeito do objeto de estudo, uma espécie de diário de campo, resultou em um material com oitenta e cinco páginas. Posteriormente, esse material foi analisado, a partir da perspectiva metodológica de análise de conteúdo, contando com o auxilio de um *software* de análise de dados qualitativo, o *MAXQDA* versão 2018.

Outra etapa importante da pesquisa foi a coleta de dados realizada no Cartório de Registro de Imóveis de Ronda Alta/RS, essa que aconteceu em novembro de 2017. O material coletado na pesquisa foi tabulado no *software Excel.* A análise dos dados coletados possibilitou gerar alguns índices simplórios, mas que contribuíram de forma mais estreita para responder o objetivo específico que trata da trajetória das famílias com relação a permanência e abandono dos lotes. Interessante também foi o empenho e curiosidade da equipe do cartório com relação a pesquisa. Talvez por ser, a venda dos lotes no assentamento, um tema que gera uma certa "polêmica" no município, eles também se envolveram na busca por respostas. Além de permitirem gratuitamente o acesso à consulta das matrículas e características de cada lote,

procuraram e forneceram para a pesquisa a cartografia do território, justamente com a caracterização do período em que o assentamento foi dividido na década de 1980.

Assim, após as duas primeiras entrevistas, deu-se início a transcrição das gravações, e logo se percebeu a necessidade de fazer outras perguntas, ou utilizar uma abordagem diferente para mesma pergunta, assim para que a história fosse se encaixando. A partir de então se seguiram mais entrevistas e, mais transcrições, e logo se percebeu que, em verdade, a cada nova entrevista se desenvolvia um roteiro levemente diferente, ou uma adaptação do roteiro básico. De fato, até porque estava se propondo a realização de uma entrevista aberta. Assim, antes da entrevista, ao estudar o roteiro, a ordem e abordagem das perguntas, muitas vezes, era adaptada a qualificação do entrevistado, com o foco principal de que essa fornecesse subsídios para responder o entendimento qualitativo do problema e objeto dessa pesquisa. No momento da entrevista, as questões eram introduzidas conforme os rumos da conversa, pois as vezes a pergunta era respondida mesmo antes de ser formulada. Outro ponto relevante à ressaltar é que no início da pesquisa, pensava-se em um roteiro para entrevista com o objetivo de analisar a trajetória histórica e outro roteiro para identificar os fatores que influenciaram as vendas dos lotes. No entanto, na prática esses dois roteiros tiveram uma interação constante, pois nas entrevistas sobre a história do assentamento foram introduzidas algumas questões sobre fatores de permanência/abandono e vice-versa. Até porque todos os entrevistados tinham alguma relação com o assentamento, e os assuntos de ambos os roteiros estavam interligados. Então para resumir: cada entrevista teve a sua singularidade.

De fato, as entrevistas costumavam serem concluídas, independente do roteiro e de com quem eram processadas, com um bate-papo sobre os nomes dos moradores em 1998, para identificar para onde foram os moradores que saíram, quem ainda mora no assentamento, quem era fundador, quem era comprador, enfim, algumas curiosidades sobre cada morador. As entrevistas gravadas duraram em torno de uma hora, a uma hora e meia, no entanto a pesquisadora, geralmente permanecia na casa do entrevistado, tomando chimarrão e desenvolvendo uma conversa mais descontraída e exercitando a observação. Com efeito, nestas ocasiões, diversas informações e análises interessantes eram reveladas, até porque algumas pessoas se inibem enormemente ao falar diante de um gravador. Assim, desde logo, dessas conversas surgiu a necessidade de constituir um diário de campo e de te-lo permanentemente à mão para o registro e posterior desenvolvimento dos fatos e análises apenas topicamente registradas.

Esta dissertação está estruturada em quatro capítulos, além desta breve introdução. O primeiro capítulo trata da contextualização do objeto de estudo com a questão agrária

brasileira. No segundo capítulo é abordada a trajetória histórica do assentamento, bem como alguns fatos que aconteceram anteriormente a ocupação. Além desses assuntos, são apresentados os principais momentos que inflexionam a trajetória histórica do assentamento. O terceiro capítulo, por sua vez, irá tratar de um elemento importante na discussão que se propõe essa pesquisa: a permanência e abandono dos lotes do assentamento a partir de 1998. O quarto e último capítulo, traz uma abordagem do caso estudado dentro de um contexto de reforma agrária como política pública – uma relação entre os resultados encontrados na pesquisa, e os objetivos do I Programa Nacional de Reforma Agrária. Além disso, traz a relação dos principais fatores que influenciaram na tomada de decisão de vender os lotes no assentamento. Por fim, procura-se tecer algumas considerações finais.

Ao leitor, a partir desse momento, fica o convite, para viajar um pouco na trajetória do primeiro assentamento de Reforma Agrária do Brasil, conquistado através da organização popular, logo após a criação do Estatuto da Terra.

1 A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E O OBJETO DE ESTUDO

O capítulo objetiva trazer uma breve contextualização do objeto de estudo e situá-lo dentro de um contexto maior que é a questão agrária contemporânea. O foco temporal da abordagem se concentra no século XX, muito embora quando se aborda os problemas fundiários brasileiros, é inegável, a relação com raízes históricas, que remontam a colonização do país.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA QUESTÃO

Desde muito tempo, os debates a cerca da questão agrária no Brasil, tem se mostrado um campo fértil de estudos acadêmicos em diversos campos. Dentro desse amplo campo de estudos, são elaboradas pesquisas no intuito de entender os mais diversos fenômenos que ocorreram e ocorrem com os assentamentos da reforma agrária[2]. Entre os fenômenos estudados, está a questão da reprodução social e econômica dos assentamentos. A esse tema, estão ligados trabalhos que tratam principalmente da continuidade dos projetos de assentamentos[3]. Nesses trabalhos são discutidas questões como: a juventude rural assentada; o êxodo rural nos assentamentos; a formação da identidade dos agricultores sem terra; a construção da trajetória de cada localidade.

A respeito desses estudos pode-se destacar alguns, no que concerne os estudos sobre juventude rural assentada, destaca-se as pesquisas de Castro (2005), Cordeiro (2009) e Souza (2016), que abordam os desafios e perspectivas dos jovens, filhos de assentados. Nessas pesquisas são apontadas as dúvidas e as condições que os jovens encontram no momento de decidir entre dar continuidade a profissão dos pais ou seguir outro caminho. A importância para o jovem em ter alternativas para ficar no meio rural e dar continuidade ao cultivo do lote de terras dos pais. Estudam mostram também quais são as estratégias que estão sendo adotadas, para que ocorram processos de sucessão familiar em áreas de reforma agrária.

Com relação ao êxodo rural nos assentamentos, tem-se os estudos de Mello (2006) e de Curioni (2009), os quais analisaram a evasão e a rotatividade dos assentamentos no estado do Rio Grande do Sul, e no município de Abelardo Luz - SC. Mello (2006) relaciona

---

[2] Assentamento da reforma agrária: Nesse estudo o termo remete aos assentamentos criados após o Estatuto da Terra em 1964.

[3] Projeto de assentamento: forma pela qual o Incra distribui as terras destinadas a reforma agrária. A criação é feita por meio de portaria, publicada no Diário Oficial da União, nela constam a área do imóvel, a capacidade estimada de famílias, o nome do projeto de assentamento e as etapas que serão adotadas para assegurar sua implantação (INCRA, 2017).

variáveis como crédito e infraestrutura com a evasão e rotatividade das famílias assentadas. Curioni (2009), por meio de uma pesquisa qualitativa, entrevista famílias que migraram do Assentamento Santa Rosa II em Abelardo Luz - SC para a sede municipal. Nesta entrevista o pesquisador buscou identificar quais foram os fatores levaram as famílias a deixar em seus lotes. A formação da identidade Sem Terra é trabalhada por Pasquetti (2007), que busca na sua pesquisa, identificar valores, símbolos e tradições dos trabalhadores Sem Terra no Norte do Rio Grande do Sul. A trajetória histórica de cada assentamento está presente na grande maioria dos estudos que abordam o tema, essa abordagem se justifica, visto que é preciso compreender o passado para estudar o presente.

As principais discussões com relação a questão agrária brasileira costumam se fundamentar nos problemas da estrutura fundiária do país. De fato, o Censo Agropecuário de 2006, mostrou a manutenção dos índices de desigualdade com relação a propriedade da terra no Brasil, no ano de 2006 e nos períodos anteriores. A desigualdade fundiária se caracteriza pela seguinte situação: uma grande proporção da área total de terras, sendo ocupada por uma pequena proporção dos estabelecimentos (HOFFMANN; NEY, 2010). Na Tabela 1, apresentada a seguir é possível verificar no Brasil, a evolução do número de estabelecimentos e a proporção de área de terras por eles ocupada, conforme três extratos de área, desde 1975.

Tabela 1 − Número e área total dos estabelecimentos agropecuários no Brasil, com declaração de área conforme três extratos em porcentagem, 1975 a 2006

Ano	**Menos de 10 ha**		**10 a menos de 100 ha**		**100 e acima de 100 ha**	
	Estabelecimentos	**Área**	**Estabelecimentos**	**Área**	**Estabelecimentos**	**Área**
1975	52,158%	2,773%	38,067%	18,578%	9,775%	78,649%
1980	50,436%	2,468%	39,152%	17,677%	10,412%	79,856%
1985	52,906%	2,664%	37,292%	18,554%	9,802%	78,782%
1995/96	49,654%	2,229%	39,612%	17,730%	10,734%	80,041%
2006	50,342%	2,364%	40,069%	19,062%	9,589%	78,575%

Fonte: Elaborada pela Autora com base nos dados publicados por Hoffmann e Ney (2010) e no Censo Agropecuários IBGE, 1975, 1980, 1985, 1995/96 e 2006.

Os dados da Tabela 1 mostram de forma clara uma estrutura fundiária desigual dentro do período analisado. Em 1975, observa-se que 52,15% dos estabelecimentos agropecuários possuíam uma área menor que 10 ha, e ocupavam apenas 2,77% da área total de terras. Nesse mesmo ano, nota-se que, enquanto apenas 9,77% dos estabelecimentos possuíam área igual ou maior que 100 ha, eles ocupavam 78,64% da área total de terras do país. Como pode-se observar, as porcentagens de distribuição dos estabelecimentos e suas respectivas áreas,

variaram pouco em duas décadas. Essa estrutura desigual na posse e propriedade da terra, não é, no entanto um fenômeno recente, os problemas com relação à distribuição de terras no Brasil, estão presentes desde os tempos da colonização (HOFFMANN; NEY, 2010). Especialmente nos primeiros três séculos de ocupação do território brasileiro, houve o predomínio do latifúndio. Nesse período a ocupação se baseou na posse de grandes extensões de terras (SILVA et al., 1978).

Um estudo realizado por meio de uma parceria entre o Imaflora, o GeoLab da Esalq/ USP e a KTH (Suécia), divulgou em março de 2017, a malha fundiária brasileira. O estudo utilizou mais de vinte bancos de dados, onde se destaca os dados do recém-concluído Cadastro Ambiental Rural (CAR). Os dados divulgados pela pesquisa, corroboram com a ideia do parágrafo anterior e mostram que, em 2017 a estrutura fundiária brasileira se mantém extremamente desigual. Utilizando uma classificação do tamanho das propriedades, com base no módulo fiscal (quantidade mínima de terras para que uma propriedade seja economicamente viável), sendo que essa quantidade vária conforme a região do país. Verificou-se que 53% do território brasileiro é coberto por terras privadas. Por outro lado as pequenas propriedades, que são aquelas com até quatro módulos fiscais, representam 92,34%, dos imóveis rurais e ocupam 23,68% da área de terras privadas no país. Já as grandes propriedades, que são aquelas com mais de quinze módulos fiscais, correspondem a 2,07 % dos estabelecimentos rurais e ocupam 55,3% da área de terras privadas brasileiras (ATLAS DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA, 2017).

De fato, como já mencionado no texto, a desigualdade fundiária brasileira remonta aos tempos da colonização. E também foi nesse período que se iniciaram os conflitos com relação a posse da terra. Nesse sentido pode-se citar a resistência dos indígenas a colonização, as fugas dos escravos e a formação dos quilombos. Mais tarde, a luta dos posseiros, originou vários movimentos sociais, onde destaca-se “Canudos” e “Contestado”. Todos esses movimentos de luta pela terra e pela liberdade no campo. Na metade do século XX, as Ligas Campesinas tiveram uma atuação expressiva no nordeste. Os conflitos no campo durante esse período repercutiram em uma atitude do governo: a criação do Estatuto da Terra em 1964 (OLIVEIRA, 2001). A criação do Estatuto da Terra em 1964, através da Lei nº 4.504/64, representou a formação de um dispositivo legal que possibilitaria a realização da reforma agrária no Brasil. O art.16 da Lei nº 4.504/64 deixa claro que o objetivo da reforma agrária é “estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio”.

No ano de 1970, foi criado, através do decreto nº 1.110 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A essa autarquia foi delegada a missão de realizar a reforma agrária no Brasil (INCRA, 2011). Também foram desenvolvidos em 1985 I Plano Nacional da Reforma agrária, em 2003, o II Plano Nacional da Reforma Agrária. Com o Estatuto da Terra, iniciaram assim os projetos de assentamento no Brasil. Nas primeiras três décadas de existência dos programas de reforma agrária, poucos assentamentos foram criados pelo INCRA. Até o ano de 1994, haviam sido criados apenas 58.317 assentamentos (INCRA, 2016). Em 2015, o saldo acumulado de assentamentos criados desde 1964 era de 1.346.798 (INCRA, 2016).

Por outro lado, a questão agrária do ponto de vista mais geral, revela que o Brasil foi um país essencialmente rural durante uma parcela significativa da sua história. Isso porque foi somente no século XX, que a população urbana se tornou maior que a rural. Principalmente a partir da década de 1950, os projetos de industrialização do país e o pacote tecnológico da "revolução verde" contribuíram para que as pessoas rapidamente migrassem do campo para as cidades. Teoricamente, os novos processos produtivos e as novas tecnologias de produção introduzidos na agricultura dariam conta de produzir alimentos para abastecer as cidades, com menos mão de obra. A mão de obra excedente no campo, migraria para as cidades, para trabalhar nas indústrias. Destaca-se que esses processos foram amplamente fomentados por políticas públicas na época (SILVA, 1997).

Assim, um dos resultados esperados desse processo de modernização do campo era resolver a questão agrária brasileira e a partir de então a reforma agrária seria uma medida desnecessária. No entanto, os resultados não foram bem como esperado e os conflitos agrários, como também os movimentos de luta pela terra se intensificaram a partir da década 1970 (NAVARRO; MORAES; MENEZES, 2009). O direcionamento das políticas públicas contextualizado acima, justifica, de certa forma, o fato de que, nas primeiras três décadas de atuação do Estatuto da Terra, não foram criados um número significativo de assentamentos. No intuito de conter esses conflitos agrários que surgiam. Dentre esses projetos que tiveram inicio na década de 1970, pode-se citar o Assentamento Macali I, objeto de estudo empírico deste trabalho.

Observando esse contexto histórico, é difícil imaginar que, em poucas décadas, os objetivos das políticas públicas para campo precisaram mudar o ponto de vista. Tamanho foi o movimento migratório de agricultores, e seus filhos, para as cidades, que as políticas públicas para o campo, principalmente a partir da década de 1990, começaram a trabalhar alternativas para permanência dos agricultores no campo, ao invés de incentivar a saída dos mesmos, pois

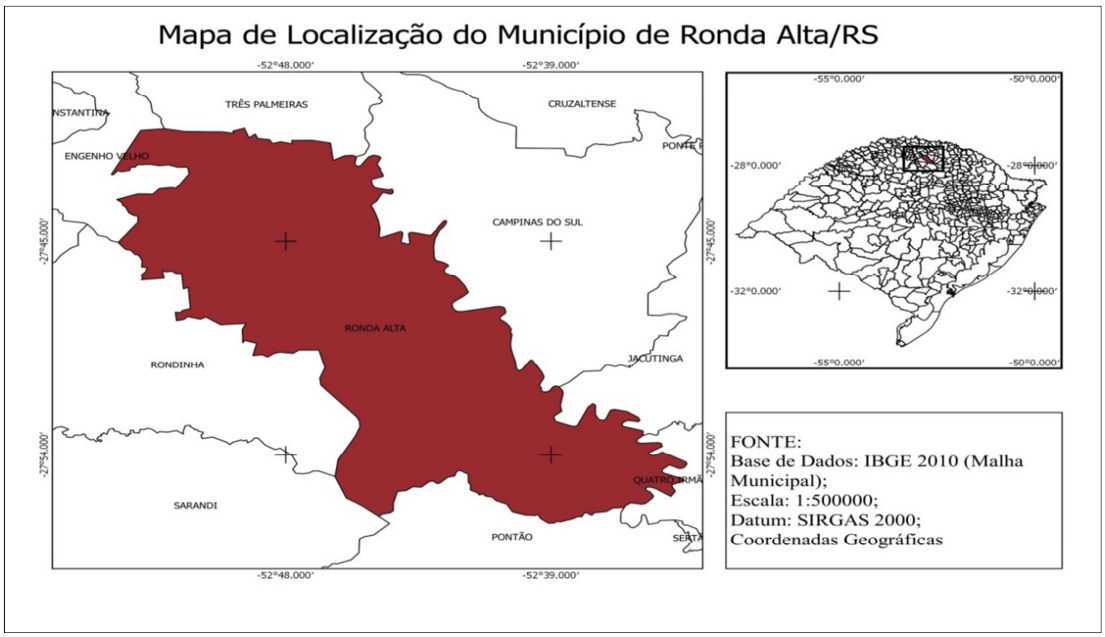
o êxodo rural poderia comprometer a segurança alimentar do país. Com efeito, de acordo com Abramovay et al. (1998), estudar e investigar os processos em que ocorre êxodo rural no Brasil, são de suma importância, para que a reforma agrária não seja um jogo de soma zero ou negativo, onde o número de pessoas recolocadas no campo, não supere o número de pessoas que abandonam o campo.

1.2 O LÓCUS DA PESQUISA DE CAMPO: CONTEXTO E CARACTERÍSTICAS

No contexto do ressurgimento da luta pela terra na década de 1970 no Brasil, o Assentamento Macali I, no município de Ronda Alta/RS, noroeste do estado do Rio Grande do Sul (RS) desempenhou um papel significativo e de relativa relevância histórica. Com efeito, os Assentamentos Macali I, Macali II e Brilhante, todos eles localizados no município de Ronda Alta/RS, representam frutos de uma ocupação organizada por Trabalhadores Rurais Sem Terra no ano de 1979. Essa ocupação é considerada por muitos autores como o berço do Movimento Sem Terra no Brasil.

O município de Ronda Alta/RS, localizado na região noroeste do Rio Grande do Sul, dista 357 km da capital do estado, possui uma dimensão territorial de 419,344 km² e segundo o Censo Demográfico de 2010 possui 10.221 habitantes, 6.867 na zona urbana e 3.354 na zona rural (IBGE, 2010).

Figura 1 − Mapa de localização do município de Ronda Alta/RS



Fonte: Elaborado pelo Geógrafo Odirvan Gritti, a pedido da Autora (2018).

De fato, a ocupação das Fazendas Macali e Brilhante, no noroeste do Rio Grande do Sul, evidenciou existência de um expressivo número de famílias sem terra, dispostas a lutar por melhores condições sociais (NAVARRO; MORAES; MENEZES, 2009). Dessa ocupação, originaram-se três assentamentos. Dentre eles o Assentamento Macali I, com uma área de extensão territorial de 1.066 hectares[4]. Nos primeiros anos, o Assentamento Macali I fazia parte do Programa Estadual de Reforma Agrária e foi somente em 1998 que passou a integrar o Programa Nacional de Reforma Agrária. Assim, em 1998, cinquenta e sete famílias faziam parte do Assentamento Macali I (INCRA, 2017).

Tendo em vista a notoriedade desses acontecimentos dentro das discussões a cerca da estrutura fundiária brasileira, diversos estudos já foram realizados em torno dos acontecimentos da Fazenda Sarandi[5]. Nesse caso, podemos destacar: Pasquetti (2007) estudou a formação da identidade dos agricultores acampados, especialmente os ligados ao acampamento da Encruzilhada Natalino. Dickel (2016) estudou a função social da propriedade da terra, no processo de desapropriação da Fazenda Anonni, Goes (2010) pesquisou a atuação da Igreja Católica na organização dos primeiros acampamentos, e como ela, aos poucos foi se retirando de cena.

Do ponto de vista do entendimento desse processo de construção do Assentamento Macali I, o transcurso de quase quatro décadas de existência, convém de imediato destacar que, as famílias ali assentadas traçaram os mais diversos caminhos e as mais variadas foram suas trajetórias, sendo que algumas delas não fazem mais parte do Assentamento. De fato, com relação a essa observação de que nem todas as famílias permaneceram no assentamento, surgem alguns questionamentos. Porque algumas famílias continuaram no assentamento e outras não? O que diferencia a trajetória dessas famílias? Os autores como Navarro, Moraes e Menezes (2009) por exemplo, evidenciam, que o apoio financeiro aos assentamentos estaduais era precário na década de 1980 e 1990. Já que esses não tinham acesso aos programas de crédito disponibilizados pelo governo federal. Sabe-se que o Assentamento Macali I, durante quase vinte anos foi uma assentamento de responsabilidade estadual.

Nesse sentido, cumpre perguntar: Quais foram as condições de infraestrutura, crédito, educação que essas comunidade teve acesso ao longo da sua trajetória? As condições melhoraram após terem se tornado assentamento de responsabilidade federal? A esse contexto, adiciona-se o envelhecimento dos primeiros moradores que permanecem no

---

[4] Conforme os dados de INCRA. **Relação de assentamentos no município de Ronda Alta**. [mensagem pessoal], mensagem recebida por paulareginabernardi@hotmail.com em 03 de maio de 2016.

[5] Território em que está inserido o Assentamento estudado, maiores detalhes no Capitulo II.

assentamento e a preocupação a respeito de quem serão seus sucessores, e se esses lotes terão sucessão familiar. Nesse sentido, quais seriam os principais fatores que condicionaram a permanência e o abandono dos lotes no assentamento Macali I?

Portanto, do ponto de vista das precisões metodológicas, cumpre ressaltar que, o objeto central de estudo dessa pesquisa está concentrado nos agricultores beneficiários do projeto de Assentamento Macali I, no município de Ronda Alta/RS. O recorte espacial está diretamente relacionado ao objeto de estudo e se delimita ao Assentamento Macali I, que corresponde a uma área com extensão territorial de 1.066 hectares[6]. Portanto, a população estudada nesta pesquisa corresponde as cinquenta e sete famílias que compunham o assentamento em 1998 - quando o assentamento foi homologado no programa nacional de reforma agrária (INCRA, 2017).

Assim, o recorte temporal para compreensão do objetivo geral do estudo, compreende os últimos 19 anos da trajetória de desenvolvimento do Assentamento - entre os anos de 1998 e 2017. Muito embora, apesar do recorte temporal proposto, em algumas momentos, foi necessário, resgatar questões históricas anteriores a 1998, para compreensão do contexto. Portanto, será abordado de forma mais aprofundada o comportamento desse Assentamento, e dos seus atores, após a inclusão dos mesmos no Programa Nacional de Reforma Agrária em 1998. Cabe ressaltar ainda que esse foi um assentamento criado pelo Governo do estado do Rio Grande do Sul, na década de 1980, o qual em 1998 foi reconhecido pelo INCRA. Esse reconhecimento, por parte do INCRA, permitiu que, a partir de então, o Assentamento acessasse as mesmas políticas públicas que os demais assentamentos do governo federal.

---

[6] Conforme os dados de INCRA. **Relação de assentamentos no município de Ronda Alta**. [mensagem pessoal], mensagem recebida por paulareginabernardi@hotmail.com em 03 de maio de 2016.

2 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO ASSENTAMENTO MACALI I

O capítulo objetiva proceder a um resgate da trajetória histórica e dos principais acontecimentos ao longo do processo de Assentamento. A abordagem de como se deu o processo de desenvolvimento do assentamento tem como intuído trazer subsídios no estudo da (des)continuidade na reprodução socioeconômica das famílias assentadas, que faz parte do objetivo central desse estudo. Assim, após uma breve introdução sobre alguns momentos que antecedem a criação do assentamento, a abordagem do texto que se segue é direcionada a evolução histórica da comunidade estudada. Essa abordagem histórica focaliza sua ênfase no acompanhamento de quatro aspectos: a utilização do solo, o acesso a infraestrutura e instalações, os serviços de apoio e os aspectos sociais. Optou-se pelo foco nesses quatro aspectos para traçar a evolução histórica e, assim, procurou-se dirigir os questionários e entrevistas nesse sentido tendo em vista a amplitude que uma abordagem de trajetória possa ter. Após traçar o panorama histórico do assentamento, será apresentada uma análise dos principais acontecimentos ao longo do processo de assentamento.

Registre-se igualmente que, esse capítulo foi construído principalmente a partir de entrevistas com informantes chaves, as quais somaram-se também os estudos de importantes documentos cartoriais e de algumas referências bibliográficas. Neste tipo de perspectiva metodológica, o estudo apoia-se no conceito de trajetória de desenvolvimento definido como a evolução e a reorganização dos recursos produtivos - naturais, humanos, capital e informações - no tempo e no espaço, por um grupo de atores sociais, num território delimitado com o objetivo de manter, reproduzir ou melhorar as suas condições de vida. Ora, este método de analise foi elaborado e experimentado por agentes das empresas de extensão da EMBRAPA de Petrolina – PE, na Unidade de Capacitação e de Apoio ao Desenvolvimento Rural (URCA – Nordeste), ao qual, contou com apoio de pesquisadores do CIRAD - Tera e do INRA – SAD, da França (SABOURIN; TEIXEIRA, 2002).

2.1 MOMENTOS QUE ANTECEDEM A OCUPAÇÃO

O assentamento Macali I está inserido dentro de uma área de terras conhecida como Fazenda Sarandi. A relação da Fazenda Sarandi com a reforma agrária, iniciou alguns anos antes da ocupação[7] por trabalhadores rurais sem terra da Fazenda Macali, em 1979. A

[7] Nesse estudo, quando o termo “ocupação” é utilizado dentro do contexto histórico do Assentamento Macali I, está fazendo referência a uma reunião de sujeitos, que entram em uma propriedade (considerando a

Fazenda Sarandi, no início do século XX, correspondia a uma vasta área de terras com mais de 25 mil hectares (ALVES; GOTLIB, 2009). Essa área, era de propriedade de três empresários uruguaios, que residiam em Montevidéu, eram eles: Júlio Mailhos, Luiz Mouriño e José Antônio Lapido. Em decorrência disso, na época as pessoas costumavam chamar a Fazenda Sarandi de "terra dos castelhanos" (CASALLI, 2005).

No estado do Rio Grande do Sul, até a metade do século XX, foram realizados alguns processos de colonização para suprir a demanda de "novos agricultores". Lembrando que, nesse período, a maioria da população brasileira morava no campo. A sucessão da na atividade agrícola, era uma espécie de ordem natural nas famílias, desde que houvessem terras disponíveis para que a reprodução social acontecesse. De fato, como observa Tedesco (2014) os projetos de colonização nas primeiras décadas do século XX, foram uma ação marcante do estado na região norte do estado. No entanto, com o passar dos anos, as terras disponíveis para essa prática foram ficando escassas e, em decorrência disso, começam a surgir e se desenvolver um excedente de agricultores sem terra no estado. Foi nesse contexto que as terras de propriedade privada, consideradas improdutivas, começam a ser questionadas, como foi o caso da Fazenda Sarandi (ALVES, 2010).

Assim, dentre os anos de 1959 e 1963, o estado do Rio Grande do Sul era governado por Leonel de Moura Brizola. O interesse desse governo em ações que gerassem melhores condições de sobrevivência e reprodução social aos pequenos agricultores, era visível (ALVES; GOTLIB, 2009). De fato, no início da década de 1960, se de um lado havia um estado interessado em promover reforma agrária, de outro havia um contingente significativo de pequenos agricultores em busca de terras para trabalhar, formando assim uma convergência entre os interesses do governo do estado e os dos pequenos agricultores. Então, ao mesmo tempo, em que o governo do estado se organizava a fim de constituir um quadro legal para reforma agrária, os agricultores também se organizavam para a conquista da terra desejada. Foi nesse cenário que aconteceu em janeiro de 1962, na Fazenda Sarandi, em uma área de terras que pertencia ao município de Sarandi (atualmente Ronda Alta/RS) o que, segundo Casalli (2005 p. 152), o Governador Leonel Brizola, chamou de "o primeiro acampamento reivindicatório de reforma agrária no Brasil".

Logo em seguida, com o Decreto Estadual nº 14.035 de janeiro de 1962, o Governo do estado do Rio Grande do Sul, desapropriou uma área de 21.889,14 ha. A área foi desapropriada das seguintes empresas rurais: Agropecuária Lucena S.A. (6.151,28 ha),

---

inexistência de atividades econômicas na área) reivindicando a divisão da área entre produtores rurais sem terra (ALVES, 2010).

Granadeiro Horácio Mailhos S.A. (7.087,86 ha), e da Estância Júlio Mailhos S.A. (8.650 ha) (MARCON, 1997). Naquela época, a constituição do estado do Rio Grande do Sul permitia ao governo desapropriar propriedades improdutivas e para com isso redistribuir as terras para o maior número de agricultores possíveis. O governo do estado poderia também desenvolver programas de Colonização sempre que esses fossem reivindicados por mais de uma centena de agricultores em determinada região (ALVES, 2010). Sendo assim, após o decreto, começou o projeto de colonização da área desapropriada. Nesse processo, à medida em que os lotes iam sendo demarcados, os agricultores inscritos, eram sorteados e chamados para ocupar o assentamento. Formaram-se assim sete núcleos, hoje conhecidos como comunidades, todas fazem parte atualmente do território do município de Ronda Alta/RS. Em 31 de janeiro de 1963, Brizola termina o seu mandato no governo do estado e, junto com seu mandato, se encerram boa parte dos projetos para colonização da Fazenda Sarandi (CASALLI, 2005).

Iniciado em 1963, o governo estadual do governador Ildo Meneghetti, transformou a negociação da desapropriação fundiária de judicial para amigável, remunerando os antigos proprietários com um valor significativamente superior ao que havido sido anteriormente acordado. Do total de 21.889 ha desapropriados da Fazenda Sarandi, 9.636 deles foram divididos em 450 lotes (com área média de 21 ha cada), em torno de 44 % do total. Do restante do território, 5.806,4 ha foram destinados à lavoura empresarial mecanizada, em propriedades com área média de 145 ha. Outros 3.063 ha permaneceram em litígio na justiça e 3.383 ha tiveram outras destinações. Uma dessas propriedades que se manteve em litígio judicial durante anos, possuía 1.630 ha, e era arrendada pela empresa Madeireira Carazinhense Ltda. (MARCON, 1997). Foi nesta área ocupada pela Madeireira Carazinhense Ltda. que, em 1979, constituiu-se o assentamento Macali I, objeto de estudo dessa pesquisa.

Originalmente, o projeto de colonização da Fazenda Sarandi iniciado em 1962 pretendia distribuir 1.050 lotes para pequenos agricultores sem terra. De imediato, pode-se observar que, desse objetivo inicial, apenas em torno de 42% foi alcançado. Em decorrência disso, um grande número dessas famílias que não foram beneficiadas pelo projeto de colonização, se dirigiu a reserva indígena de Nonoai - RS – distante aproximadamente 30 km de Ronda Alta/RS, local em que viveram durante vários anos, alguns como posseiros outros como arrendatários (SCHU, 2009). A reserva indígena de Nonoai, no momento de sua demarcação, possuía 34.908 ha de terras (MARCON, 1997). Ora, o processo de intrusão[8] dos colonos nas terras indígenas no norte do estado, foi muitas vezes incentivada pelos próprios

[8] A FUNAI utilizava a categoria *intruso* para classificar os colonos que entraram nas reservas indígenas sem contrato de arrendamento.

governantes, pois no seio deste existia a ideia recorrente de que havia “muita terra para pouco índio” e, por isso, as áreas indígenas poderiam ser distribuídas aos colonos. Essa “intrusão” em áreas indígenas começou na década de 1940 e se acentuou nas duas décadas posteriores. Para os colonos a “intrusão” constituía-se uma estratégia de manter-se na terra trabalhando (TEDESCO, 2012).

Com efeito, o fato de mais de 50 % das famílias que aguardavam por um lote de terras na Fazenda Sarandi em 1962 não ter sido beneficiada, intensificou ainda mais a “intrusão” de colonos na Reserva Indígena de Nonoai (TEDESCO, 2012). Os índios da Reserva de Nonoai tentaram por várias vezes expulsar os colonos, no entanto não encontraram apoio nos órgãos oficiais. De acordo com um levantamento realizado pelo governo do estado, a FUNAI e o INCRA, em 1986, identificou a existência de 974 famílias de colonos morando dentro da Reserva de Nonoai, das quais 682 não possuíam nenhum documento que regulamentasse a relação de exploração da terra (MARCON, 1997).

Como seria de se esperar, no ano de 1978, acentuaram-se os conflitos entre as comunidades indígenas e os colonos que ocupavam de forma irregular as reservas indígenas no norte do estado (NAVARRO; MORAES; MENEZES, 2009). Não satisfeitos com as práticas adotadas pela FUNAI com relação aos colonos que moravam na Reserva, os índios começaram se organizar e agir por conta própria. Assim, armados com instrumentos de guerra, os índios começaram a expulsar os colonos. A FUNAI tomou partido dos índios e assegurou a retirada dos colonos (MARCON, 1997). Sobre essas acontecimentos, destaca-se que:

> O conhecido e denominado conflito de Nonoai, entre colonos e índios, no final de 1970, que resultou na expulsão de mais de mil famílias de colonos, tornou-se paradigmático enquanto a cristalização de uma situação que vinha há décadas problematizando o cotidiano de reservas indígenas, bem como revelando processos organizativos dos mesmos em razão de sua tendencial e histórica realidade de subalternação (TEDESCO, 2014, p. 7).

Nota-se ainda que um impasse social e humano havia se estabelecido, pois a situação era ainda mais crítica, tendo em vista que o conflito aconteceu em um época de frio e chuvas, agravando mais a situação das famílias expulsas da Reserva. Nesta situação, as famílias a fim de se protegerem do mau tempo e intempéries se abrigavam em galpões rústicos, estrebarias e até mesmo chiqueiros, coexistindo muitas vezes junto com os animais. Com efeito, segundo Tedesco (2014, p. 7) “poucas alternativas restavam ao pequeno camponês: ou lutava por um pedaço de terra e melhores condições de vida no campo, ou teria de migrar para a cidade; uma terceira possibilidade não havia”.

A escolha de muitos desses agricultores foi lutar por um pedaço de terra. Como solução ao impasse revelado pelo conflito, o governo estadual ofereceu terra no estado de Mato Grosso para as famílias, das quais um pouco mais da metade das famílias aceitou a alternativa ofertada. Outras delas foram levadas para o município de Esteio - RS, ficando alojadas no Parque da Expointer e, posteriormente, sendo assentadas no município de Bagé - RS. De fato, era do conhecimento em geral que existia uma certa resistência dos agricultores expulsos da área indígena, em aceitar projetos de assentamento na região centro-oeste. Na representação social desses agricultores haviam terras disponíveis no estado, passíveis de serem desapropriadas, além de outras terras já desapropriadas que poderiam ser redistribuídas. No entanto, o governo estadual resistia em admitir essa possibilidade e assim redistribuir terras no próprio estado. Assim, as famílias que não migraram para a região centro-oeste e que não foram assentadas em Bagé, permaneceram pela região e nas atividades de luta pela terra. Essas famílias que permaneceram terminaram então fazendo parte dos diversos acampamentos de agricultores sem terra no norte do estado do Rio Grande do Sul no período final da década de 1970 e início da década de 1980 (SCHU, 2009; MARCON, 1997).

Sobre a alternativa de migrar para o estado de Mato Grosso como solução para o impasse referido acima, pode-se ilustrar essa situação com o relato da Agricultora Orielde Shimit- um(a) dos(as) poucos assentados/fundadores que ainda reside no assentamento Macali I - no qual ela comenta que desistiu dias antes, por conta da insistência do pai e não se arrepende da decisão:

> *[...] Os meus parento do lado do meu marido, foi uns quantos pra lá, só que daí o dia que era pra nós ir a Nonoai pra se vacina pra no outro dia viajar. Daí o meu pai foi, veio na minha casa ali né, daí ele disse assim: não, se ele quiser ir, deixe que vai, mas você com as criança não vai, vão pra lá pra morrer né. Como morreu muita gente lá daquela malária, aquela doença, terrível né. E daí nos sentemo, eu sentei pra traz e não fomo daí né. Daí fiquemo mais uns tres meses naquela morada lã em cima e daí começou se surgir essa ideia do movimento e daí foi chegando um, foi chegando outro, falando que tinha tal terra [...]9.*

Conforme relatou a Dona Orielde, aos poucos os agricultores e lideranças locais foram se organizando para que o assentamento da Macali se tornasse uma realidade, história que será abordada na próxima seção.

---

[9] Optou-se por manter a transcrição das entrevistas o mais próximo possível do fala original dos entrevistados. No entanto, com o uso deste procedimento não se está, de forma nenhuma, pretendendo “caricaturar” a fala dos informantes.

2.2 A OCUPAÇÃO DA FAZENDA MACALI E A CRIAÇÃO DO ASSENTAMENTO

No final do século passado, uma série de fatores políticos e sociais contribuía para que os movimentos sociais de luta pela terra emergissem novamente, dentre os quais se deve destacar: a liberação política que antecedeu a transição democrática; os impactos da modernização da agricultura; a decisão da Igreja Católica e Luterana em apoiar a questão agrária (NAVARRO; MORAES; MENEZES 2009). Assim, foi nesse contexto de lutas pela terra que, em 1979, mais uma vez o território da Fazenda Sarandi torna-se questionado. De fato, como se discutiu anteriormente, após o término do projeto de colonização do governo estadual de Brizola, as áreas não distribuídas, mesmo estando desapropriadas, e em propriedade do governo, eram arrendadas para grandes produtores ou madeireiras. Dentre a área de terras que não haviam sido distribuídas em 1962, estavam uma parcela de 1.630 ha explorada pela Madeireira Macali do município de Carazinho (CASALLI, 2005). Nessa ocasião a Madeireira Macali possuía 24 sócios, todos empresários do ramo madeireiro (RÜCKERT, 2003).

As famílias que permaneceram nas proximidades do município de Nonoai/RS, começaram a se organizar em busca de melhores condições de sobrevivência. Assim, em agosto de 1979 foi realizado um debate na Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul, com o intuito de encontrar outra solução para a situação dos “intrusos da Reserva de Nonoai”, que não fosse a migração para a região centro-oeste do país. Nesta ocasião, uma das proposições feita pelos representantes dos agricultores, era de que pudessem ser ocupadas as áreas da Fazenda Macali e Brilhante, as quais já estavam desapropriadas desde 1962. Foi então que, na continuidade desse processo, no dia 07 de setembro de 1979, cerca de 110 famílias ocuparam a área da Fazenda Macali. Essa área havia desde poucos dias, sido reintegrada ao estado, por meio de um processo judicial. Sendo assim, o governo estadual logo reconheceu a ação dos agricultores e deu inicio ao projeto de assentamento estadual (MARCON, 1997). Como ressalta Casalli (2005, p. 167) “essas famílias tiveram muita sorte, pois com o encerramento da pendenga judicial, seriam logo assentadas, e formaram a Macali I e Macali II”.

No estudo de campo desta pesquisa o momento da ocupação em si - aquele 07 de setembro de 1979 - se mostrou extremamente vivo na memória de alguns dos entrevistados. Mesmo estando passadas quase quatro décadas daquele momento, é incrível a riqueza de detalhes com que eles descreveram as sensações, os medos, as dificuldades que passaram nos momentos que antecediam a ocupação e logo após nos primeiros meses de vida no

acampamento. Um excelente exemplo destas questões se observa no depoimento do Pe. Arnildo Fritzen, o qual era o pároco da Igreja Católica de Ronda Alta/RS em 1979 e teve uma participação ativa em todos acontecimentos da época. Nesse sentido, o extrato da entrevista realizada com o Pe. Arnildo Fritzen, embora possa parecer longo, merece ser reproduzida – como é feito a seguir – tendo em vista a riqueza de detalhes que ele narra esse processo de organização da ocupação. Na avaliação do Pe. Arnildo Fritzen, a ação dos índios serviu também como exemplo e inspiração aos agricultores, pois eles, em poucas pessoas, se organizaram e reivindicaram suas terras e a sua liberdade. Segundo o Pe. Arnildo Fritzen as terras foram distribuídas a agricultores de forma inescrupulosa pelos políticos da época e, após serem expulsos os agricultores começaram uma peregrinação pelas estradas da região. Da mesma forma, relata o Pe. Arnildo Fritzen, a Igreja Católica procurava ajudar essas famílias, realizando campanhas para arrecadar alimentos, providenciava abrigo nos salões de comunidade, mas como ele bem recorda, isso não resolvia o problema e, na prática, só amenizava-o. O Pe. Arnildo Fritzen relata ainda que, durante uma noite fria, bastante chuvosa, abrigou algumas dessas famílias na casa paroquial. A situação na ocasião levou-o a refletir sobre um texto bíblico, uma passagem do livro do Êxodo, onde o povo de Israel, escravo no Egito, foi em busca de uma salvação. Após ler o texto bíblico para as famílias, a interpretação gerou comoção, as famílias se identificaram com a passagem bíblica e decidiram que deveriam buscar uma solução. A partir de então, os agricultores expulsos, lideranças políticas e religiosas da região, iniciaram a busca pelo assentamento definitivo. Os estratos da entrevista com o Pároco, apresentadas a seguir ilustram bem esses momentos referidos logo acima:

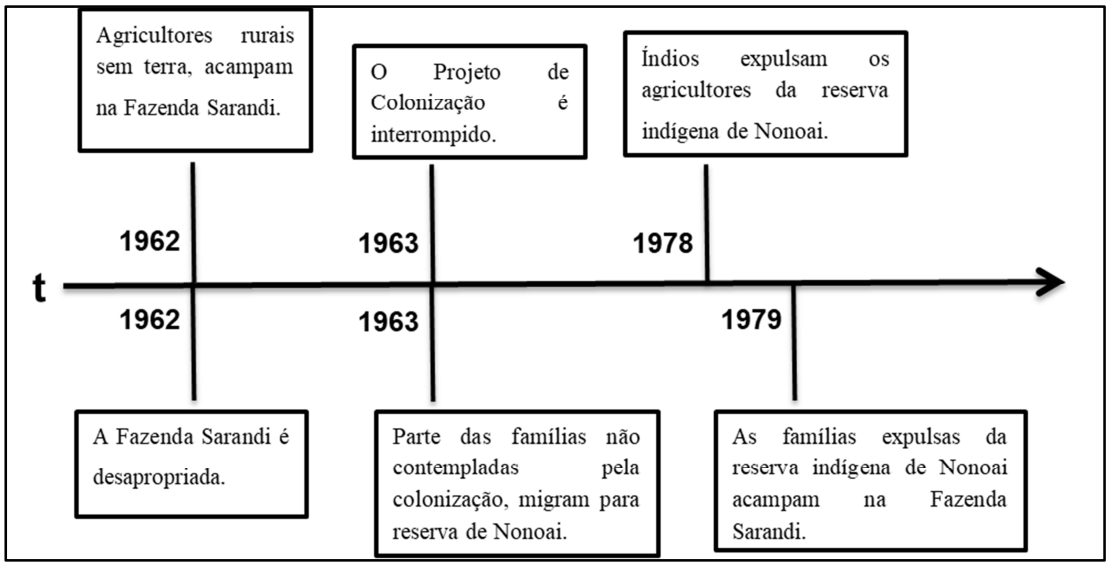
> *[...] no texto bíblico do êxodo Deus disse pra eles, que eu ouvi os clamores do povo, desci até eles e decida liberta-los da escravidão, e disse pra Moises: vai e liberta o meu povo, vai e enfrenta o faraó [...].*
>
> *[...] então esse ponto de partida, é pra mim em toda análise da luta pela terra que foi retomada nesses anos, ela é, um ponto chave, porque esse grupo, nós conversamos, e fomos descobrir quem é esse Moises que deve ir, primeiro dizia falava é fulano, ciclano, era uma conversa bem... e na verdade chegamos a conclusão que esse Moises somos nós [...].*
>
> *[...] e foi ai que nasceu o grupo, se reunio um grupos em Três Palmeiras, um grupo Planalto e outro grupo Nonoai, e cada grupo desses decidiu uma liderança [...].*
>
> *[...] e ai decidimo ocupar no dia sete de setembro. A forma também era essa que o pessoal da polícia tava se preparando pro desfile e daí de noite vai ta o compo aberto, e foi assim que foi feito, no dia 07 de setembro, foi feita a ocupação [...].*

Observa-se então que, para os agricultores sem terra, essa ocupação reascendeu a esperança de que era possível realizar uma reforma agrária dentro do estado através da organização popular. Com efeito, a organização dos agricultores na ocupação da Macali, assim como meses depois a ocupação da Fazenda Brilhante, deu origem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra[10] (STÉDILE, 1997).

Dessa forma, o Assentamento Macali I foi criado como um assentamento estadual. De fato, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, houve a retomada da luta pela terra por parte dos movimentos sociais. Nesse primeiro momento, no entanto, houve predominância de assentamentos estaduais (NAVARRO; MORAES; MENEZES, 2009). Nesse sentido, na área de aproximadamente 1.600 ha ocupada pela Granja Macali, foram assentadas 110 famílias, dando origem a dois assentamentos: Macali I e Macali II (MARCON, 1997).

A fim de facilitar o entendimento da sucessão de acontecimentos que inflexionam a trajetória do desenvolvimento local, a seguir apresenta-se a Figura 2, a qual revela uma síntese dos principais acontecimentos envolvendo o território da Fazenda Sarandi no período de 1962 e 1979:

Figura 2 − Linha do tempo dos acontecimentos envolvendo a Fazenda Sarandi entre os anos de 1962 e 1979



Fonte: Elaborado pela Autora (2017).

[10] De fato, na entrevista do Sr. Ivo Barrichelo, um dos líderes do movimento MST por muitos anos, nota-se que ele mencionou, com satisfação e orgulho: “aqui nasceu o MST”.

Como se observa, a Figura 2 logo acima procura retraçar a linha do tempo do transcurso dos principais acontecimentos envolvendo o território objeto deste estudado. Com efeito, a Fazenda Sarandi foi palco de notórios conflitos agrários principalmente a partir da segunda metade do século XX. O início desse capítulo abordou passagens históricas que sustentam essa afirmação. Uma terra de donos Uruguaios, que foi desapropriada pelo governo estadual de Leonel Brizola para fins de Reforma Agrária, um projeto de reforma agrária interrompido por uma ditadura militar. Famílias de agricultores sem terras, que migraram para a Reserva Indigena de Nonoai - RS e são expulsas em 1978, assim novamente as terras da Fazenda Sarandi foram questionadas para fins de Reforma Agrária. Em 1979, finamente, foram assentadas 110 famílias em um território da Fazenda Sarandi. Dava-se início ao projeto Macali. Na próxima sessão, até o final desse capítulo o foco das discussões será com relação desenvolvimento da trajetória histórica do assentamento.

2.3 O DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO

Antes de iniciar a abordagem histórica, cabe retomar uma informação já apresentada no início do capítulo, de que o desdobramento do texto está pautado em quatro pilares: utilização do solo, acesso a infraestrutura, acesso aos serviços e aspectos sociais. A escolha desses quatro pontos baseou-se em um documento do ano de 1998, um diagnóstico situacional do assentamento enviado ao INCRA, que trazia ênfase nesses quatro aspectos. Como havia um documento que retratava a situação do assentamento nesses aspectos no ano de 1998, procurou-se através dos demais métodos de pesquisa, buscar mais informações que permitissem gerar uma linha do tempo nas questões elencadas.

De forma geral, a década que se inicia logo após a criação dos assentamentos Macali I e Macali II, foi considerada por vários pesquisadores como catastrófica com relação às intervenções do governo na política agrícola. De fato, essa década foi considerada a “década perdida” para a economia brasileira. No campo, os pequenos produtores no Brasil, e nessa categoria se encaixam os assentados da reforma agrária, sofreram as duras penas de não existir programas específicos na política agrícola para agricultura familiar. Esses ficavam a mercê das mesmas condições oferecidas aos grandes produtores. Foi nesse cenário de insegurança econômica que os assentados no projeto Macali I, tiveram que administrar os primeiros anos de construção e gestão do empreendimento agrícola que significava o assentamento.

A utilização do solo no assentamento iniciou-se de forma coletiva. De fato, segundo o sociólogo Ivaldo Gehlen, que escreveu sua dissertação de mestrado no ano de 1983 sobre os primeiros anos de formação desse assentamento - o qual fazia parte de uma equipe que o governo estadual enviou para o assentamento - foi criado uma espécie de posto de atendimento, no Assentamento. Nesse posto havia técnicos agrícolas, agrônomos, sociólogos, enfermeiros entre outros profissionais com o intuito de dar um apoio inicial aos assentados. Como comenta o entrevistado Faldmir Zorzi:

> *[...] o governo construiu uma equipe, eu tava na gestão administrativa, tinha engenheiro agrônomos, tinha técnicos agrícolas, tinha sociólogos, tinha pessoal da área da saúde, da área da educação, enfim, todos os setores que pudesse, o governo tinha disponibilidade pra colocar, pra enfim pro assentamento da certo e funcionar direito, o governo, dispôs, daqueles profissionais pra trabalhar junto né [...].*

Em seu estudo Gehlen (1983) registrou que 93 famílias realizaram a primeira safra de forma coletiva no assentamento e a produção aproximada foi de: 15.000 sacos de soja, 15.000 sacos de milho, 2.000 sacos de feijão, 2.000 sacos de feijão, 2.000 sacos de arroz, 1.000 sacos de batatas. Além de produtos para subsistência das famílias como mandioca, verduras, amendoim e vassouras. Este autor também argumenta que, na safra anterior, a empresa Macali havia produzido 10.000 sacos de soja, 51.000 sacos de milho e 200 cabeças de gado, sendo assim o assentamento além de intervir em um problema social, aumentou a produtividade agrícola do local.

O técnico contábil que prestava assistência técnica no posto de atendimento explicou que durante a fase da produção coletiva os agricultores eram divididos em grupos de trabalho. Cada grupo era constituído de aproximadamente 25 famílias. O grupo tinha um líder, que tomava nota da quantidade de dias trabalhados por cada família e depois deveria fazer o rateio das receitas sobre os dias trabalhados de cada um. A safra foi feita no sistema produtivo que eles chamavam de “lavourão” com ênfase no trabalho manual, “na base da enxada” sem muito controle de ervas daninhas, descreveu o técnico. Esses grupos, além de organizar o trabalho produtivo, facilitavam a atuação dos técnicos na difusão de conhecimento. Segundo ele, naquele momento era preciso fazer uma espécie de “reciclagem” com os produtores. Isso porque os tipos de cultivos que estavam sendo incentivados pelo governo naquele local, eram, de certa feita, diferentes dos cultivos que os pequenos agricultores estavam acostumados a produzir. Os assentados não estavam habituados, por exemplo, a fazer correção no solo e produzir em maior escala.

Durante toda essa primeira safra os agricultores continuaram morando em barracos no acampamento, não havia divisão de lotes. Assim, após a colheita foi proposto pela Secretaria da Agricultura a criação de uma agrovila, nessa proposta o cultivo continuaria sendo processado de forma coletiva, com parte para subsistência e outra parte com a finalidade comercial (GEHLEN, 1983). A Dona Orilde, uma das fundadoras do assentamento, relata que a proposta da agrovila não foi bem aceita por um grande número dos acampados, na visão do grande grupo, na comercialização da produção coletiva houve certo oportunismo por parte de alguns membros.

> *[...] No causo assim, era pra repartir entre os colono entende, só que teve gente esperta, que saíram até lá pra Constantina com uns caminhão, iam de noite sabe, enquanto os outros dormiam eles pegavam o caminhão. Porque era lá em cima, ali onde que mora, onde que tem aquelas duas pesquera, tinha um galpãozão bem grande né Seu Ricieri. Daí as batatinha botava lá, agente morava debaixo de uma lona, não tinha como, a cama era uma tarimba, um colchãozinho em cima assim né, e ali então conforme precisava pegava então, só que quando nóis vimo os mais esperto já tinham levado [...].*

A decisão de não trabalhar em forma de “agrovila” é um divisor de águas nessa trajetória. No primeiro momento a decisão não foi consenso, então o assentamento ficou dividido, de um lado os que não aderiram ao sistema de agrovila (Macali I) e de outro os que aceitavam o sistema (Macali II). No final do processo de divisão dos lotes, ambas as comunidades, Macali I com aproximadamente 66 famílias e Macali II com 45 adotaram o sistema de produção individual. A partir da decisão de não trabalhar mais em sistema de cooperação, a secretaria de agricultura do estado organizou a divisão dos lotes. Os lotes foram medidos, em glebas de aproximadamente 15 hectares cada. Como a Dona Orielde relatou, o sorteio foi feito num copo e uma criança ia tirando gradativamente os papéis. Junto com o lote o assentado recebia uma anuência que permitia acessar o financiamento dos bancos. Como seria de se esperar, evidente que não houveram lotes suficientes para todos os acampados. O excedente dos acampados que não receberam terras, somaram-se ao contingente de agricultores sem terras que, a exemplo da Macali, nessa época já eram um grande número de pessoas acampado nas Fazendas Natalino e Brilhante.

Após a divisão e distribuição, cada família procurou se instalar no seu lote. As primeiras casas rudimentares e barracos foram construídas com bastante precariedade, o governo enviou algum auxilio, como costaneiras (madeiras de pouca qualidade) para auxiliar na construção da primeira moradia provisória. Logo em seguida, foi autorizado derrubar árvores do próprio lote, e utilizar a madeira pra construir uma casa. Na construção os

assentados trabalharam em forma de cooperação entre os moradores e contaram também com o auxilio os parentes. O Senhor Fladmir Zorzi comenta que:

> *[...] na época foi tirado algumas arvores e mandado serrar, feito uma distribuição, enfim, uns quebra galho, não foi feito assim uma casa de qualidade, logo, eles patinaram um pouco nessa parte de ter uma propriedade bem ajeitada, bem instalada, moderna [...].*

Esse entrevistado revelou, que, os primeiros moradores, muito embora contavam ainda que a equipe de apoio do estado – aliás da qual ele fazia parte - passou meses transportando para o assentamento a mudança dessas famílias. O trabalho foi longo, explica ele, porque essas famílias não tinham uma residência fixa antes de irem para o assentamento, como elas haviam sido expulsas da área indígena, os pertences estavam um pouco na casa de um parente, outro pouco na casa de um conhecido. Sobre as casas, quatro entrevistados que adquiriram lotes no assentamento após 1983 relataram a precariedade das estruturas, o relato de que chovia dentro das casas foi reincidente nessas quatro entrevistas. Luz, água encanada, nada disso havia.

O direcionamento da produção no assentamento após a divisão dos lotes é um ponto polêmico nessa trajetória. Eles foram orientados e conduzidos a se adaptar ao processo de modernização da agricultura que ocorria fortemente no país e na região na década de 1980. Os acampados eram oriundos de uma região de “terra preta” que necessita pouca correção para produzir, diferente da terra na Macali que é uma terra mais arenosa e necessita diversos corretivos. De fato, eles eram acostumados a produção manual em pequena escala mais voltada a subsistência e foram induzidos e introduzidos a um modelo mecanizado de produção. Além disso, para produzir no novo sistema era necessário capital, então foram encaminhados aos bancos e passaram a se inserir no sistema bancário e a gerir recursos financeiros. Sobre essa questão o Pe. Arnildo Fritzen relata em sua entrevista que,

> *[...] Quando entraram na verdade eles produziam os alimentos necessários pro próprio consumo, aquilo que eles eram acostumados, mas daqui um pouco foram forçados a produzir soja, até o trigo resistiu um tempinho né, mas milho e soja que foi permanecendo [...].*

Como se observa nos relatos históricos, a incompatibilidade com esse novo modelo produtivo e as estratégias de reprodução socioeconômicas das famílias se manifestaram das mais diversas formas. De modo geral era preciso pagar pelo serviço de plantio e colheita. Houve famílias também que arrendaram a terra, houve ainda aquelas que diversificaram o cultivo com produção de porcos, galinhas. Com o passar dos anos começaram a surgir as

vendas e desistências nos lotes. O senhor Ivo Barrichello - que foi morar no assentamento no ano de 1983 por meio de uma permuta - explica:

> *[...] entom aaa Macali por exemplo a maioria dos assentado foi embora, porque: eles foi embora porque eles vieram duma região de Nonoai, terra preta, terra deferente da da Macali, aqui é arenosa, argilosa e coisa parecida, eles lá nom botavam adubo, carpiam plantava e coiam, aqui nom, então muita gente quebrou no segundo, terceiro ano, num coiam nem feijão pra come, e ai o bixo pego, tu tem 4, 5 filho, e ai tu vende, tu vai embora, nom tem o que fazer né, entom o movimento sempre penso nisso, ele penso: bom, vomo busca dinheiro, aaa a juros barato e entro o Procera, entrava os procera então aqui ajudo muito[...].*

O comentário do Sr. Ivo Barrichello sobre o início da venda dos lotes, principalmente a partir do terceiro ano de assentamento, precisa ser registrado, visto que essa observação aparece igualmente em várias outras entrevistas. Logo nos primeiros anos, os assentados originais "intrusos de Nonoai" começaram a dar espaço para outros agricultores. Os novos moradores, conforme relatos, possuíam algum tipo de capital, geralmente filhos de agricultores das localidades próximas, que davam suporte para se instalarem e produzirem na Macali.

Com efeito, segundo os relatos, entre meados de 1982 e de 1983 - não se conseguiu precisar exatamente o ano - o estado do Rio Grande do Sul encerra as atividades no posto de atendimento que havia no assentamento. Para o técnico da EMATER que trabalhava no posto, o estado entendeu que o assentamento já poderia "andar com as próprias pernas" e havia outras comunidades precisando de apoio. No entanto, o fim do posto não significou diretamente o fim da assistência técnica, ela só passou a ser menos intensa e mais assistida a distância como aconteceu com os demais produtores, pelas entidades do estado, município e do MST. Assim, em 1991 foi inaugurado o Escritório municipal da EMATER no município de Ronda Alta/RS, o que trouxe mais para perto dos assentados e produtores do município, uma equipe de assistência técnica. Sobre isso, é mister ressaltar que, sempre que questionados sobre a assistência técnica e como ela funcionava, os entrevistados demonstravam, uma empatia e amizade pelos vários extensionistas que passaram pela comunidade. Nesta mesma questão, registre-se igualmente que, houve também, no início dos anos 1990, um assessoramento técnico mais a nível de MST, no apoio à construção dos projetos do Procera[11]. O Senhor Ivo Barrichello relata que, nesse período se deslocava continuamente de Ronda Alta/RS até Porto Alegre, "de fusca", para levar os projetos elaborados por essa equipe técnica.

---

[11] Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária.

Como já aludido anteriormente, os assentamentos oriundos da Fazenda Macali foi a semente para o MST e a medida que as dificuldades foram surgindo e o contingente de agricultores sem terra ai aumentando na região o grupo foi se organizando em busca de soluções e o movimento tomou forma.

Desde o início havia um número expressivo de crianças no assentamento. Ora, eram em torno de 110 famílias, cada uma delas possuía em média três a quatro filhos, totalizando mais de trezentas crianças. De fato, conforme relatos dos entrevistados, logo após a ocupação foi instalada uma escola estadual, atendendo de 1º a 4º série do ensino fundamental. Esta escola funcionava no sistema antigo, as escolas classes em "salas de aula multisseriadas", isto é, uma escola em que todos os alunos - independente da série que estavam cursando - estudavam na mesma sala, ao mesmo tempo, recebendo aula de uma única professora[12].

Inclusive depois, com a divisão em Assentamento Macali I e II, assim como no Macali I, também havia uma escola do estado, na Macali II foi aberta uma escola municipal de 1º a 4º série. No assentamento vizinho, o da Brilhante foi instalado uma escola estadual com turmas da primeira a oitava série. Dada a proximidade dos assentamentos após concluir a 4º série, havia a opção de continuar estudando no assentamento vizinho. Com o passar dos primeiros anos de comunidade e o aumento da força organizativa e de formação do MST, a educação foi uma bandeira que, desde logo, o movimento defendeu, como explica o Senhor Ivo Barrichello em seu depoimento:

> *[...] a proposta do movimento era: ter educação, que é o principal pras pessoas no futuro, pra ter futuro, eles tinham que ter comida, boia, eles tinham que come, pra ter saúde, educaçõm segurança e assim por diante, esses eram as base do MST [...].*

Neste momento, a Escola de Ensino Médio, assim como o tratamento médico especializado, era possível de se encontrar apenas na sede do município. Especialmente a questão do acesso à saúde é retratada no trabalho de Gehlen (1983) e também no relato dos entrevistados, como grande dificuldade para todos, os assentados e os demais s pequenos produtores do município. Aliás, segundo seus relatos, de forma geral, era algo revoltante pois os médicos só atendiam aqueles que possuíam dinheiro para pagar, além de que os preços eram exorbitantes. Essa situação motivou a criação, no ano de 1986, da ATRA – Associação dos Trabalhadores de Ronda Alta/RS. A ATRA, criada como uma entidade filantrópica, passou então a disponibilizar, por meio com convênios com o Sindicato dos Trabalhadores

---

[12] Para maiores informações sobre as escolas com classes multisseriadas, ainda presentes na realidade das regiões rurais em todo o país, sugere-se a leitura de Druzian e Meurer (2013) ou Medeiros (2010).

Rurais, um atendimento médico digno e sob um preço acessível aos trabalhadores rurais. Registre-se por fim que a ATRA, no ano de 2018- é um centro de referencia para tratamentos pelo SUS para toda região e, aliás, o presidente da associação, inclusive é morador do assentamento Macali.

Acessar os recursos disponíveis na sede do município (distante em torno de 15 km) como educação, saúde, até mesmo supermercados esbarrava em um problema: a estrada! Sim, inúmeros são os relatos de dificuldades com transporte. Nesta época, todos os acessos eram por estrada de chão batido, como a terra é vermelha nessa região, no período de chuvas as vias ficavam quase intransitáveis. O meio de transporte principal era ônibus, outra alternativa era possível vir de a pé até a estrada que ligava Ronda Alta/RSRS a Pontão/RS para tentar conseguir carona. Depois com o passar dos anos, perto dos anos 1990, com a chegada dos compradores, começaram a chegar também os primeiros automóveis no local. A seguir a Senhora Maria Cristina Marcon, relata quais eram em 1985, ocasião em que ela foi morar na Macali, as condições dos deslocamentos:

> *[...] tudo era difícil, o acesso para vim pra cidade também, pra vim, supor se descolocar em Ronda Alta, era tudo estrada de chão, chuvia, quando chuvia tu não podia nem sair porque tu ficava na estrada nos atoleiro que tinha, era bem complicado, muito complicado [...].*

No ano seguinte - 1986 - houve mais uma conquista significativa para o assentamento, talvez mesmo uma das mais importantes para sua consolidação: a chegada da luz elétrica. De fato, neste momento já havia transcorrido sete anos sem luz elétrica no assentamento. O acesso à água até não representava grandes problemas, pois conforme foi relatado neste pesquisa, a Macali é cercada por duas nascentes de água, o que permitia que cada lote tivesse acesso fácil a água, não encanada, mas por meio poços artesianos. A conquista da luz, por outro lado, realmente deve ser ressaltada. Até para a televisão eles havia ido reivindicar[13]. Bem, a história da conquista da luz é grande, segue uma tentativa de resumir essa importante passagem na trajetória do desenvolvimento local no assentamento.

Nesse sentido, em meados de 1985, os assentados iniciaram uma negociação com a empresa Gol de Erechim, para trazer energia elétrica até o local: fecharam contrato, os assentados haviam inclusive adiantado dinheiro para os trabalhos, porém a empresa não cumpriu o acordo e o projeto não evoluiu. Essa situação gerou uma série de desconfortos inclusive questões judiciais. Mais tarde, não havendo execução do projeto por parte da

---

[13] Por conta do acampamento de trabalhadores rurais sem terra da Fazenda Anonni – a “Esquina Natalino” - o maior do Brasil na década de 1980 se situar próximo à Macali, era muito comum a presença de jornalistas e emissoras de televisão no local naquela época.

empresa Gol, iniciou-se uma série de negociações com a COPREL, uma cooperativa de distribuição de energia com sede no município de Ibirubá - RS. O interessante era que as negociações aconteciam em dois níveis , primeiro entre representantes da comunidade e a empresa, depois internamente entre os membros da comunidade para acordar questões de preço, condições de pagamento e execução do projeto. No final, a estrutura da rede geral foi desenvolvida e executada pela COPREL, o custo da instalação da luz nas residências foi o mesmo para todos moradores, independente da distância entre a casa e a rede geral. Para baratear os custos, foram as próprias famílias que fizeram os buracos para colocar os postes e valetas de um metro de profundidade. O custo da instalação foi parcelado pela COPREL para ser pago no prazo de três anos e, além disso, para aqueles que quitassem o financiamento no primeiro ano, não incidiriam juros moratórios. Ressalte-se ainda que, no valor da instalação estava incluso uma geladeira. Assim, a partir de 1986, todas as famílias da Macali I e II possuíam além do acesso à energia elétrica, uma geladeira.

De fato, o acesso à energia elétrica abriu caminho para mais uma fonte de renda no assentamento oriunda da produção de leite. A partir de então era possível armazenar o leite para comercialização – a qual na época ocorria em tarros de 50 litros. Além disso, a energia elétrica permitia armazenar uma quantidade maior de leite para transformar em queijo. Sim, a energia elétrica foi um grande avanço, mas, mesmo assim, no final dos anos 1980, os processos produtivos no assentamento eram trabalhosos, como se destaca a seguir, tanto na produção leiteira quanto na produção agrícola em geral:

a) Na produção de leite, a ordenha era totalmente manual, a comercialização ocorria em tarros de 50 litros, a precariedade das estradas dificultava enormemente a comercialização, a nova rede de energia elétrica não funcionava com a eficiência necessária e, era comum constantes quedas na energia elétrica. De fato, como relata a Dona Maria Cristina Marcon, a qual terminou desistindo da produção leiteira, a situação era tal que:

> *[...] Era tudo manual, agente tirava tudo a braço, não tinha ordenhadeira, agente tirava tudo a braço, só que nós lá, o, logo logo que tinha as rede era muito fraca agente ficava, dava um vento ficava sem luz e agente não tinha com o que mandar avisar, supor, pra coprel ir lá ligar, quando um abençoado que vinha pra cidade, que dava um jeito, vinha, avisava, daí eles iam ligar a chave dai agente vinha, as vezes descongelava, estragava carne, porque ficava dois, três dias sem luz. Mas era assim era muito difícil porque deu um tempo ali, pisco e daí tu ficava, uma fase, daí desligava, daí não tinha, daí o leite tu já sabia, faltou luz, tira o leite já coalha nem espera vir a energia, já fazia o queijo, daí não deixava assim congela assim porque, quando nós tava lá nós podia congela os taro, daí o leitero vinha, levava o taro inteiro né, não era tudo a granel que nem é hoje e as ordenha, era tudo, congelava nos freezer, o leiteiro vinha lá, carregava os taro, deixava sempre tinha, dois ia, e dois voltava, ma dai quando chovia ele não entrava, daí primeiro era meio aonde eles encascalharam foi a geral, a geral daí eles botavam o cascalho, todo mundo quem tinha leite, quem tinha carroça, tinha boi levava até a estrada, mas como agente não tinha carroça e não tinha boi, as vezes quando o vizinho daí começo a ter, mora próximo que compro*

> *também ali que daí eles tinham carroça e tinham boi, daí ficou, nós carregava, ele passava na frente e já levava, mas tinha que ir de carroça, porque de carro ninguém passava [...].*

b) Na produção agrícola, naquela época não havia ainda o plantio direto e era então necessário lavrar e revirar a terra para plantar, o que aumentava enormemente o custo produtivo, principalmente pelo fato dos assentados necessitarem terceirizar boa parte desses serviços, como relata Fladmir Zorzi:

> *[...] então o que que acontecia, a terra eles tinham que remover, tinham que lavrar ela, remexe toda ela, então veja o custo de produção que tinha, que que, o que gastavam durante o ano pra fazer o preparo da terra, pra conseguir produzirem, e outra coisa também, a claro que era o momento, a técnica usada no momento era aquilo, inclusive os órgãos Emater, órgão de assistência, assim eles, plantavam tudo convencional, tinha que, assim a produção dava em torno, pra que produzia em torno 40 sacos de soja por ha era uma baita produção[...].*

A produção agrícola e a produção de leite embora fossem as principais atividades de ingresso de renda no assentamento, como se discutirá mais adiante neste texto, existiam ainda outras estratégias de reprodução socioeconômicas no seio das famílias. Havia aqueles que, por exemplo, processavam carne, e traziam para cidade para vender, junto com ovos e queijo. Também havia aqueles que vendiam a força de trabalho nas granjas com a finalidade de diversificar as receitas.

Nesta trajetória, os anos 1990 vão trazer significativas mudanças para o assentamento. Nessa altura, onze anos após a ocupação, a população do assentamento já era composta por um misto de agricultores fundadores, compradores e agricultores que fizeram permuta de outros assentamentos. Logo no início da década os assentados começaram a acessar o Procera. Mas, o que foi mesmo o Procera?

> O Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procera) foi criado pelo Conselho Monetário Nacional, em 1985, com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade agrícolas dos assentados da reforma agrária, com sua plena inserção no mercado, e, assim, permitir a sua “emancipação”, ou seja, independência da tutela do governo, com titulação definitiva (REZENDE, 1999, p. 1).

Com efeito, o Procera era originalmente um programa destinado a assentamentos federais e o assentamento Macali era um assentamento estadual, porém acessava este programa. Não foi possível apurar exatamente a razão pela qual isso acontecia, mas o fato concreto é que o acesso a essa linha de crédito trouxe avanços significativos a comunidade. De fato, o Senhor Ivo Barrichelo, um dos líderes do MST no município na época em que começou a ser contratado o crédito, relatou um pouco como funcionava para os assentados a linha de crédito:

> *[...] ma óia foi ali pros ano 90, demora, eu te dizer certinho, eu lembro que a primeira vez q nós fumo busca procera, agente recebeu 14 mil, mil cruzeiro, 14 mil, ai era assim: tu recebia 7 mil pra você bota calcário, bota adubo, arruma fonte de água, arruam estrevaria, arruma o galpõm e assim por diante, menos casa, o governo nom dava dinheiro pra casa, se era pra fazer um chiqueiro pra bota porco bonito dentro tínha dinheiro, ma pra casa, nom tinha dinheiro, e os outros 7 mil era pra você faze uma associaçom porque com 7 mil tu nom fazia muita coisa, tipo assim: eu você, ela, quatro vizinho vomo compra um trator e um arado e um jumbo, hoje ninguém mais usa isso ma, entom fizemo, reunio bastante gente daí fizemo grupo [...].*

Em todas as entrevistas com moradores o Procera foi mencionado com algo positivo, algo que auxiliou os agricultores a terem melhores condições de trabalho. De fato, através dos recursos acessados com o Procera, foram feitas principalmente correções de solo, melhorias nas propriedades, aquisição de matrizes leiteiras e até compra de maquinário – exceto moradia. Mas com dinheiro garantido para investir na lavoura, sobravam recursos próprios e familiares para melhorar as residências. Ora, como diversos assim o relataram nesse período ter construído uma casa nova ou reformado a velha. A aquisição de máquinas era feita em grupo, para otimizar a utilização. Quando o programa deixou de existir em 1997, funcionava nas linhas de custeio e investimento.

Por volta dos anos de 1992/93 iniciaram os primeiros experimentos de plantio direto[14], como relata Ivo Barrichelo. Segundo ele, a primeira lavoura foi plantada com certo receio, pois quase um mês depois, nada das mudas começarem a se desenvolver, mas, no final, deu tudo certo e esta prática de plantio começou a ser cada vez mais adotada. O sistema de plantio direto revolucionou a forma de produzir, na opinião deste entrevistado, pois este sistema além de aumentar a produtividade, auxilia na conservação do solo, diminui os custos de produção e ainda torna o processo menos trabalhoso na medida em que não é preciso revolver a terra para a realização do plantio. Outra conquista importante nesse período foi o “cascalhamento” da estrada geral, pois a colocação de cascalho torna a estrada mais resistente às chuvas, proporcionando melhores condições para o transporte em geral.

Em seguida, a partir de 1993 teve início a materialização das escrituras dos lotes, o qual verdadeiramente se intensificou no ano de 1994. Desde então os moradores do assentamento Macali tiveram seus lotes gradativamente escriturados. Aliás, a partir deste momento pode-se entender melhor a palavra “moradores”, tendo em vista que, nesta ocasião, os compradores já eram vários entre a população do Assentamento. Ainda mais porque, do ponto de vista do governo do estado esses compradores eram também considerados assentados, tanto que receberam a titulação definitiva dos lotes, da mesma forma que os

---

[14] O sistema de plantio direto trata-se de um processo tecnológico pra exploração de sistemas agrícolas e caracteriza-se pela mobilização do solo em apenas uma linha ou cova de semeadura, mantendo a cobertura do solo. Entre os aspectos positivos dessa prática está a contribuição para a conservação do solo e da água (FEBRAPDP, 2018).

assentados originais. Para receber a titulação, o valor pago pelos assentados era praticamente simbólico, a fim de cobrir os custos burocráticos. A partir daí, com a titulação definitiva, o morador passou a ser proprietário privado do lote, como tal, ele poderia então vender ou hipotecar a área, como é possível ser feito com qualquer bem de propriedade privada.

No ano de 1992, o INCRA, por meio da Instrução Normativa Nº 05, publicada no dia 28 de dezembro, propôs uma sistemática de integração entre os governos municipais, estaduais e federais no que tange a implantação de projetos de Reforma Agrária. Com base nessa normativa, em maio de 1998, a secretária da agricultura do estado do Rio Grande do Sul enviou ao INCRA um projeto para que o assentamento Macali I fosse reconhecido como assentamento federal. Este projeto foi elaborado pelo técnico da EMATER do município de Ronda Alta/RS e o seu conteúdo era baseado em um diagnóstico situacional do assentamento. No projeto técnico enviado ao INCRA foi possível, para esta pesquisa, obter uma análise de como estava o desenvolvimento socioeconômico do assentamento em 1998. O projeto abordava entre outros aspectos, os quatro pilares em que se procurou apoiar o texto sobre a trajetória histórica do assentamento: Utilização do solo, acesso a infraestrutura e instalações, serviços de apoio e aspectos sociais.

Quadro 1 – Principais características do projeto de assentamento enviado ao INCRA em 1998

(continua)

Características – Categorias	**Descrição**	
Área Total	1.066 hectares	
Distância da capital do estado	385 km	
Distância da sede do município de Ronda Alta/RS	25 km	
Capacidade de assentamento	66 famílias	
Nº famílias assentadas	51 famílias	
Solo	Casse II: 35%	Relevo suavemente onduloso, com limitações onduladas para seu uso. Permite a moto mecanização, permitem a produção média e elevada das culturas adaptadas para região. Corresponde a cerca de 35% da área.
	Classe III: 60%	Permitem a moto mecanização, a produção média e elevada das culturas adaptadas a região. Solo altamente suscetível a erosão, requer práticas constantes de controle a erosão. Corresponde a 60% da área.
	Classe VIII: 5%	Solos impróprios para qualquer tipo de produção, estão incluídas nessa classe: estradas, benfeitorias, matas ciliares. Equivalente a 5% da área.

(conclusão)

Utilização do solo	Safra de verão: Soja - 85% Milho - 8% Pastagem - 3% Pastagem permanente - 2% Safra de inverno: 85 % da área onde são plantados soja e milho no verão, são plantadas coberturas de solo, como por exemplo, aveia, nabo e azevém. Uso potencial: Suinocultura, piscicultura, avicultura, fruticultura, reflorestamento comercial e cultivo de erva-mate.
Infraestrutura e instalações	Acesso ao assentamento acontece por uma estrada de chão batido com 25 km em boas condições, no sentido Ronda Alta – Passo Fundo. - As estradas internas necessitam de reparo. Possui um centro comunitário de alvenaria com 200 m². As casas são na maioria de alvenaria ou mista. Existem também diversas instalações de apoio a produção, como pocilgas, galpões, salas de ordenha, estábulos. Rede elétrica monofásica. Dois poços artesianos em fase de construção que atenderão todas as 51 famílias.
Serviços de apoio	Assistência técnica: EMATER, Cooperativa Agrícola Novo Sarandi (COANOL). Comercialização dos produtos: Coanol e Cotrisal
Aspectos sociais	Renda média por família: 1,5 salários Educação: Escola até 8ª série no assentamento da linha Brilhante – 7 km de distância Escola de 2º grau na sede do município – 25 km de distância. Saúde: Posto de saúde com atendimento médico e odontológico duas vezes por semana na linha Brilhante – 7 km de distância. Uma agente de saúde preventiva reside no assentamento.

Fonte: Elaborado pela Autora (2018), com base no projeto de assentamento realizado pelo Escritório da EMATER de Ronda Alta/RS (1998).

Na medida em que o relatório da EMATER, sintetizado no Quadro anterior não aborda a produção de leite, pode-se supor que isso pode ter ocorrido devido ao baixo número de famílias que produziam leite no ano de 1998. Nessa época, a produção se apresentava de uma forma mais rudimentar, com comercialização a tarro, sem ordenhadeiras.

Finalmente, em 1998, o INCRA aprovou o projeto de assentamento e a partir de então, o Assentamento Macali passa a ser considerado um assentamento federal. A aprovação foi documentada na Portaria Nº 38, publicada no Diário Oficial da União, número 121, do dia 29/06/1998. Assim, os anos que se seguem são tratados, nesse trabalho, como a fase federal do assentamento. Portanto, de 1998 até o momento de realização dessa pesquisa em 2018 se passaram quase 20 anos, nos quais houve significativas mudanças, principalmente, com relação ao acesso à infraestrutura produtiva.

Foi somente por volta de 2003 que a RS 324, foi inaugurada, ligando os municípios de Ronda Alta/RS e Passo Fundo/RS. De fato, o assentamento permaneceu com difícil acesso por vários anos e, finalmente, passa a contar com acesso asfáltico até a sua entrada principal. Este fator, sem dúvidas, também pode ter contribuído para que houvessem avanços tecnológicos importantíssimos na produção de leite. Com efeito, especialmente entre os anos de 1999 e 2003, houve a disseminação a um custo baixo da inseminação artificial no rebanho leiteiro, o que melhorou a genética dos animais e, consequentemente, trouxe um aumento significativo de produtividade. Da mesma forma, a ordenha manual foi gradativamente substituída pela ordenha semi-mecanizada, por meio de ordenhadeiras, tornando o processo de ordenha mais rápido e menos trabalhoso. Outra inovação foi a adoção de uma nova forma de recolhimento do leite a partir dos anos 2000: o recolhimento realizado à granel. Esse novo processo eliminou os tarros e permitia a transferência do leite direto do resfriador onde estava armazenado para o caminhão de transporte. Para adquirir equipamentos de ordenha e resfriadores os agricultores contaram com a possibilidade de financiamentos do Pronaf, o qual gradativamente foi substituindo o Procera desde 1997.

No que concerne a produção agrícola, especialmente sobre o cultivo da soja, os entrevistados relataram que, próximo aos anos 2000, começaram a ser utilizadas as sementes transgênicas. Nesta ocasião deve-se ressaltar que, mais uma vez o processo de produção foi significativamente alterado. De fato, as sementes transgênicas são resistente ao glifosato, sendo então possível realizar um controle de pragas efetivo, onde é possível exterminar as ervas daninhas, sem prejudicar a planta da soja. Anteriormente o controle precisava ser feito de forma manual, com o trabalho realizado “na enxada”. Em seguida, no ano de 2003, mais precisamente em outubro, um forte vendaval atingiu a sede da comunidade. Nesta ocasião, o salão da comunidade e a escola foram parcialmente destruídos. A escola não foi reconstruída e os alunos foram remanejados para escola da linha Brilhante, distante sete quilômetros do Assentamento. O centro comunitário foi reconstruído, houve uma comoção da comunidade em torno da reconstrução, inclusive os entrevistados relataram que buscaram recursos em Porto Alegre com deputados.

No ano de 2014, o assentamento Macali I foi objeto de uma chamada pública do governo federal, executada pelo Escritório Local da EMATER do município de Ronda Alta. Assim, uma das atividades previstas na chamada pública era a realização de um diagnóstico situacional dos moradores. Nesse sentido, tendo em vista a base de dados que o escritório possuía e também o conhecimento dos extensionistas sobre o local, esta pesquisa buscou realizar uma entrevista a equipe da EMATER, a fim de obter informações sobre a situação

recente do assentamento. Com os elementos e a partir dos dados obtidos, construiu-se o Quadro 2, exposto logo a seguir.

A fim de agrupar os elementos, a seguir emprega-se o conceito de produção de grãos, como sendo o cultivo na safra de verão de soja e milho, e na safra de inverno trigo, canola ou cobertura de solo. Nas propriedades em que o leite é a atividade principal, eventualmente também é plantado soja, no entanto, a maior parte da área nessas propriedades é destinada a produção de pastagem e silagem para alimentação do rebanho. A seguir um Quadro resumo do diagnóstico situacional do assentamento Macali I entre os anos de 2014 e 2018:

Quadro 2 – Resumo do diagnóstico situacional do assentamento entre 2014 e 2018

(continua)

Características – categorias	**Descrição**
Famílias que residem na comunidade	• 18 Famílias
Utilização do solo	• Atividades Agrícolas 43 Lotes possuem como atividade principal a produção de grãos. Aproximadamente 75% da área do assentamento. 09 Lotes atividade principal a produção de leite. 02 Lotes atuam na produção de leite e suínos em sistema de grupo familiar. 02 Não localizados. 18 Lotes que possuem moradores, produzem também alimentos para subsistência. • Uso potencial: Produção de suínos, aves, produção de hortifrúti, implantação de agroindústrias.
Infraestrutura e instalações	• Acesso asfáltico até a entrada do assentamento. • Estradas internas cascalhadas. • Centro comunitário de alvenaria reconstruído em 2004. • Casas na maioria de alvenaria ou mista, instalações de apoio a produção com estábulos, estravarias, galpões, galinheiro. • Equipamentos nas propriedades com moradores: tratores, pulverizadores, plantadeiras, guinchos. • Rede elétrica monofásica. • Uma rede trifásica para produção de suínos. • Dois poços artesianos, todas as casas possuem água tratada e encanada. • Algumas casas possuem acesso a internet.
Serviços de apoio	• Assistência Técnica: • EMATER, Secretária Municipal da Agricultura, Cotrisal, revendas de insumos. • Comercialização da produção agrícola: • Cotrisal – posto de recebimento de grãos no acesso ao assentamento. E Orlando Ross no município de Pontão – 26 km de distância. • Comercialização pecuária: • Suínos – Integração com a empresa Acadroli do município de Rodeio Bonito – RS. Leite – Cotrisal, Italac, Coopac, Nestlé.

(conclusão)

Aspectos sociais e econômicos	• Educação: • Escola estadual até 8ª série no assentamento da linha Brilhante – 7 km de distância – Em processo de encerramento das atividades devido ao baixo número de alunos. • Duas creches municipais, uma escola estadual de ensino fundamental e uma escola estadual de ensino médio na sede do município, distante 19 km. O acesso ao transporte e a educação são gratuitos. • Escola Técnica vinculada ao MST, Instituto Educar, distante 10 km do assentamento. Possui curso técnico nível médio em agroecologia e graduação em agronomia, os cursos são disponibilizados gratuitamente no sistema de pedagogia da alternância. • Diversos cursos Universitários (particulares e públicos) na cidade de Passo Fundo, com transporte subsidiado pelo município. • Saúde: • Acesso a saúde na sede do município. Dois hospitais filantrópicos com atendimento gratuito pelo Sistema Único de Saúde. Não existe mais o posto de saúde na linha Brilhante nem agente de saúde comunitário como havia em 1998.

Fonte: Elaborado pela Autora com base na pesquisa de campo (2018).

Para uma compreensão mais didática das condições históricas de desenvolvimento do assentamento, conforme a temporalidade adotada, a seguir será apresentado o Quadro 3, procurando resumir as principais informações até então discutidas.

Quadro 3 − Resumo do diagnóstico situacional do Assentamento Macali I, entre os anos 1979 e 2018

(continua)

Características	Fase Estadual 1979 a 1998	Fase de Transição 1998	Fase Federal 1998 a 2018 e 2014 a 2018
Utilização do solo	• 1º Safra – Produção coletiva Feijão, milho, batatinha. Predominância de trabalho manual. Divisão em grupos de trabalho. • A partir da 2º Safra – produção individual. • Produção de soja, milho, porco, galinha (arrendo x diversificação). • Predominância da utilização de máquinas terceirizadas. • Compra de máquinas em grupo. • Produção de leite – sistema tarro • Sistema de Plantio Direto	• Safra de verão: Soja - 85% Milho - 8% Pastagem – 3% Pastagem permanente – 2% • Safra de inverno: 85 % da área onde são plantados soja e milho no verão, são plantadas coberturas de solo, como por exemplo, aveia, nabo e azevém. • Uso potencial: Suinocultura, piscicultura, avicultura, fruticultura, reflorestamento comercial e cultivo de erva-mate.	• Início da comercialização de leite a granel. • Melhoramento genético do rebanho. • Utilização de semente transgênica na produção de soja. • Quadro produtivo em 2014: Atividades Agrícolas 43 Lotes possuem como atividade principal a produção de grãos. Aproximadamente 75% da área do assentamento. 09 Lotes atividade principal a produção de leite. 02 Lotes atuam na produção de leite e suínos em sistema de grupo familiar. 02 Não localizados. • Uso potencial: Produção de suínos, aves, produção de hortifrúti, implantação de agroindústrias.
Infraestrutura e instalações	• Moradia em barracos. • Construção precária das primeiras casas. • 1986 Conquista da luz elétrica. • Acesso ao assentamento por estrada de chão batido com 25 km, com condições precárias principalmente em época de chuvas. • Estradas internas de chão batido e sem cascalho, difícil acesso no período de chuvas. • Melhoramento de casas e instalações principalmente após o Procera. • Acesso a água por fontes e poços nas propriedades. • Por volta de 1993 foi melhorado as condições da principal estrada interna do assentamento.	• Acesso ao assentamento acontece por uma estrada de chão batido com 25 km em boas condições, no sentido Ronda Alta – Passo Fundo. - As estradas internas necessitam de reparo. • Possui um centro comunitário de alvenaria com 200 m². • As casas são na maioria de alvenaria ou mista. Existem também diversas instalações de apoio a produção, como pocilgas, galpões, salas de ordenha, estábulos. • Rede elétrica monofásica. • Dois poços artesianos em fase de construção que atenderão todas as famílias.	• Em 2003 foi inaugurado o asfalto que passa no acesso principal do assentamento. • Quadro em 2014/2018 • Acesso asfáltico até a entrada do assentamento. • Estradas internas cascalhadas. • Centro comunitário de alvenaria reconstruído em 2004. • Casas na maioria de alvenaria ou mista, instalações de apoio a produção com estábulos, estravarias, galpões, galinheiro. • Equipamentos nas propriedades com moradores: tratores, pulverizadores, plantadeiras, guinchos. • Rede elétrica monofásica. • Uma rede trifásica para produção de suínos. • Dois poços artesianos, todas as casas possuem água tratada e encanada. • Algumas casas possuem acesso a internet.

(conclusão)

Serviços de apoio	• Assistência Técnica: posto de atendimento do estado até 1982/83. • A assistência continuou mesmo sem o posto. • Em 1991 abertura do escritório municipal da Emater no município. • Comercialização: Cotrisal, Coanol, Comara. • Assistência técnica do MST para o Procera.	• Assistência técnica: • EMATER, Cooperativa Agricola Novo Sarandi (COANOL). • Comercialização dos produtos: • Coanol e Cotrisal	• Assistência Técnica: EMATER, Secretária Municipal da Agricultura, Cotrisal, revendas de insumos. • Comercialização da produção agrícola: Cotrisal – posto de recebimento de grãos no acesso ao assentamento. E Orlando Ross no município de Pontão – 26 km de distância. • Comercialização pecuária: Suínos – Integração com a empresa Acadroli do município de Rodeio Bonito – RS. Leite – Cotrisal, Italac, Coopac, Nestlé.
Aspectos sociais e econômicos	• Educação Escola até a 4º série no assentamento. Escola de ensino fundamental no Assentamento Brilhante. • Saúde Acesso a saúde na sede do município após o fim do posto de atendimento. Em 1986 foi criado um hospital com acesso a saúde de forma gratuita.	• Renda média por família: 1,5 salários • Educação: - Escola até 8ª série no assentamento da linha Brilhante – 7 km de distância Escola de 2º grau na sede do município – 25 km de distância. • Saúde: Posto de saúde com atendimento médico e odontológico duas vezes por semana na linha Brilhante – 7 km de distância. Uma agente de saúde preventiva reside no assentamento.	• Educação: Escola estadual até 8ª série no assentamento da linha Brilhante – 7 km de distância – Em processo de encerramento das atividades devido ao baixo número de alunos. Duas creches municipais, uma escola estadual de ensino fundamental e uma escola estadual de ensino médio na sede do município, distante 19 km. O acesso ao transporte e a educação são gratuitos. Escola Técnica vinculada ao MST, Instituto Educar, distante 10 km do assentamento. Possui curso técnico nível médio em agroecologia e graduação em agronomia, os cursos são disponibilizados gratuitamente no sistema de pedagogia da alternância. Diversos cursos Universitários (particulares e públicos) na cidade de Passo Fundo, com transporte subsidiado pelo município. • Saúde: Acesso a saúde na sede do município. Dois hospitais filantrópicos com atendimento gratuito pelo Sistema Único de Saúde. Não existe mais o posto de saúde na linha Brilhante nem agente de saúde comunitário como havia em 1998.

Fonte: Elaborado pela Autora com base nos dados da pesquisa (2018).

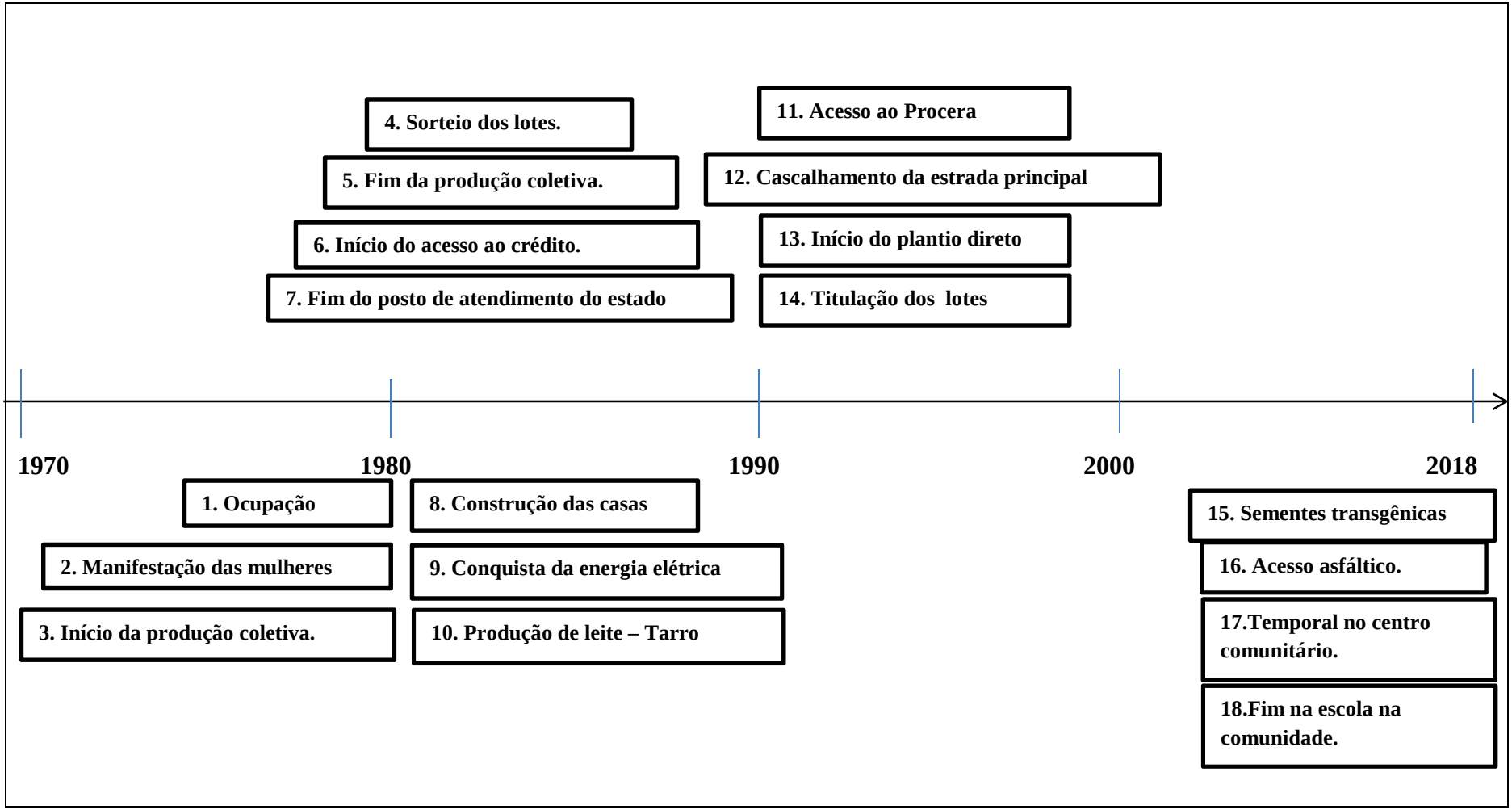
2.4 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS AO LONGO DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO

Inicialmente, do ponto de vista metodológico, deve-se destacar que, para identificar os principais acontecimentos ao longo do processo de assentamento foram utilizados dois tipos principais de análises basicamente. A primeira foi a análise do conteúdo das respostas as perguntas feitas aos entrevistados, sobre quais foram e como transcorreram os principais acontecimentos e pontos de inflexões na trajetória histórica do desenvolvimento do Assentamento. Assim, essa pesquisa procurou contribuir para levantar os principais acontecimentos, na opinião dos entrevistados. Uma segunda análise de conteúdo foi feita sobre todo o material das entrevistas e também a partir dos documentos que retratam a história do Assentamento. Nessa pesquisa foram extraídos os momentos importantes na trajetória do assentamento na visão da pesquisadora na análise.

A partir então das metodologias elencadas, foi possível apontar dezoito acontecimentos relevantes ao longo do processo de desenvolvimento do Assentamento. Ao final das entrevistas, os colaboradores foram questionados sobre quais acontecimentos (de forma geral) julgavam importantes na trajetória do assentamento, o que faz com que, ao longo do texto surjam algumas situações em que não possuem associação direta com os aspectos quatro aspectos principais em que o texto sobre trajetória está pautado.

Os dezoito acontecimentos estão elencados a seguir, em ordem cronológica, em muitos casos não foi possível precisar exatamente quando os fatos ocorreram, mas sim o período em que ocorrem. Após a representação, em termos da linha do tempo, esses dezoito fatos marcantes para os assentados, são discutidos separadamente.

Figura 3 – Linha do tempo dos principais acontecimentos do Assentamento Macali I, entre 1979 e 2018



Fonte: Elaborado pela Autora com base nos dados da pesquisa (2018).

1. A Ocupação: Esse momento, como já mencionado anteriormente, poderia originar páginas e páginas de relatos, pois ele é ainda fortemente presente na memória das pessoas que viveram e representou o ressurgimento dos movimentos sociais de luta pela terra. Como destaca o Pe. Arnildo Fritzen em seu depoimento:

> *[...] A sim, é o primeiro passo importante, lá digamos assim é a escola, a escola onde nasce as primeiras experiências, claro que depois essas experiências depois foram amadurecendo um pouco na Brilhante, mas especialmente no Natalino [...].*

2. A Manifestação das Mulheres: Pois bem, mas que manifestação foi essa mesmo? Logo nos primeiros dias de acampamento - não se deve esquecer que naquele período o país passava por uma ditadura militar - a polícia militar tentou desconstruir a ocupação. Foi então que as mulheres se organizaram e montaram uma barreira, junto com as crianças e afirmaram em alto e bom som: "vocês terão que passar por cima de nós". Assim, conquistaram a vitória através da resistência. O Pe. Arnildo, um dos principais líderes da ocupação, faz questão de ressaltar a importância desse fato, e inclusive solicitou, no momento de sua entrevista, que isso fosse registrado na pesquisa. Ele faz questão de salientar, a importância da mulher na luta pela terra e como isso repercutiu e se reproduziu na ativa atuação das mulheres dentro do MST. A multiplicação da atuação das mulheres pode ser observada na excelente passagem reproduzida a seguir, a qual foi escrita por Esmeraldo (2007, p. 4), quando procura pensar a atuação das mulheres no MST:

> Desde a formação do Movimento que mulheres protagonizam papéis estratégicos para o fortalecimento das lutas do MST. Mulheres lideram trabalhadores em ocupações de terra; formam barreiras com as crianças nos embates e enfrentamentos com policiais, milícias privadas e jagunços; participam de marchas pelas estradas brasileiras; organizam ocupações de prédios públicos; compõem comissões de reivindicação junto ao poder público; deslocam- se de lugares de origem para liderarem a criação do Movimento em outros territórios; viajam para outros países para representarem o MST; participam de eventos internacionais para a construção de movimentos de caráter internacional como a Via Campesina, dentre outros.

3, 4, 5. Início e Fim da Produção Coletiva e o Sorteio dos Lotes: Nessa discussão podem ser perfeitamente aglutinados os itens três, quatro e cinco, ou seja, o início e o fim da produção coletiva, o qual durou uma única safra e o sorteio dos lotes. Nesta análise, em primeiro lugar, deve-se destacar dois pontos essenciais: Em um primeiro momento, foi proposto aos recém assentados um modelo de produção ligado ao projeto de modernização da agricultura brasileira. Ora, vários são os eminentes pesquisadores - donde destacam-se Silva (1982), Delgado (2012), entre outros -, os quais em seus trabalham criticam enormemente esse processo de modernização da agricultura. Eles revelam que este processo não foi pensado

para o pequeno produtor e criticam a necessidade de enormes volumes de capital para produzir, além de fortes impactos do ponto de vista do êxodo rural durante esse período. Segundo estas pesquisas, neste período, acima de tudo, foi um processo que favoreceu a reprodução das grandes propriedades, ou seja os médios e grandes produtores conseguiam exclusivamente com maior facilidade acessar a política agrícola.

Um segundo ponto a destacar concerne a adoção do modelo de produção coletiva. Ora, diante desse contexto mais macro da política agrícola no período da ocupação, referido anteriormente, há de se supor aqui a possibilidade, ou a hipótese, de que, se tivessem continuado no sistema de produção coletiva, o futuro de todos poderia ter sido outro. Se o sistema de produção coletiva existisse hoje poderíamos imaginar que o Assentamento seria um grande produtor nestas terras do noroeste gaúcho. Ora, atualmente, uma grande propriedade de 1600 ha, com 110 famílias vivendo a partir dela, por meio de produção coletiva e morando em agrovila. Esse modelo traria talvez, mais competitividade, mais eficiência e diluiria os custos de produção, talvez poderia então ter contribuído para que um número maior de família permanecesse no assentamento. Talvez, talvez, talvez, são apenas suposições visto que isso não aconteceu. O fato é que essa escolha, de seguir produzindo individualmente, foi um verdadeiro divisor de águas nessa trajetória, dividiu inclusive a comunidade em duas: Assentamento Macali I e II e ainda aumentou o contingente de trabalhadores rurais sem terra.

Portanto, no entendimento desta pesquisa, é possível supor, nesta parte da história a importância da metodologia de realização de sorteio para escolha dos lotes ter sido realizada para definição e distribuição dos lotes. Ora, como se sabe, o número de lotes disponibilizados era menor que o número de famílias demandantes, então algumas famílias tiveram que deixar o acampamento e seguir para os demais acampamentos que já estavam acontecendo na região.

Figura 4 – Momento em que os assentados receberam a anuência dos lotes no Assentamento Macali I

Fonte: Arquivo pessoal de Orilde Cristófoli Schimitz, gentilmente cedido para uso nesta pesquisa (1981).

No fundo da cena é possível observar máquinas agrícolas, o que sinaliza a utilização de um processo mecanizado, nota-se também várias crianças e jovens na foto. Sobre essa escolha de produzir de forma individual, em seu diagnóstico publicado em 1983, Gehlen (1983) considerou que a escolha estava ligada a situação anterior em que os assentados, vivian onde não possuírem a propriedade da terra, foram expulsos da área indigena. Assim o lote individual garantia a eles um papel para chamar aquela terra de própria, lhes proporcionava segurança.

6. Início do acesso ao crédito: Os assentados da Macali, tão logo que receberam o lote, conjuntamente receberam também uma carta de anuência, a qual permitia processar a solicitação de financiamentos junto aos bancos. Essa foi uma questão que recebeu inúmeras críticas durante as entrevistas, principalmente pelo total despreparo revelados por assentados, quando foram literalmente lançados para as atividades bancárias. Estes fatos transcorreram no início da década de 1980, a qual é conhecida em um contexto mais macroeconômico como a "década perdida". Os autores Buainain e Filho (2009) por exemplo consideram o âmbito da política agrícola desse período como a "era da intervenção caótica", dentro desse contexto deve-se destacar que, uma política de crédito rural que não possuía especificidades para os pequenos produtores, colocando-os a mercê das mesmas condições oferecidas aos médios e grandes produtores, o que na maioria das vezes ocasionava total incompatibilidade.

Neste aspecto, o Pe. Arnildo Fritzen é enfático ao relatar diversos problemas de reprodução socioeconômica, como abandono dos lotes. Para ele, este processo se inicia no momento em que os assentados foram encaminhados aos bancos:

> *[...] As casas até não foi o problema, o problema surge logo depois quando o governo encaminha eles pros bancos. Pro Banco do Brasil financia a produção, ai começa o grande problema. Porque daí não tendo máquina, não tendo recursos, não tendo muito menos preparados pra um sistema totalmente diferente [...].*

> *[...] Daí pra frente é que começa a morte, e esse é o fator terminante do assentamento, é exatamente essa produção. Essa entrada no mundo do agronegócio. Que o governo pôs todos dentro dessa prática, não incentivou produzir alimentos, por mais que eles reivindicavam, pediam exigiam, e queriam que os técnicos ajudassem; não os técnicos do governo era pra encaminhar tudo pro agronegócio [...].*

Da mesma forma, o extrato da entrevista com o Senhor Fladmir Zorzi destaca um relato que retrata bem o despreparo das famílias para ser gestores de um negócio e não mais apenas produtores rurais:

> *[...] e outra, pra incentivar, o que eles faziam, abriam a conta e davam um talão de cheques pro agricultor, e muitos deles não sabiam o que era um talão de cheques, achavam que até que tinha folha no talão ia soltando, daria né, eles não tinham noção muitos. Ai até um dia o gerente do banco chegou lá, o fiscal do banco chegou na casa e falou: fulano, mas tu tá, o teu saldo, estoro tudo tuas contas lá. Mas como que estourou, olha que o talão falta mais da metade, disse pro Paulo Andaeli que era o fiscal [...].*

Igualmente, ao se observar mais atentamente o trabalho feito por Gehlen (1983) fica mais fácil entender porque essas situações aconteciam. De acordo com o diagnóstico deste pesquisador, 40% da população adulta que vivia na Fazenda Sarandi era analfabeta. É passível de entender que pessoas analfabetas tivessem certa dificuldade de tratar e administrar certos negócios que envolvem transações bancárias.

7. Fim do posto de atendimento do estado: entre os anos de 1982/1983, não se soube precisar exatamente, teve fim o posto de atendimento do estado no Assentamento, por entender que o assentamento já poderia ter certa autonomia. Aqui cabe destacar o aspecto negativo desse fato, principalmente com relação a facilitação da comercialização dos lotes. Conta o técnico da EMATER, Fladmir Zorzi, que enquanto o posto estava lá instalado não era permitido realizar a comercialização dos lotes e que quando havia algum indício de negociação eles interviam e não permitiam a comercialização, até para moralizar a presença do estado lá e os critérios de distribuição dos lotes. No entanto, após o fim do posto, a comercialização se tornou uma prática comum, tanto que, em 1998, quando o assentamento se

tornou federal era já expressivo o número de assentados compradores, isto é, estavam lá por que haviam comprado seus lotes.

8. Construção das casas: Imediatamente após a distribuição dos lotes em 1980, iniciou-se o processo de se estabelecer na nova terra. Observa-se que os assentados relatam com forte carga de emoção e de boas lembranças aquele momento de construção de suas moradias, assim como aqueles momentos em que iam gradativamente melhorando as instalações das casas. Enfim, como foi possível esta pesquisa identificar, em 2014, dos 66 lotes existentes, apenas 19 possuem pessoas ou famílias residindo, ou seja em torno de um quarto deles, o que conduz os entrevistados em geral à comentar que, com certo receio, "os granjeiros" que compram as terras não querem saber das casas e destroem para plantar soja.

9. Conquista da energia elétrica: Neste aspecto tem-se algo que realmente deve ser chamado de "conquista" nessa trajetória, como descrito anteriormente. De fato, a trajetória histórica de luta pelo acesso a energia elétrica foi um processo que envolveu várias negociações e uma organização por parte dos assentados na busca em selecionar o problema de sua ausência. Essa conquista trouxe evidentemente mais qualidade de vida para os assentados, e também abriu portas para novas fontes de renda, como a comercialização do leite. Com energia elétrica era possível armazenar o leite para ser comercializado. Aliás, não é demais destacar que, a energia elétrica demorou sete anos para chegar ao assentamento.

10. Produção de leite: No final dos anos 1980 teve início a produção e comercialização de leite, ainda que com certa dificuldade nos processos produtivos, como ordenha manual, recolhimento em tarros de 50 litros, mas o leite significou mais uma fonte de renda. A tecnologia utilizada na produção de leite evoluiu com o passar dos anos. De fato, em 2018, a produção do leite está presente no assentamento e é a principal atividade produtiva em onze lotes. De forma geral, no noroeste do Rio Grande do Sul, o leite tem se tornado uma importante fonte de renda no meio rural, principalmente em pequenas propriedades. Com base em dados do IBGE é possível afirmar que a região noroeste do Rio Grande do Sul é a principal bacia leiteira do estado, correspondendo a aproximadamente 60% da produção (BRUM; RAMOS; WIECZOREK, 2015).

11. Acesso ao Procera: O acesso a essa linha de crédito possibilitou significativas melhorias nas estruturas produtivas dos assentados. De fato, ao analisar os conteúdos das entrevistas, quando o Procera foi mencionado, foi possível identificar:

a) que a linha de crédito exigiu uma organização interna da comunidade, em grupos, decisões coletivas para correta operacionalização do ponto de vista do desenvolvimento estratégico do Assentamento;
b) relatos de dificuldade na gestão, ou "má gestão" dos recursos por parte de alguns beneficiários, como por exemplo, utilizar o recurso para pagar dívidas pré-existentes ao invés de aplicar no desenvolvimento da atividade;
c) o recurso auxiliou na compra de máquinas, de matrizes leiteiras e na correção de solo. Igualmente, embora os recursos não pudessem ser aplicados diretamente na melhoria das moradias, mas com recursos financiados nas atividades produtivas, seus recursos excedentes puderam, na maior parte dos casos, ser usados na construção ou melhoraria das moradias;
d) Uma parte dos recursos obtidos era destinado para uso individual e outra para uso coletivo, em torno de 50% do valor para cada respectivamente. A destinação de recursos para uso coletivo incentivou a organização de grupos de trabalho, os quais compravam máquinas juntos, para uso comum e também prestavam serviços os demais assentados.

12. "Cascalhamento" da estrada principal: Foi por volta de 1992/93 que a estrada principal de acesso ao Assentamento foi empedrada ou cascalhada - como popularmente é conhecido o processo de largar pedras de cascalho na estrada para que ela fique mais compacta. Essa melhoria ajudou no escoamento da produção e no acesso dos assentados aos recursos sociais existentes na sede do município, como educação e saúde, dentre outros. Nesse sentido, uma entrevistada relata por exemplo que, em 1990, quando sua filha nasceu, precisou fazer um trajeto alternativo para se deslocar até a cidade de Ronda Alta/RS, fazendo um percurso bem maior que o convencional, isto em decorrência das péssimas condições da estrada.

13. Início do plantio direto: Como se discutiu anteriormente, a produção de grãos esteve presente desde os primeiros momentos de criação do assentamento. Com efeito, o sistema de plantio direto revolucionou a forma de produzir grãos na região, mas especificamente a forma de plantar. Nas entrevistas de forma geral foram relatados diversos aspectos de eficiência com relação ao novo sistema, tanto na diminuição do custo operacional e do trabalho de plantio, como também no aumento de produtividade. Mesmo assim, um entrevistado também mencionou um aspecto negativo desse processo, segundo ele, juntamente com a semente transgênica, o plantio direto contribuiu para que houvesse menos necessidade de força de

trabalho no campo. Com isso os jovens não se sentiram atraídos a ficar no assentamento, pois na visão dele não havia mais trabalho.

14. Titulação dos lotes: A partir da titulação dos lotes as famílias possuíam efetivamente a propriedade privada da terra e portanto, poderiam vender, doar, enfim usufruir plenamente deste título. Nas entrevistas notou-se importantes divergências de opiniões sobre essa questão. Por um lado, um dos entrevistados argumentou ter sido uma conquista importante, mas de difícil negociação, isso porque dentro do assentamento a grande maioria desejava a titulação, mas fora do assentamento haviam pessoas contrárias. Esse entrevistado era a favor da titulação, ele argumenta que as pessoas estavam vendendo o lote igual, a titulação seria então, uma forma de ganhar mais pela venda dos mesmos. Já em outra entrevista, pode-se perceber um pouco "quem" eram as pessoas contra a venda, tratava-se do MST. O movimento entendia que a titulação seria uma forma indireta de incentivar a venda, mas como o entrevistado mesmo disse: "o movimento perdeu essa luta".

15. Utilização de sementes transgênicas: A partir dos anos 2000 começa a se difundir de forma maciça a utilização de sementes de soja transgênicas. De fato, essa nova tecnologia diminuiu significativamente o trabalho braçal na produção. Sobre essa questão os entrevistados ressaltaram claro, os ganhos de produção e produtividade que a tecnologia trouxe, mas igualmente apontaram alguns aspectos negativos sobre essa tecnologia, principalmente com relação ao emprego da mão de obra no campo, como ilustra o extrato da entrevista do Senhor Ricieri Pitol, a seguir:

> *[...] por exemplo, um granjeiro aqui que tinha 13, 14 família pra poder limpa a soja, passar arradinho, carpi e coisarada tal. Agora com dois faz tudo. Passa veneno pro inço, pro tratamento, faz tudo.É que nem a medicina, medicina antigamente e hoje, é enorme a diferença [...].*

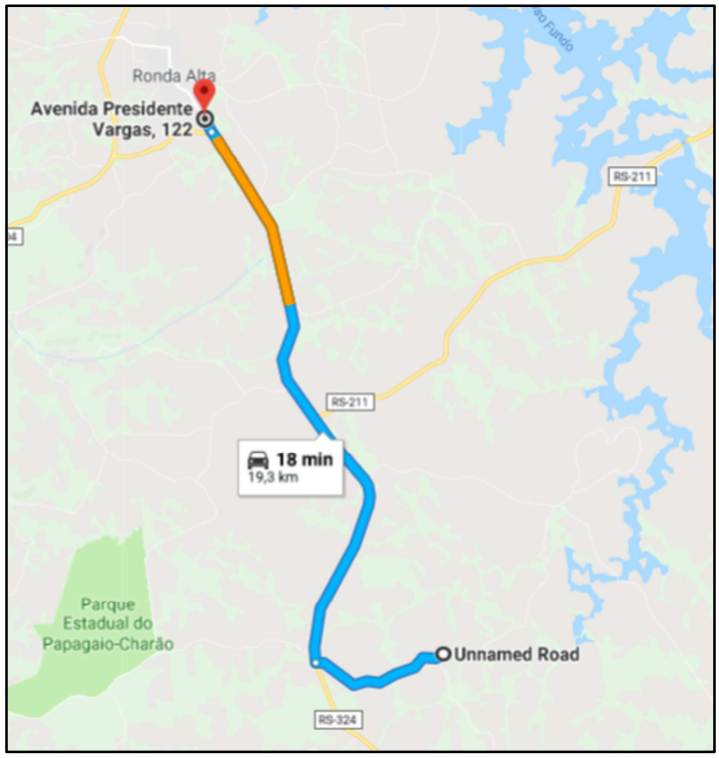
Eles relataram também que foram até advertidos no nível do movimento MST sobre os aspectos negativos da utilização das novas tecnologias, como ilustra o extrato de entrevista do Senhor Dioraci Antunes, a seguir:

> *[...] É que tu ve assim, agente não era, quando começo essa produção mecanizada e esse plantio direto, ai começou tirar as pessoas, porque ai vai lá, passa um secante, e um só faz um serviço pra quantos, e hoje, acho que, até nós tivemo pessoas que fizeram estágio, pararam na minha casa lá, que tem uma agrônoma lá de Buenos Aires, que é Arli Marieli ela ficou 8 dia lá em casa e ela sempre dizia que, o transgênico não era pra nóis deixa entrar, que se, esse soja, o plantio direto e transgênico, porque isso talvez até seria uma coisa que ira prejudicar futuramente, porque ia tirar os agricultor de cima da terá, porque que eles iam, o pessoal que tinham mais poder aquisitivo, comprando dos outros, eles iam ficando perto, não podiam produzir aquilo que era possível, não podiam por aquilo que a terra precisava, e ai saiam, deu nisso ai que aconteceu né [...].*

Sobre o mesmo assunto, o Senhor Ivo Barrichello, contribuiu ainda dizendo que, até tentou nos primeiros anos controlar as doenças e pragas sem agrotóxicos, conforme a orientação recebida do movimento, mas aos poucos, a proximidade com vizinhos que utilizavam agrotóxicos inviabilizou a tentativa.

16. Acesso Asfáltico: As estradas, especialmente as condições dessas, foram inúmeras vezes relatadas nas entrevistas como uma dificuldade, principalmente nos primeiros dez anos de criação do assentamento. O acesso asfáltico representou um enorme aumento de eficiência no escoamento da produção, principalmente no que concerne a produção de leite, a qual passou a possuir recolhimento diário, o que muitas vezes era prejudicado pelas condições da estrada. O transporte escolar também foi afetado positivamente pelo asfalto, além disso, o roteiro do ônibus universitário com destino a cidade de Passo Fundo - RS passou a utilizar o roteiro a RS 324. Assim, um jovem do assentamento que desejasse estudar a noite em Passo Fundo/RS poderia acessar o transporte a poucos minutos de cada. Na sequência, o trajeto do município de Ronda Alta/RS até a sede do assentamento, dos 19,3 km totais, 15,5 passaram a ser de acesso asfáltico, o qual pode ser percorrido em 18 minutos como o próprio *google* indica na Figura 5 a seguir.

Figura 5 – Trajeto do município de Ronda Alta/RS até a sede do assentamento Macali I



Fonte: *Google* maps (2018).

17, 18. A ocorrência de um temporal no centro comunitário e o Fim da escola na comunidade: Um temporal de significativas proporções atingiu a sede da comunidade em outubro de 2003. Neste temporal, além do salão de eventos e a escola da comunidade formai destruídos. A partir de então, não houve mais escola na comunidade e o salão foi reconstruído com organização e comoção dos moradores.

Na trajetória de desenvolvimento do Assentamento, esses foram os dezoito acontecimentos relevantes destacados pela pesquisa. Claro que, algumas questões, as quais poderia de se esperar que aparecessem de forma mais intensa nesse texto, como por exemplo as questões climáticas, e de fato, os entrevistados mencionaram o temporal de outubro de 2003 com maior frequência. Sobre a questão um entrevistado falou algo sutil sobre uma seca no início dos anos 1990, no geral parece que eles entendem as eventuais anormalidades climáticas como seca, chuva excessiva, como sendo algo do cotidiano da vida do produtor, algo que precisa ser administrado por eles no dia-a-dia.

Para encerrar esse capítulo, cita-se o estrado de uma resposta inesperada, mas interessante, sobre os principais acontecimentos ao longo do processo de assentamento. Talvez, seja impossível saber, talvez o entrevistado não tenha entendido bem a pergunta, mas não falou de alguns acontecimentos, mas da criação do assentamento como algo importante:

> *[...] É eu acho que se for olhar, foi um marco importante, por inúmeras coisas, uma grande propriedade, onde uma pessoa só tinha a propriedade, muito mal explorada, como agente via na época como que tava, plantavam nada, tinham meia dúzia de cabeça de gado, foram assentado no caso, 100 famílias, 100 famílias que representavam um média de, eu acredito que uma média de 5 pessoas por família, eu acredito que no mínimo 5 pessoas por família, então no mínimo 500 pessoas numa área dessas, então só ai, já é um impacto muito grande. E assim também, a valorização deles também, bem agora eu tenho um pedaço de terra [...].*

É sobre essas centenas de pessoas que povoaram essa área quase inabitada, as quais o texto que se segue no próximo capítulo vai continuar contando a história,. O próximo capítulo trata das diferentes trajetórias e estratégias socioeconômicas das famílias com relação ao lote recebido. A abordagem tem ênfase nas trajetórias a partir de 1998, até por uma questão de banco de dados, visto que foi possível acessar a lista de assentados apenas a partir de 1998. Mesmo assim, com o desenvolvimento da pesquisa, percebeu-se que não tem como não falar das famílias que moravam no assentamento antes de 1998, a história é um ciclo. No texto desse capítulo foi sinalizado sutilmente que em 2018 apenas 18 famílias moram no assentamento, foi comentado também que a partir da segunda, terceira safra os lotes começaram a ser comercializado. Então, quem são proprietários de terras da Macali I? Assentados fundadores, compradores, assentados que fizeram permuta? O que aconteceu com

os assentados que venderam os lotes, porque venderam? Os que permanecem, o que diferencia a trajetória deles? Essas e muitas outras curiosidades que vão surgindo na leitura do texto histórica serão debatidas a seguir.

3 PERMANÊNCIA E ABANDONO DOS LOTES NO ASSENTAMENTO

No presente capítulo pretende-se discutir as diferentes trajetórias socioeconômicas das famílias que compõem o assentamento, segundo seus próprios processos de desenvolvimento com relação a propriedade dos lotes, assim como os principais fatores que diferenciam essas trajetórias, com relação à permanência ou abandono dos lotes, no que concerne o processo de desenvolvimento do assentamento em geral. Ora, para a compreensão destes processos deve-se ter em mente que os mesmos representam temáticas que estão relacionadas aos elementos mais gerais e mais macro, que é a reprodução socioeconômica da agricultura familiar. Nesse sentido, em um primeiro momento, o texto que segue deverá produzir, ainda que sumariamente, uma revisão sobre este assunto nas ciências sociais agrárias, em especial do Brasil.

3.1 A REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Ao iniciar uma pesquisa no campo das ciências sociais agrárias brasileiras, sobre agricultura, o pesquisador logo se depara com a definição jurídica da agricultura familiar no país, expressa pelo artigo terceiro da Lei 11.326, de 2006:

> [...] considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; e, IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006, p. 1).

No ano de 1996, Wanderley (1996, p. 2) questionava: “Mas, afinal, o que vem a ser uma agricultura familiar?” Seguindo esse questionamento, é possível se perguntar, mas afinal de contas: quais foram os fatores que levaram a adoção dessa definição de agricultura familiar – padronizada a nível nacional – conforme estabelecido na lei 11.326? Qual a origem da ideia e da noção de agricultura familiar adotada? Quais eram as articulações e os pressupostos teóricos dessa definição? De que maneira esse debate evoluiu na sociedade brasileira e quais foram os contornos da questão? Nas últimas duas décadas os processos agrários foram altamente pesquisados, e nesse contexto, a diversidade regional uma característica ressaltada, mesmo assim, adotou-se um conceito padronizado. Quais foram os

motivos que justificaram a adoção desse conceito - homogeneizante e padronizado em si mesmo?[15]

Assim, para fazer frente a estes questionamentos e melhor caracterizar este processo histórico, esta pesquisa adotou dois caminhos principais na investigação do período que antecede a formulação da Lei da Agricultura Familiar em 2006: de um lado, se buscou resumir as perspectivas teóricas que estavam subjacentes nas discussões; e, de outro, procurou retraçar os caminhos políticos e sociais que levaram a esta concepção, através do acompanhamento dos principais fóruns sociais e do sindicalismo rural realizados neste período que antecede a formulação da Lei.

3.1.1 Os debates das ciências sociais agrárias do Brasil

É notório observar, que nos debates das ciências sociais agrárias brasileiras (sociologia, economia, história, antropologia, entre outras disciplinas), esteve presente, desde muito cedo, as influencias ponto de vista dos autores marxistas e de seus textos publicados no século passado[16]. De fato, os pressupostos teóricos desses autores projetavam um cenário em que a evolução do capitalismo na agricultura, necessariamente levaria ao estabelecimento de um processo de industrialização de sua base produtiva, cuja divisão social do trabalho seguiria os mesmos rumos das indústrias urbanas. Nessa perspectiva, a proletarização dos pequenos agricultores seria uma questão de tempo, tendo em vista suas incapacidades estruturais em competir com as grandes unidades produtivas.

Nesse sentido, Karl Kautsky, por exemplo, no ano de 1899, em seu trabalho, buscou demonstrar a superioridade da grande exploração capitalista sobre a propriedade camponesa. A ideia era de que no contexto da industrialização da agricultura, seria uma tendência a integração dos grandes e não dos pequenos produtores no processo (KAUTSKY, 1986). Ainda sobre o assunto, Vladimir Lenin, observava que a característica básica da sociedade agrária, passava por um momento de intenso desenvolvimento capitalista. Para este autor, esses processos resultariam, em uma evidente diferenciação social no interior do próprio

---

[15] Um questionamento analítico semelhante, a partir da questão: “agricultura familiar, objeto concreto ou título nominal?”, é realizado por Garcia Jr. e Heredia (2009). De acordo com estes autores, p. 215 “a generalização do uso da categoria ‘agricultura familiar’ foi largamente facilitada pela implantação, ainda nos anos de 90, do Pronaf.” Para eles, foi um “reconhecimento oficial da diversidade de atores do mundo agrícola, quebrando o monopólio dos grandes produtores e do agronegócio” (GARCIA JR.; HEREDIA, 2009).

[16] Excelentes revisões do debate clássico das ciências sociais agrárias, em especial a partir do enfoque marxista, foram já realizadas. Nesse sentido, sugere-se a leitura de Carneiro (2009).

campesinato, que seria dissolvido progressivamente, entre as duas classes fundantes da sociedade capitalista: o proletariado e a burguesia (LENIN, 1980; 1981).

No entanto, apesar desses preceitos teóricos e projeções dos autores marxistas, a evolução do mundo rural revelou que as pequenas propriedades rurais estavam resistindo – das mais diversas formas - ao destino previsto por esses autores dentro do contexto do desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, principalmente a partir da segunda metade do século XX, iniciaram, no cenário internacional, discussões e estudos sobre a reprodução socioeconômica dessas propriedades. No centro dos debates, estavam as evidências de que as expansões das relações de produção capitalista, em conjunto com a mercantilização da atividade agrícola e do espaço rural, não estariam, necessariamente, resultando em processos de dissolução dos camponeses em proletários e burgueses como projetavam Kautsky ou Lenin. Na verdade, estavam resultando em processos diversificados de organização e reprodução socioeconômica.

De fato, o desenvolvimento histórico demostrou, nos mais diversos lugares do planeta que, a inserção dos pequenos produtores e dos camponeses nos mercados - ainda que na maior parte das vezes de forma parcial e precária - não acontecia da mesma forma para todos os produtores. Essa condição de “resistência” e “sobrevivência” dos pequenos agricultores evidenciava uma condição de reprodução econômica interessante, pois esses, não eram proletários rurais (assalariados), nem mesmo se encaixavam integralmente na categoria de produtores rurais com uma lógica empresarial, da chamada agricultura produtivista.

Assim, a leitura feita pelos autores Mann e Dickinson (1978) a respeito desses fenômenos, por exemplo, fez com que esse debate clássico ganhasse um viés um pouco diferente e incorporasse a discussão novos elementos, como por exemplo, a definição de alguns limites “naturais” para a expansão do capitalismo na agricultura. Ora, segundo esses autores, no setor da agricultura – mesmo sendo identificados de forma semelhante com os pressupostos teóricos marxistas como Kautsky e Lenin - os empreendimentos capitalistas se confrontavam a obstáculos estruturais inerentes. Isso porque, existem especificidades técnicas e naturais do processo de produção rural, se comparado com o processo industrial (diferenças sazonalidade de produção e de trabalho) e da interferência da própria renda da terra.

Para outros autores - de alguma forma com o intuito de manter o prognóstico leninista de proletarização do campesinato – tratava-se de valorizar as especificidades das esferas de circulação e comercialização no processo de valorização do capital na atividade agrícola. Assim, para Vergopoulos (1977), por exemplo, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura não faz com que as formas não capitalistas de produção no campo desapareçam,

mas ao contrário elas são redefinidas e incorporadas na lógica capitalista, são também restruturadas segundo os interesses da acumulação de capital.

Da mesma forma, autores como Friedmann (1978) e Bernstein (1979) - ambos com forte influência do “modelo chayanoviano” - sustentavam a ideia que, na agricultura, a reprodução das formas de produção familiares se verificava porque - nestes casos - ocorria uma combinação da propriedade do capital e da provisão do trabalho (família), características relevantes e de definição da plena ou relativa inserção dos camponeses aos mercados e as economias monetizadas.

No caso brasileiro, as influencias destes debates se manifestaram de diversas formas. Sobre o assunto é importante ressaltar que, conforme os registros históricos assim demonstram, desde os primeiros povoamentos do território nacional, o que era possível observar a presença de grupos de agricultores que produziam com base no trabalho próprio ou familiar. Esses produtores eram orientados por diferentes racionalidades produtivas e econômicas, a produção de alimentos para a sociedade urbana e do interior dos engenhos e fazendas latifundiárias (WANDERLEY, 1999). Ora, diferentemente dos prognósticos das teorias clássicas acerca da questão agrária discutidas logo acima, a modernização da agricultura brasileira não significou “necessariamente” a proletarização dos chamados camponeses. De fato, importantes estudos defenderam a tese de que o campesinato teria ocupado um espaço produtivo, criado pelo próprio capital em seu funcionamento no setor agrícola. Isso acontecia na medida em que o campo forneceria mão-de-obra e matéria-prima baratas para o processo de acumulação do capital em diversos segmentos industriais vinculados a transformação dos produtos rurais. Dentro deste entendimento geral de funcionalidade ao desenvolvimento capitalista, diversas explicações ou interpretações dos processos socioeconômicos em curso no país podiam ser encontrados neste debate.

Com efeito, os anos 1980 foram importantes nesse sentido. Enquanto que, do ponto de vista de José Graziano da Silva tratava-se de “...entender a proletarização de uma maneira bastante ampla, como processo de subordinação direta do trabalho ao capital e não apenas como expropriação completa dos meios de produção do camponês” (SILVA, 1981, p. 51); para outros como José de Souza Martins por exemplo, era preciso notar que o desenvolvimento do campesinato faria parte da estratégia mais geral do capital “...como forma de garantir a produção não capitalista do capital, naqueles lugares e naqueles setores da economia que se vinculam ao modo de produção capitalistas através de relações comerciais” (MARTINS, 1986, p. 21).

Nesta mesma direção, as conclusões da revisão do debate até então da questão "camponesa" nos principais autores brasileiros levavam a que Maria de Nazareth B. Wanderley pudesse caracterizar o campesinato, ou os pequenos produtores rurais relativamente independentes, como "trabalhadores a domicilio para o capital"[17] (WANDERLEY, 1985). O autor José Vicente T. Santos, estudou os camponeses produtores de uva da chamada zona colonial do estado do Rio Grande do Sul, constituída basicamente por imigrantes italianos. Em suas análises o autor procurou sustentar a ideia de que os produtores estariam submetidos a um processo de subordinação "apenas" formal ao capital, isto é, a um processo de produção de seu sobre trabalho e transferência ao capital formal (SANTOS, 1978).

A partir dos anos 1980, surgem vários estudos e pesquisas, em diversas regiões do país – nos campos da antropologia, sociologia e economia rural, entre outros – sobre a diversidade e complexidade do mundo rural brasileiro. Nesse sentido, foi relevante a repercussão provocada pela publicação dos trabalhos de Angela Kageyama e Sônia Bergamasco no ano de 1989, o qual trouxe uma a proposta de tipificação dos agricultores. As referidas autoras propuseram a criação de uma tipologia dos agricultores tendo como pressuposto as relações de trabalho. Assim, em um primeiro momento a divisão foi feita entre empresas capitalistas e trabalhadores de base familiar. Ao final do trabalho, a agricultura brasileira havia sido segmentada em quatro principais categorias: a) empresas capitalistas, caracterizadas pelo trabalho não familiar e pela presença da figura do administrador; b) familiares puros, na qual o trabalho é totalmente realizado pela família; c) familiares complementados, o trabalho familiar predomina, no entanto é recorrente a contratação de trabalhadores temporários; d) empresas familiares, nessas predomina a contratação permanente de trabalhadores externos à família (KAGEYAMA; BERGAMASCO, 1989).

Neste período, os debates acadêmicos sobre a questão evidenciavam, não ser uma tarefa simples, padronizar a diversidade e complexidade que as formas de produção, com base no trabalho familiar, num único tipo de "pequeno agricultor" não eram uma tarefa tão simples. Além disso, do ponto de vista politico e social, as forças sindicais e sociais representantes deste segmento produtivo, se organizavam em processo de unificação e crescentemente formulavam demandas de politicas públicas especificas para o segmento da

---

[17] Este texto, fruto da análise da ilustre Maria de Nazareth B. Wanderley, professora de sociologia rural da UNICAMP na época, circulou enormemente, sob a forma avulsa de "permanente rascunho provisório", ainda como texto de debates internos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH da UNICAMP, desde o final dos anos 1970.

agricultura de base familiar (BOSETTI, 2013; PICOLOTTO, 2011). A interação desses processos – na academia, na politica, na sociedade – pode ter colaborado para a realização de um importante estudo no ano de 1994, intitulado de Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável (FAO-INCRA, 1995). A pesquisa foi realizada por José Eli da Veiga em conjunto com demais pesquisadores em uma parceria entre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (BIANCHINI, 2015).

De maneira geral, as informações apresentadas nesse documento (FAO-INCRA, 1995) sinalizavam a necessidade de se compreender de uma forma mais detalhada os dois modelos de produção agropecuária presentes na estrutura agrícola do país: o patronal e o familiar. A partir desse entendimento, então, seria possível propor uma estratégia com o objetivo de oriental o desenvolvimento rural no Brasil. Nesse sentido, o relatório enfatizava que esses estudos deveriam estar centrados nas diferenças qualitativas entre a agricultura familiar e a patronal. Dessa forma, a partir da abordagem metodológica proposta, as relações sociais teriam um peso maior do que o tamanho do estabelecimento. Toda via, para que fosse possível operacionalizar o estudo, se fez necessário o estabelecimento de critérios mais objetivos, que possibilitassem também utilização os dados censitários disponíveis (FAO-INCRA, 1995).

Nesse sentido, ao trabalhar os dados do Censo Agropecuário de 1985, foi possível realizar uma comparação em termos quantitativos entre as duas formas sociais de produção. Utilizando os estratos de área de “20 a 100 ha” e de “500 a 10.000 ha” e associando-os, a agricultura familiar e patronal respectivamente, obteve-se um resultado interessante após o cruzamento de dados: o modelo patronal representava cerca de 0,5 milhão de estabelecimentos, contava com 75% da área e era responsável por somente 20% do pessoal ocupado nos estabelecimentos agrícolas brasileiros no período considerado; o modelo familiar totalizava 6,5 milhões de estabelecimentos (93%), além disso, era responsável por uma parte significativa da produção de alimentos para o mercado interno e gerava em torno de 80% dos empregos no campo, muito embora, a área ocupada, ficavam em apenas 25% da área agrícola total (FAO-INCRA, 1995).

De acordo com o Relatório FAO-INCRA (1995), de maneira geral, as pesquisas censitárias, tanto agrícolas quanto demográficas, que ocorrem em diversos países, não oferecem, ao menos diretamente, os elementos necessários, que possibilitem construir uma quantificação de peso econômico e social da agricultura familiar. Essa constatação foi recentemente reafirmada em um relatório da FAO, sobre a agricultura no mundo, divulgado

em 2014, onde é observada mais uma vez a dificuldade em homogeneizar o conceito de agricultura familiar (FAO, 2014). Geralmente, os censos utilizam uma estratificação por área, como por exemplo, o caso do Brasil, ou também por valor da produção, como nos Estados Unidos ou na França, por exemplo.

No estudo FAO-INCRA (1995) com o intuito de aprofundar o detalhamento a respeito do segmento agricultura familiar foi estabelecida uma subdivisão, cujo critério fundamental de diferenciação foi a renda monetária bruta (RMB) do estabelecimento, medida em salários mínimos. A partir dessa subdivisão categórica, obteve-se a especificação de três categorias de agricultores familiares: a) agricultura familiar consolidada, com 1,5 milhões de estabelecimentos; b) agricultura familiar de transição, com 2,5 milhões de estabelecimentos; c) a agricultura familiar periférica, com 2,5 milhões de estabelecimentos. Cabe ressaltar que, segundo classificação adotada, os estabelecimentos enquadrados nessa última categoria foram considerados simplesmente como (FAO-INCRA, 1995, p. 6) "locais de residência e subsistência de uma mão-de-obra desempregada ou subempregada, do que propriamente empresas do setor agropecuário".

O relatório observava que, não existia uma divisa entre as duas categorias inferiores, mas sim uma zona de transição, que era formada pela faixa fragilizada da agricultura familiar, e pela faixa menos favorecida, pertencente a grande massa dos sítios periféricos. Dessa forma, ficou definido que era exatamente essa categoria intermediária que deveria ser o foco das políticas públicas para a agricultura. A partir dessa perspectiva, o relatório demonstrava o quão desafiador seria e criar instrumentos para gerar novas oportunidades de expansão e reconversão produtiva, para o público alvo, por meio de políticas governamentais (FAO-INCRA, 1995).

Em síntese, uma das maiores contribuições do estudo da FAO-INCRA (1995) talvez tenha sido o fato de elencar uma série de sugestões de medidas de política para o mundo rural. Essas sugestões fizeram com que a opção pela agricultura familiar entrasse para a agenda governamental, como linha estratégica de um novo modelo de desenvolvimento rural para o Brasil. Essa proposta representou sem dúvida nenhuma um grande avanço na construção de alternativas políticas para as ações públicas ligadas ao campo. Apesar disso, cabe ressaltar que a metodologia utilizada para segmentação da agricultura familiar, utilizando um critério restrito de RMB agropecuária, pode ter excluído das políticas públicas milhares de famílias pertencentes a estabelecimentos "periféricos". Essas observações alertam para o risco das políticas públicas elaboradas com base nesses critérios, replicarem as mesmas deficiências de políticas passadas, quando o modelo de desenvolvimento agrícola adotado e as políticas

governamentais que lhe deram sustento, mostraram-se inadequadas frente às necessidades específicas dos agricultores familiares mais pobres, implicando no aprofundamento da exclusão social no campo.

Assim, inspirado de certa forma pelos resultados e recomendações do estudo da FAO-INCRA (1995) é criado pelo Governo Federal, ainda em 1995, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), como uma linha de crédito de custeio diferenciada para financiar a agricultura familiar. No ano seguinte, através do Decreto Presidencial nº 1.946, de 28 de junho de 1996, o PRONAF deixou de ser apenas uma linha de crédito para adquirir o status de programa governamental, assumindo uma maior abrangência e uma concepção diferente (MA/SDR/DATER, 1996). Os autores Schneider, Mattei e Cazella (2004, p. 2) comentam que "...o programa nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas até então existentes e encontravam sérias dificuldades de se manter no campo". Eles ainda destacam que de forma geral, até a criação do Pronaf não havia nenhuma política pública específica voltada aos pequenos produtores, além disso o programa representou o reconhecimento do estado para com essa categoria.

De toda forma, nota-se que a agricultura familiar, nos tempos recentes, tem sido valorizada, seja nos espaços acadêmicos, nas esferas governamentais ou até mesmo pela sociedade, tendo em vista seu caráter multifuncional e sua importância para segurança alimentar do pais. Com efeito, pesquisadores como Carneiro e Maluf (2005) por exemplo, destacam as quatro dimensões ou "funções socioeconômicas" da agricultura familiar. Isto é, sua reprodução socioeconômica, juntamente com a promoção de segurança alimentar das próprias famílias e da sociedade, manutenção do tecido social e cultural e preservação das paisagens rurais e dos recursos naturais. Para Wanderley (1996), a agricultura familiar possui autonomia demográfica, social e econômica. No caso da autonomia econômica, ela se materializa na forma com que a família busca a subsistência, o atendimento as necessidades e a reprodução da família pelas gerações subsequentes.

Neste debate, convém destacar também que a função de reprodução socioeconômica tem sido um termo frequentemente utilizado em estudos acadêmicos. Um trabalho realizado por Lima et al. (2015) usou o conceito para tratar de tipologias de sistemas agrários. Sendo o sistema adotado uma estratégia de reprodução socioeconômica. Na pesquisa de Crixel (2011) o conceito foi abordado dentro de um contexto que objetivava identificar quais os sistemas de produção escolhidos pelas famílias de forma a garantir alternativas para que essas

permaneçam no campo. Já Cardoso (2013) usou o conceito de reprodução socioeconômica para falar dos conflitos ambientais em torno na água.

Para finalizar essas considerações, convém sinalizar que, nesse trabalho será adotada uma visão de agricultura familiar relacionada com a valorização, assim como os agricultores familiares do Assentamento Macali I, da dimensão emaranhada de suas raízes históricas. Portanto, do ponto de vista metodológico, este trabalho considera que, da mesma forma que Altafin (2007, p. 1) as "transformações vividas pelo agricultor familiar moderno não representam ruptura definitiva com formas anteriores, mas, pelo contrário, mantém uma tradição camponesa que fortalece sua capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade".

3.1.2 O processo de construção de uma agricultura familiar unificada na luta e na organização sociopolítica

Como discutiu-se anteriormente, a partir dos anos 1980, iniciou-se uma série de estudos e pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil. Para Sérgio Schneider, os debates acerca da importância da Agricultura Familiar para o desenvolvimento econômico do Brasil ganharam ainda mais força na década de 1990 (SCHNEIDER, 2003). Nesse período também se aquece o debate e as reivindicações vindas dos movimentos sociais pelo reconhecimento do pequeno produtor rural. Neste contexto, claro, de um lado o Pronaf se materializa como respostas a essas reivindicações; e, de outro, nota-se que a busca do pequeno produtor pelo reconhecimento da sua classe, teve início bem antes da década de 1980 e 90.

Nesse sentido é necessário que se discuta um pouco sobre essa trajetória de organização sociopolítica para construção de uma agricultura familiar unificada que será abordado através do acompanhamento dos principais fóruns sociais e do sindicalismo rural realizados neste período que antecede a formulação do Pronaf.

Os conflitos agrários no Brasil estão presentes no desenvolvimento histórico e formação econômica do país desde a colonização. No entanto, para fins de análise do sindicalismo, adota-se um recorte temporal a partir de 1940. Muito embora as associações de produtores e sindicatos tenham iniciado anos antes sob influência do Estado e da Igreja católica, foi somente a partir de década de 1940 que as organizações de produtores passa a ter influência de partidos políticos, em especial do partido comunista, e assim expressar uma maior representatividade popular (PICOLOTTO, 2011). Em 1954 foi fundada a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), a primeira organização com a

finalidade de unir e organizar trabalhadores rurais e lavradores, na busca por direitos como Reforma Agrária. A organização tem forte influência do partido comunista e abriu caminho para uma grande sindicalização de trabalhadores rurais (PRIORI, 2006).

Não por acaso, como se relatou no início desse trabalho, a Fazenda Sarandi é tratada como um dos principais palcos de conflitos agrários do século XX no Brasil. O acampamento Rincão do Cascavel – que deu início ao processo de desapropriação da Fazenda Sarandi - teve a participação do MASTER (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), foi esse o primeiro movimento de pequenos agricultores que surgiu no Sul do Brasil. Esse movimento surgiu no final dos anos 1950 e uma das suas principais conquistas foi a ocupação da Fazenda Sarandi no ano de 1962. Logo a atuação do MASTER entrou em declínio após o termino do governo de Leonel Brizola no Estado em 1963 e com a repressão da ditadura militar instaurada no país no ano seguinte. O movimento estava fortemente ligado a lideranças do Partido Trabalhista (PTB) e do Partido Comunista (PCB) (CORONEL; ILHA; LEONARDI, 2009).

Com efeito, o reconhecimento dos direitos dos trabalhadores em geral, teve início efetivamente no governo Vargas, na década de 1930. Nesta ocasião, foram reconhecidos, entre outros, o direito a sindicalização, a previdência e ao salário mínimo. No entanto, muitos desses benefícios não foram estendidos aos trabalhadores rurais. Tal situação se tornou uma mola propulsora, para que houvesse uma organização, por parte dos trabalhadores rurais, nos anos seguintes, na busca da extensão dos direitos dos trabalhadores urbanos ao meio rural (PICOLOTTO, 2009). Foi então que, em 1963, sancionou-se o Estatuto do Trabalhador Rural, com o objetivo de regular relações de trabalho no campo, bem como o sindicalismo rural. Em seguida também foi criado o Estatuto da Terra em 1964, que estabelecia providências sobre políticas públicas no meio rural como Reforma Agrária e desenvolvimento rural (LODOSKY; RODRIGUES, 2015).

Nesse momento vale relembrar um pouco do cenário político econômico que o país vivia nessa época, abordado anteriormente. A criação desses dispositivos legais, tanto o Estatuto da Terra, quanto o Estatuto do Trabalhador Rural, foi uma tentativa do governo e da ditadura militar recém instaurada, “acalmar os ânimos” no meio rural. Como visto, especialmente na década de 1950 os trabalhadores rurais organizavam-se na busca de seus direitos e de melhores condições de trabalho. Em diversos pontos do Brasil, surgiam organizações dessa esfera, além da ULTAB, do MASTER, haviam também as Ligas Campesinas na região nordeste.

No ano de 1963 foi fundada da CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, como sendo órgão máximo do sindicalismo dos trabalhadores rurais. Essa entidade agrupava das Federações Estaduais de Trabalhadores na Agricultura (FETAG). A direção da CONTAG, inicialmente esteve a cargo do PCB, e contou também com a presença da Igreja Católica (PICOLOTTO, 2009). Os anos que se seguiram após 1964 foram de Ditadura Militar, havendo repressão para com alguns desses movimentos. Esse período é classificado como pré-1964, a partir de então, inicia-se uma nova fase, ao longo dos anos 1970, a situação do trabalhador no campo se transformou profundamente, surgindo novos atores e novas questões. Isso porque, os anos que se sucedem, foram de intenso envolvimento das políticas públicas para com o projeto de modernização da agricultura. O regime ditatorial se utilizou da estrutura sindical para implantar programas sociais e ir diminuindo aos poucos o poder político e reivindicatório dessas entidades e ao mesmo tempo, diminuir os conflitos no campo (LODOSKY; RODRIGUES, 2015).

Sobre a situação do período referido no parágrafo anterior, Picolotto (2009, p. 3) é enfático ao escrever que:

> [...] fica evidente que os movimentos sociais que emergiram nas décadas de 50 e 60 foram "enquadrados" pela legislação sindical. Esta foi constituída para frear a ação das organizações camponesas, tirar sua capacidade de autonomia e, com isso, limitar suas possibilidades de proposição política para a sociedade nacional. Assim, os sindicatos funcionaram como "aparelhos consentidos" para reconhecer alguns direitos sociais (fundamentalmente assistenciais) e para limitar as demandas políticas dos trabalhadores.

O autor segue complementando que foi a partir do final da década de 1970 que, diversos segmentos do campo, começaram a se organizar, e surgem as “oposições sindicais”, reivindicando um sindicalismo, não só voltado para a assistência, mas também que buscasse soluções para os problemas do mundo rural como a Reforma Agrária. Essa reivindicação ocorreu em meio a uma conjuntura de crise econômica e política, onde o governo militar começou a ser questionado (PICOLOTTO, 2009). Nesse sentido Bosetti (2013), também argumenta que quando o modelo modernizante juntamente com o governo militar, são questionados é que surgem novos partidos políticos, organizações sindicais e movimentos sociais.

Em 1979, foi realizado o II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, promovido pela CONTAG. Na oportunidade, ficou visível a preocupação com novas iniciativas e reivindicações. Esse congresso projetou o sindicalismo rural para uma maior visibilidade com relação a sindicalismo urbano (FGV). A luta por reconhecimento começa a se engajar com a luta dos trabalhadores urbanos, liderada pelo movimento operário (PICOLOTTO, 2009).

Inicia assim uma relação entre o sindicalismo dos trabalhadores rurais, com a CUT- Central Única dos Trabalhadores. No congresso de fundação da CUT, em 1983, 44% dos delegados que estiveram presentes eram ligados a sindicatos rurais. A presença massiva dos trabalhadores rurais, continuou a se repetir nos três anos seguintes, uma das bandeiras defendidas eram as demandas sociais com ênfase na Reforma Agrária, sob controle dos trabalhadores (LODOSKY; RODRIGUES, 2015).

Na visão de Lodosky e Rodrigues (2015), entre os novos atores, o mais relevante foi o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em 1984, que se tornou a principal expressão pública de luta por Reforma Agrária nos anos seguintes. A imagem abaixo pode ser encontrada com facilidade na internet ao se pesquisar sobre o 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Cascavel/PR no ano de 1984, onde foi fundado o MST. O motivo de apresentar essa foto é evidenciar a importância a região estudada nesse contexto. Essa imagem é conhecida no município de Ronda Alta/RS, tendo em vista que um dos membros da mesa, confirmado assinalado na imagem, é morador do município, o Sr. Antoninho Campigotto, e no momento da fundação estava acampado na Encruzilhada Natalino, um movimento expoente da ocupação da Macali.

Figura 6 – Fundação do MST no 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais Sem Terra em 1984 – Cascavel/PR

Fonte: Memorial da Democracia (2018).

Na década de 1980 ficou evidente que uma nova página na história da representatividade de classe da agricultura familiar estava sendo escrita. Um novo

sindicalismo rural emerge de forma efetiva em oposição ao sindicalismo oficial da CONTAG (PICOLOTTO, 2009). Essa nova forma de pensar e planejar o sindicalismo rural com um olhar diferenciado para Reforma Agrária passa a ter uma significativa influencia da Igreja Católica, especificamente da Pastoral da Terra (BOSETTI, 2013). A representatividade da categoria trabalhador rural passa de única e homogenia – representada pela CONTAG, para diversa e heterogenia, entre novos sindicatos e movimentos sociais (PICOLOTTO, 2009). Para Picolotto (2009, p. 5) “ocorre uma valorização da "especificidade" de cada ator social emergente, pois estes nasciam de necessidades singulares e se propunham resolver problemas particulares que afetavam segmentos de agricultores ou trabalhadores”.

A organização, a articulação política desses grupos passa a ser conhecida e noticiada e ganhar notoriedade. De fato, os novos atores adotavam uma estratégia diferente da utilizada historicamente pela CONTAG, que girava em torno de negociações políticas, sem tensos embates (BOSETTI, 2013). O número de acampamentos de trabalhadores Rurais Sem Terra, aumentam principalmente a partir da metade da década de 1980. Sucessivos eventos como, por exemplo, romarias (Romaria da Terra – organizada em conjunto com a Igreja Católica), marchas e protestos (Grito pela Terra) fazem com que a luta pelas demandas do pequeno produtor ganhe força. Junto com o processo de redemocratização do país, vieram a eleição dos primeiros deputados que defendiam as pautas e reivindicações dos pequenos produtores e dos sem terras. No Rio Grande do Sul, ganha destaque a eleição do Adão Pretto como deputado federal e de Antônio Marangon como deputado estadual. Esse contexto favorece uma atmosfera em que começam a surgir alguns resultados dessas reivindicações.

Apesar das diversas organizações, formadas por grupos com demandas diferentes, as reivindicações de todos esses, possuíam unidade em torno de três categorias: acesso a terra via reforma agrária, os direitos trabalhistas e políticas agrícolas compatíveis comas necessidades dos pequenos agricultores (BOSETTI, 2013). No ano de 1993, durante O Fórum Sul dos Rurais da CUT, realizado em Chapecó - SC, tinha como lema: “crédito de investimento – uma luta que vale milhões de vida”. A partir desse evento, definiu-se que o crédito seria a bandeira central do movimento sindical (BIANCHINI, 2015).

Um dos mais expressivos resultados dessa organização em torno das demandas foi a Criação do PRONAF em 1995. Já se passaram mais de 20 anos da criação dessa linha de crédito, que depois se tornou programa, e tem sido um dos principais veículos pelo qual as reivindicações da Agricultura Familiar são atendidas e materializadas. Por meio do enquadramento no Pronaf o agricultor tem acesso, a vários outros benefícios que vão além do crédito, como o seguro agrícola e a política de preços mínios. Houve, sem sombra de dúvidas,

significativos avanços nas últimas décadas e essa forma de organização sindical, de reivindicação efetiva, se perpetuou e continua visível atuante se se reinventa conforme as evolução do tempo e das reivindicações.

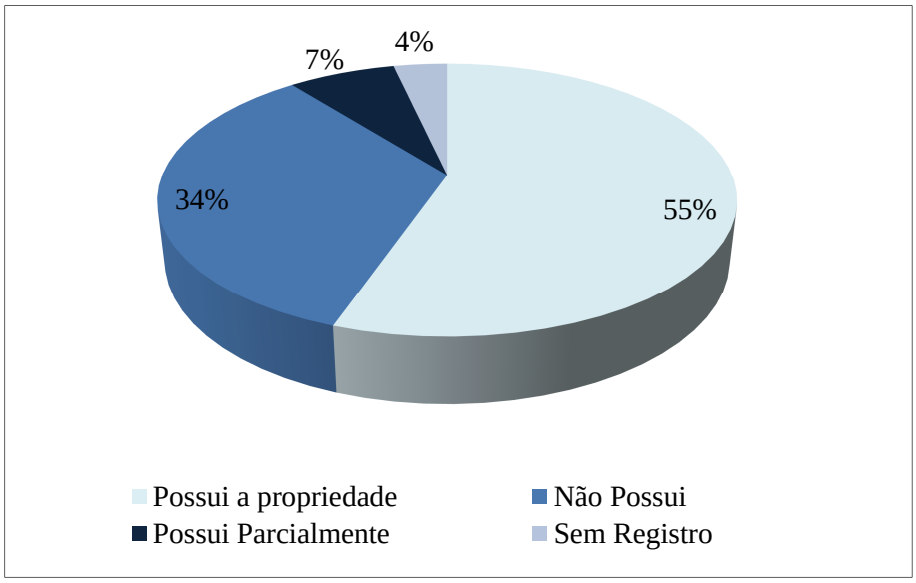
3.2 AS DIFERENTES TRAJETÓRIAS FAMILIARES DO ASSENTAMENTO MACALI I

A ideia inicial da pesquisa dessa Dissertação estava centrada numa observação empírica da pesquisadora com relação ao abandono dos lotes no assentamento. De fato, constatava-se que muitas das famílias que receberam lotes no projeto de assentamento não residiam mais no mesmo. No entanto, essa era apenas uma observação “empírica” e, para aprofundar o estudo, era preciso apurar a veracidade dessa observação.

Assim, uma das primeiras etapas desse estudo foi a realização de uma pesquisa no Registro de Imóveis de Ronda Alta/RS. Essa pesquisa objetivou verificar quais dos produtores rurais que faziam parte do assentamento em 1998, ainda possuíam a propriedade da terra em 2017. A pesquisa foi realizada entre os dias 30 de novembro e 01 de dezembro de 2017. Os dados coletados nas matrículas de cada lote foram posteriormente tabulados nas planilhas do *software* MS *Excel*.

De imediato, ao estudar mais atentamente os dados, a primeira observação que deve ser feita refere-se ao número de famílias, pois aa lista fornecida pelo INCRA, continha um nome a mais. Ora, das 57 famílias informadas na lista do INCRA, um nome estava repetido (em um lugar estava o nome, e em outro o apelido), então na verdade a amostra consiste em 56 famílias que estavam no assentamento em 1998 no momento em que esse se transformou em assentamento federal. O Gráfico 1 a seguir trata da situação da patrimonial dos lotes em 2017, tendo por base a lista de moradores do ano de 1998 e, desta forma, fornecendo um panorama sobre a evolução da situação patrimonial dos lotes do assentamento.

Gráfico 1 − Situação da propriedade dos lotes do assentamento Macali I em 2017 - Ronda Alta/RS (2017)



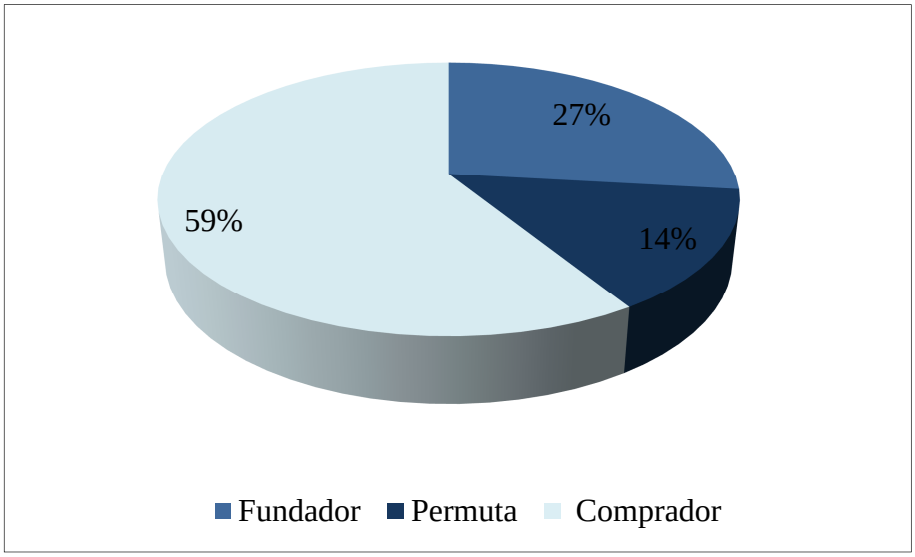
Fonte: Elaborado pela Autora, com base nos dados coletados no Cartório de Registro de Imóveis de Ronda Alta/RS, entre março e dezembro de 2017.

O Gráfico 1 logo acima contribui para revelar alguns elementos a respeito de quais foram as diferentes trajetórias percorridas pelas famílias que compunham originalmente o assentamento em 1998, em relação à propriedade do lote. Com efeito, em 2017, como a imagem do Gráfico 1 denota, se 55% das famílias ainda possuíam a propriedade do lote, o que, em números absolutos, significava um contingente de trinta e um proprietários; outros 34% das famílias não possuíam mais a propriedade do lote no assentamento, ou seja, um total de dezenove das cinquenta e seis famílias que residiam originalmente no assentamento em 1998. Da mesma forma, observa-se que, em 2017, 7% das famílias havia vendido o lote parcialmente, ou seja quatro famílias; enquanto que, os 4% de registros não encontrados corresponde a dois moradores que estão na lista, mas não foi possível localiza-los nos dados do Cartório de Registro de Imóveis. Por fim, cumpre ressaltar que, 41% das famílias que estavam no assentamento em 1998, se desfizeram total ou parcialmente da área de terras que possuíam na ocasião.

No ano de 1998 - o qual marca o ponto de partida desse estudo com relação as trajetórias familiares - o assentamento Macali I já possuía dezenove anos de história. De fato, atentando para essa situação, logo surge mais uma segunda indagação: qual era a origem dessas famílias? Será que todas elas eram fundadoras do assentamento? Assim, de posse dessa lista original, quando se iniciou a segunda etapa da pesquisa de campo – a qual objetivava entrevistar informantes-chaves pra analisar a trajetória histórica do assentamento - foi então

adicionada uma nova questão nos roteiros metodológicos com o intuito de descobrir quais dos assentados eram compradores e quais deles eram fundadores. O resultado dessa análise foi interessante, como se observa no Gráfico 2, apresentado a seguir:

Gráfico 2 – Origem dos agricultores que faziam parte do assentamento no ano de 1998



Fonte: Elaborado pela Autora com base nos dados da pesquisa (2018).

No ano de 1998, das 56 famílias que faziam parte do assentamento, conforme lista do INCRA, 56% eram compradores, 27% eram fundadores e 14% haviam feito permuta de outro assentamento. Entende-se como “compradores” aquelas famílias que compraram o lote e o termo “fundadores” é usado para designar aquelas famílias que residem no assentamento desde a sua ocupação em 1979. Da mesma forma, o termo “permuta” refere-se a aqueles assentados, que fizeram troca do lote, ou seja foram assentados em outros projetos, e trocaram o lote recebido naquele projeto por um lote na Macali. Assim, quando o ponto de análise é a ligação dos agricultores com assentamentos as porcentagens de permuta e fundadores podem ser somadas. Sendo assim pode-se afirmar que 41% dos moradores do assentamento em 1998, possuíam origem ligada ao MST.

Por outro lado, na Tabela 2 a seguir, foram cruzados os dados do Gráfico 1 e 2, relacionando a situação da propriedade em 2017 e a origem do produtor.

Tabela 2 – Situação da propriedade *versus* origem do produtor

Propriedade em 2017	**Origem do produtor**			**Total**
	Fundador	**Permuta**	**Comprador**	
Possui	7	1	23	**31**
Não Possui	6	5	8	**19**
Parcial	2	1	1	**4**
Sem Registro		1	1	**2**
Total	**15**	**8**	**33**	**56**

Fonte: Elaborado pela Autora (2018).

De acordo com as informações do Gráfico 1, 55% dos proprietários de lotes do Assentamento Macali I de 1998 ainda possuíam a propriedade em 2017. Isso representa trinta e um proprietários de um total de cinquenta e seis. Desses trinta e um proprietários, sete deles são assentados fundadores. Assim, se somarmos a esses sete fundadores, outros dois que venderam parcialmente o lote, então pode-se supor que nove das sessenta e seis famílias que foram assentadas no ano de 1979 ainda continuam possuindo a propriedade do lote em 2017. Essa constatação é de suma importância para a problemática desta pesquisa e comprova, de forma científica, a observação empírica da pesquisadora mencionada anteriormente, de que várias das famílias assentadas originalmente não possuíam mais, nos dias atuais, a propriedade do lote.

Entretanto, a informação de que, em 1998, havia trinta e três dos agricultores que eram "compradores" pode gerar uma dúvida. Afinal, qual a evidência de que esses trinta e três "compradores" eram de fato agricultores familiares? Bem, um ofício do INCRA nº 212 do ano de 1992, o qual trazia orientações sobre a conversão dos assentamentos em projetos federais, ressaltava que a aprovação dos projetos estava condicionada a vistorias "in loco" quanto a forma de organização dos lotes no assentamento para verificar se a distribuição da terra atende os princípios de propriedade familiar (INCRA, 1992). Igualmente, os entrevistados por diversas ocasiões relataram que, antes da titulação dos lotes, era preciso residir no local, pois caso contrário era possível perde-los. Essa restrição acabava atraindo para compra dos lotes, famílias com características inerentes à agricultura familiar e, certamente, dispostas a residir nos lotes do Assentamento.

Além disso, é importante ressaltar que, o projeto de Assentamento previa uma capacidade de 66 famílias e, na realidade, apenas 56 famílias foram beneficiadas, sendo assim subentende-se que, naquele momento, 10 lotes já não se enquadravam na condição de propriedade dos agricultores familiares. Essa suposição é igualmente confirmada ao confrontar a quantidade de hectares do projeto original e a quantidade de hectares tabulada

pela pesquisa realizada no Cartório de Imóveis. Ora, no projeto original a área do assentamento era de 1066 hectares e a soma da área dos lotes registrados no Cartório de Imóveis foi de apenas 881 hectares. A diferença entre essas duas áreas, equivale a 184 ha. Se multiplicarmos a diferença de lotes (10), pela área media dos lotes de (16,5), tem-se uma quantidade de 165 ha, um valor aproximado aos 184 ha. Portanto, pode-se mais uma vez subentender-se que, alguns lotes, no momento da conversão em Assentamento federal, não foram incorporados ao Assentamento, por não se enquadrarem nas características de agricultura familiar.

Finalmente, deve-se ressaltar que, o trabalho de campo buscou entender o por quê dessa realidade. Afinal, porque quase quatro décadas transcorridas na história do Assentamento apenas nove famílias ainda possuem propriedade nos lote. O texto que segue continuará discutindo essa questão; no entanto, será feito um parêntese no próximo item, para abordar o que aconteceu antes de 1998, que pode ter influenciado a elevada comercialização de lotes que aconteceu antes do assentamento se tornar federal e ser incorporado ao INCRA.

3.3 A PERMANÊNCIA *VERSUS* ABANDONO DOS LOTES ANTES DE 1998

Com efeito, como se destacou anteriormente, a informação de que, em 1998, havia trinta e três “compradores” entre os proprietários de lote chamou a atenção e, de certa forma, exigiu que esta pesquisa procurasse explicações para algo que, no inicio, não estava exatamente assim planejado. Afinal de contas, por que nos primeiros dezenove anos de existência do Assentamento 59 % das famílias assentadas haviam vendido os lotes e 33 das 56 famílias que estava no Assentamento eram de “compradores”?

Sobre isso, destaca-se que, as razões pelas quais essas famílias desistiram da atividade foram levantadas sob o ponto de vista de terceiros. Não foram entrevistadas nenhuma dessas famílias que saíram do assentamento antes de 1998. No entanto, ao perguntar para os entrevistados (que de alguma forma ou de outra conviveram com essas famílias) na opinião deles, quais os principais fatores/motivos pelos quais essas famílias foram levantadas algumas questões. A primeira diz respeito a incompatibilidade com o sistema produtivo aplicado e com as características geográficas do local foi uma observação recorrente nas entrevistas. Os relatos são de que as evasões começaram logo depois da segunda safra. Um fragmento da entrevista com o técnico da EMATER da época explica bem essa situação:

> *[...] lá o trabalho deles lá, é terra preta, eles não colocavam semente, porque produziam semente, produziam e plantavam a mesma, eles tinham tudo pedacinho de terra pequeno, onde só pra se*

> *mante, assim aquelas chacarazinha, enfim eles vieram, e sentindo um impacto muito grande na diferença do trabalho [...].*

Sendo assim, tanto nas entrevistas quanto nas conversas informais antes do início ou após o termino das gravações, essa questão sobre vários dos “fundadores” não terem afinidade com o modo de produzir do local foi reiterado. Se analisadas as repetições no texto, do ponto de vista da análise de seu conteúdo, esse é o fator que aparece em maior número de vezes.

Outro fator que igualmente se repete nas entrevistas como algo que influenciou o abandono dos lotes por parte dos “fundadores” nos primeiros anos foi a dificuldade de gestão do lote, principalmente, dificuldade de gerir recursos financeiros. Como mencionou uma das entrevistadas, aliás uma assentada “fundadora” que ainda reside no lote: o pessoal “num deu o giro”. Nesse sentido foram relatados casos em que devido ao insucesso com a atividade produtiva e como o assentado não conseguiu obter recursos para pagar o banco, então, comercializou a terra. Em outros casos os recursos não eram aplicados corretamente e terminavam sendo destinados para outros fins, condenando o resultado do empreendimento não sendo satisfatório e não gerando receita suficiente para quitar o empréstimo.

As tecnologias de produção utilizadas na época também tiveram a participação nesse contexto em que os assentados abandonaram os lotes. De fato, como comentado anteriormente, na época os índices produtivos eram baixos e os sistemas de plantio rudimentares. Um entrevistado relata que, em 1983, em aproximadamente 15 ha de soja a produção total foi de 200 sacas de 60 kg; quando vendeu a propriedade, no ano de 2011, nessa mesma área de terra, estava colhendo 1000 sacas de 60 kg. Por essa comparação já é possível perceber o quanto a produtividade do local aumentou. Com baixa produtividade e custos elevados, pois como relatam, era ainda preciso pagar pelo serviço de plantio e colheita, o resultado financeiro terminava sendo pequeno, o que motivava as famílias a desistir da atividade. Como não existia ainda plantio direto, uma chuva forte no período em que a semente estava germinando era suficiente para comprometer significativamente os resultados.

A fragilidade na fiscalização das comercializações dos lotes também tem relevância nessa discussão, os entrevistados contam que não havia dificuldade para vender o lote, apenas era necessário ter o cuidado de residir “em cima” do lote. O relato de que as comercializações começaram principalmente após a segunda safra, coincide temporalmente com fim do posto de atendimento do estado, conforme abordado anteriormente, pois durante a existência do posto as comercializações eram vedadas e monitoradas.

Da mesma forma, é sempre necessário lembrar a precariedade de infraestrutura dos lotes naquela época, essa observação não foi citada nas respostas a respeito dos motivos de

abandono, porém ao analisar o contexto, entende-se que ela pode ter contribuído. Conta o pároco do município de Ronda Alta/RS daquele período, que principalmente durante os dois primeiros anos, era preciso levar alimentos até o assentamento. Ora, além de morar em condições não confortáveis, as famílias em geral tinham crianças pequenas e não conseguiam produzir minimamente para a subsistência familiar. Houve um relato de que, nesse período inicial, um lote inteiro era vendido, pelo valor equivalente ao que se paga em 2018 por um único hectare de terra. Não só a produtividade aumentou, mas a valorização do capital também aumentou nesse local.

Desta forma, acabava que a comercialização dos lotes se tornava uma alternativa considerável. Quando questionados os entrevistados sobre quais eram os principais destinos dessas famílias que vendiam os lotes, a resposta mais recorrente foi a de que eles voltavam para região de Nonoai/RS. Com a venda do lote conseguiam comprar um “cantinho” de terra e voltar a produzir como eram acostumados anteriormente a vinda para o Assentamento. Houve também relatos de famílias que foram para outros Assentamentos (no caso das permutas) e pessoas que vieram morar na cidade de Ronda Alta/RS. Outro destino mencionado foi a região oeste do estado de Santa Catarina, onde migravam para municípios como Chapecó/SC, para trabalhar, geralmente, nos frigoríficos da cidade.

Durante as entrevistas foi possível perceber, que, para aquelas pessoas que superaram essa fase crítica no início do Assentamento e continuam morando na comunidade ou saíram a poucos anos, o fato de ter “sobrevivido” é visto como uma representação de heroísmo. De fato, houve um relato de que “a verdade é que quem está aqui se mexeu”, no sentido de que se empenhou para superar as dificuldades. Já na visão de quem viveu essa história mais como coadjuvante, e não tanto como protagonista como é o caso do técnico da EMATER entrevistado, a ótica é de que um conjunto de fatores complicou a situação dos colonos, e que não se pode simplesmente dizer, que a comercialização dos lotes, foi culpa deles porque não tiveram interesse.

Em suma, a pesquisa identificou que os dois principais motivos pelos quais as famílias deixaram os lotes nos primeiros anos do assentamento foram a incompatibilidade com as características geográficas, a dificuldade de gestão lote. O destino das famílias foi, em larga medida, de retornar a região de onde originalmente vieram. Sendo assim, fecha-se o parêntese sobre o abandono dos lotes antes de 1998 para então prosseguir com a discussão sobre a trajetória do Assentamento após 1998.

3.4 “OS GRANJEIROS ESTÃO TOMANDO CONTA DO ASSENTAMENTO”

Essa expressão - “os granjeiros estão tomando conta do Assentamento” - é comum de ser ouvida nas rodas de conversas de diversos recantos da região noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Com efeito, ela refere-se a observação empírica da população de que é comum os agricultores que receberam lotes nos Assentamentos da região venderem os mesmos à médios e grandes produtores de grãos, os “granjeiros”. Nesse sentido, a questão norteadora da discussão desse subitem pode ser assim formulada: afinal de contas, quem está comprando as terras no Assentamento?

Nesse sentido, ao analisar os dados coletados no Cartório de Registro de Imóveis com relação as transferências de propriedade dos lotes no Assentamento Macali I, após 1998, foi possível identificar vinte e seis “compradores”[18], que são os atuais proprietários dos 23 lotes que foram vendidos total (19 lotes) ou parcialmente (4 lotes) entre 1998 e novembro de 2017 - período da pesquisa no Cartório de Registro de Imóveis de Ronda Alta/RS.

Dentre os “compradores” é possível identificar quatro produtores que faziam parte do Assentamento em 1998 quando esse se tornou federal. Analisando brevemente essa informação pode-se facilmente concluir que: ao mesmo tempo em que alguns assentados vendem as propriedades, alguns outros estão desenvolvendo estratégias para adquirir mais terras dentro do próprio Assentamento. No entanto, ao se analisar a situação mais profundamente, percebe-se que não é exatamente assim, pois ao se verificar a origem desses possíveis “assentados/compradores”, nota- se que apenas um deles é assentado “fundador”, os demais compraram o lote de outros assentados antes de 1998. E são, portanto produtores que vieram para os lotes com algum tipo de capital.

É preciso registar que, há também um caso de “fundador” que conseguiu comprar três lotes, colocando um no nome de cada filho. Esse caso se explica, em partes, pelo fato desse assentado, que veio de Nonoai, possuir uma considerável reversa de capital próprio na ocasião. Com essa reserva, ele logo comprou uma máquina colheitadeira e prestava serviços aos demais e, dessa forma, se capitalizando.

Entre os “compradores” é visível a presença do grupo da família Serafim que adquiriu oficialmente três lotes. Usa-se o termo grupo familiar visto que cada lote está no nome de um membro da família, porém todos trabalham juntos. Esse grupo familiar é composto por

---

[18] Para chegar nesse número considerou-se apenas a última venda, ou seja a transação de compra que refere-se ao proprietário, ou aos proprietários do lote em 2017. Cabe essa explicação tendo em vista que em alguns poucos casos, a terra já foi comercializada mais de uma vez, após a venda do lote pelo assentado.

médios produtores do núcleo urbano do município de Ronda Alta/RS, que atuam com produção de grãos e bovinocultura de corte, incluindo confinamento e abatimento de gado.

A compra dos lotes por parte dos “granjeiros” pode estar relacionada com algumas características econômicas e geográficas da região em que o Assentamento está situado. Ora, o Assentamento situa-se à uma distância de 45 km da cidade de Passo Fundo, uma das principais cidades da mesorregião noroeste. De fato, essa região possui elevados índices de produção de grãos e uma presença significativa de médios e grandes produtores, chamados popularmente de “granjeiros”. Características essas, herdadas de um intenso processo de modernização da agricultura aplicado na região principalmente após a segunda metade do século XX. O Quadro 4 a seguir contribui para compreender o processo de modernização da agricultura na região, o qual se faz referência nesse parágrafo.

Quadro 4 − A Modernização da Agricultura na região Noroeste do Rio Grande do Sul

O processo de modernização da agricultura se intensificou no Brasil a partir da segunda metade do século XX. A essência do processo consistia em adotar para os campos brasileiros um pacote tecnológico que já era utilizado em países de clima temperado com os Estados Unidos e alguns países da Europa. Porém, as características climáticas e geográficas desses países eram em larga medida diferentes das características encontradas no Brasil, um país de clima tropical. Essas limitações representava um impasse para a implantação das novas tecnologias no Brasil. Nesse sentido a região sul do Brasil, em especial a mesorregião noroeste do estado do Rio Grande do Sul, como salienta Alves (2013, p. 73) “era o lugar onde se reuniam as condições climáticas, sócias e econômicas ideais para implantação exitosa da Revolução Verde”. O relevo da região, com poucas ondulações se adaptava facilmente ao uso intensivo de máquinas. O processo teve como pilares produtivos a cultura do trigo, milho e posteriormente da soja (ALVES, 2013). A modernização chegou primeiro aos produtores que Rückert (2003) convém chamar de “burguesia rural e urbana”. Conforme Rückert (2003) apud Pebayle (1974) os pioneiros da produção de trigo na década de 50 cultivavam mais de 350 ha. Esses produtores detinham terra e capital para investir nas novas tecnologias, visto que na nova forma de produzir, era necessário comprar máquinas e insumos. Para essa nova classe de produtores, que poderiam também ser classificados como empresários da agricultura, conhecidos como granjeiros, a agricultura passa a ser um investimento, uma forma de gerar e acumular capital. Esses que eram geralmente médicos, comerciários e proprietários de grandes áreas de terras já estabelecidos (ALVES, 2013), além de deter capital, possuíam conhecimento e em alguns casos, contatos e influências (principalmente políticas) para acessar com facilidades as políticas agrícolas da época. Os pequenos produtores da região, que produziam até então com o objetivo principal a manutenção e subsistência de suas famílias, vão ter acesso a algumas das novas tecnologias de um forma bem mais lenta, gradual e tardia nessa região. Nesse contexto pode-se citar como relevantes alguns acontecimentos: A partir da década de 50 inicia criação das Cooperativas Tritícolas, como a Cotripasso, Cotrisal e Cotrijal; Por volta de 1955 iniciam os programas de extensão rural e os Clubes 4-S na região; o Em 1956 surge a Menegaz Implentos Agrícolas e em 1965 surge a Semeatto (fábrica de semeadeiras) ambas em Passo Fundo; Em 1963 foi criada a Escola Agrícola de Sertão (25 km de Passo Fundo) a segunda a ser implantada no estado; Em 1971 formou-se a 1º turma de Engenheiros Agrônomos da Universidade de Passo Fundo; Em 1974 foi fundada a Embrapa Trigo na cidade de Passo Fundo (UPF, 2017; IFRS, 2017; EMBRAPA, 2017; ALVES, 2016). Com o passar dos anos se intensificaram as novas relações nos processos produtivos e gradualmente um complexo agroindustrial foi se formando na região. No século XXI a região destaca-se, não só pelos seus elevados índices de produção de grãos, como também pelo desenvolvimento e difusão novas tecnologias, além de expressar uma importante representatividade política e econômica dentro do cenário do Agronegócio brasileiro.

Fonte: Elaborado pela Autora (2018).

Quando se fala dessa proximidade e contraste entre o pequeno e o grande produtor na região, podemos caracterizar ou simbolizar com as imagens apresentadas logo abaixo:

Figura 7 − Imagem e localização do Monumento em homenagem os Trabalhadores Rurais Sem Terra na Esquina Natalino, Ronda Alta/RS

Fonte: Elaborado pela Autora, com base em fotografia realizada no dia 25 janeiro de 2018 e imagem disponível no *Google Earth* Pro com data de 07 abril de 2017.

O monumento foi colocado na Encruzilhada Natalino na década de 1990, em homenagem aos trabalhadores rurais sem terra, que nessa região acamparam na década de 80 para reivindicar por Reforma Agrária (no local do monumento, especificamente, aconteceu o acampamento da Encruzilhada Natalino). O monumento está próximo (em um raio de aproximadamente 20 km) de vários assentamentos como a Macali I, II e Brilhante no município de Ronda Alta/RS, e dos assentamentos da área da Fazenda Annoni, nos municípios de Pontão - RS e Sarandi/RS. Bem, mas o que se pretende mostrar com essa fotografia é justamente a evidência do contraste entre pequenos e grandes produtores na região. Quando se observa a local onde o monumento foi colocado, de um lado da estrada é possível ver a sede da empresa “Sementes Falcão”, uma granja com aproximadamente 800 ha, onde a principal atividade é a produção de grãos para semente. Nesse local também está instalada uma moderna fábrica de beneficiamento de sementes de soja, trigo e aveia, um exemplo clássico de empresa do agronegócio. Já do outro lado da estrada, o acesso à sede da comunidade Macali I, e o início do Assentamento, uma área de terras de 1066 ha, fracionada em pequenos lotes de aproximadamente 15 ha, distribuídos entre produtores rurais sem terra em 1979. E esse contraste segue pelos assentamentos da região.

Uma das entrevistadas aportou um relato interessante sobre o perfil dos compradores, quando questionada se o valor de venda da terra se havia sido maior que o que eles haviam pagado: Segundo este relato,

> *[...] É foi ganhado um pouco mais, como pra eles favorecia comprar o pedaço da terra porque fazia divisa né, pra eles ir, como eles já eram gente, que tinham bem mais terra, cada vez iam emendando os pedaço maior né [...].*

Essa entrevistada era compradora e vendeu o lote para um grupo familiar de grandes produtores de grãos na região noroeste do estado, com granjas em diversos municípios, inclusive no município de Pontão/RS, o qual suas terras fazem divisa com o Assentamento. A figura do "granjeiro" também pode ser percebida na fala de uma assentada fundadora, quando diz que muitos dos que compraram terra no Assentamento Macali não vivem em cima dos lotes. Ou seja quem compra as terras já tem residência em outra propriedade rural ou na cidade. No diálogo ela compara o Assentamento Macali I com um assentamento no município de Gramado dos Loureiros onde o filho foi assentado:

> *[...] Ma lá tem, lá também não tem mais muitos assentados, bastante gente já é comprador novo, que nem nóis aqui, só que nóis aqui a maioria venderam e não tem ninguém aqui, e lá não eles venderam mas veio morador, foram mora em cima. Então continua mazomeno, a mesma extensão de gente [...].*

Como relatado pela assentada, quem compra terras no Assentamento Macali não costuma vir morar nos lotes, isso talvez reflita o baixo número de moradores no local, de 66 lotes, apenas 16 possuem moradores. De posse dos nomes dos atuais proprietários dos lotes, foi questionado à assistência técnica da EMATER do município e também o nono entrevistado, sobre o perfil desses compradores, o que produzem e o porte desses produtores deles, entendendo como grande produtor aqueles que plantam mais de 500 hectares.

Dos 19 lotes que foram vendidos na totalidade após 1998 todos possuem como atividade principal a produção de grãos e nenhum possui morador. Dos quatro lotes que possuem venda parcial, três dos novos donos também se dedicam apenas a produção de grãos e não residem no assentamento, apenas um deles tem a produção de leite como atividade principal e reside no assentamento. O que chamou a atenção nesse levantamento de dados sobre o perfil dos comparadores, é que não existe uma representatividade significativa de grandes produtores, que seriam os ditos "granjeiros". Dos 26 compradores, apenas seis são produtores com mais de 500 ha cultivados, sendo desses, três fazem parte do mesmo grupo familiar.

Então o que a pesquisa identificou foi que na verdade não são “os granjeiros que estão tomando conta do assentamento”, mas sim a produção de grãos. Outra informação verificada no Cartório de Registro de Imóveis foi preço registrado das transações de venda. De forma geral, nota-se que os preços são bem inferiores aos praticadas no mercado. Foi apurado que um ha na região do assentamento é comercializado por aproximadamente 1000 sacas de soja. Ora, um entrevistado relatou que, quando vendeu sua propriedade em 2011, colhia na safra de verão, 1000 sacas de soja em uma propriedade de, em média, 15 ha. Fazendo um cálculo bem simples, sem considerar as receitas das demais safras, as despesas e a depreciação de máquinas, seriam necessárias a receita bruta de 15 safras de soja, nesses índices produtivos, sem considerar possíveis intempéries, para que o preço da terra se pague. Realmente nesses custos de comercialização a terra no Assentamento Macali parece ser uma alternativa para investidores do agronegócio

Finalmente, cumpre ressaltar que, o objetivo principal desta reflexão foi mostrar que a proximidade do assentamento com grandes propriedades pode favorecer a venda dos lotes. No entanto cabe aqui um parêntese, pois em alguns momentos na trajetória histórica, a proximidade do assentamento com a granja da empresa “Sementes Falcão” contribuiu pra reprodução socioeconômica do assentamento. Isso porque durante anos era o único local próximo com telefone, o qual eles cediam gentilmente, para por exemplo comunicar a COPREL quando faltava energia. Uma entrevista relatou que, em uma seca no ano de 1990, a granja compartilhava a água do poço artesiano com os assentados. Além disso, um entrevistado, contou que, nos anos 1980, eles se organizavam em grupos e iam trabalhar na empresa “Sementes Falcão” na época de safra. Esse trabalho diversificava a renda e auxiliava na manutenção da família.

Com efeito, durante o período de modernização da agricultura brasileira, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, Bosetti (2013), argumenta que as unidades produtivas familiares estavam em condições competitivas desiguais. Isso porque aos demais produtores estavam sendo contemplados de forma mais ampla no processo de modernização. Sendo assim, a busca por trabalho como empregados sazonais, em granjas – que estavam sendo contemplados pelos projetos- era comum, como uma forma de incrementar a renda naquele período (BOSETTI, 2013). Dessa forma observou-se nessa pesquisa uma propagação do “modo granjeiro” de produzir, muito mais forte do que a propagação da própria figura do granjeiro.

4 REFORMA AGRÁRIA E O ASSENTAMENTO MACALI I

Na segunda metade do século XX foi criado o Estatuto da Terra e posteriormente o I e o II Plano Nacional da Reforma Agrária. Esses mecanismos sempre convergiam seus interesses, de uma forma ou outra, em solucionar alguns dos problemas agrários do Brasil. No capítulo anterior foi abordado algumas questões referentes a problemática em torno do número de família que saíram do Assentamento estudado. Neste quarto capítulo a proposta é seguir um debate mais detalhado sobre alguns dos fatores que influenciaram a trajetória dessas famílias, bem como traçar uma relação dos resultados obtidos na pesquisa com os objetivos do I Plano Nacional de Reforma Agrária.

4.1 PARA ONDE FORAM OS JOVENS DO ASSENTAMENTO?

De acordo com os relatos dos entrevistados, quando da criação do Assentamento em 1979, havia um número grande de crianças. Era comum cada uma das famílias possuírem três ou quatro filhos, tanto é que foram criadas duas escolas, uma em cada assentamento para atender a demanda de crianças. A pergunta que se fez, no início desse trabalho: “para onde foram os jovens do assentamento?” pode ter uma resposta direta. De fato, quando se observa o baixo número de assentados “fundadores” que possuem propriedade dos lotes em 2017 fica evidente que não houve sucessão familiar em muitos dos lotes. As crianças de 1979 se tornaram jovens adolescentes na faixa de 15 a 20 anos durante meados da década de1990.

Com efeito, alguns dos entrevistados foram questionados a respeito do destino desses jovens e os motivos pelos quais eles não permaneceram no assentamento. Os relatos retratam justamente uma situação de falta de oportunidade para continuar na atividade agrícola. Dentro de um único lote, ficava difícil sustentar duas famílias, então não tinha possibilidade dos filhos, casarem e continuarem nos lotes juntamente com os pais e os irmãos. Nesse sentido um dos destinos mais comentados pelos entrevistados, dos jovens, era ir para São Paulo trabalhar em restaurante. Houve casos, como dos filhos de dois dos entrevistados, que formam acampar para ganhar terra.

Com relação a dificuldade financeira em retirar o sustento de mais de uma família em um único lote, foi abordado pelos entrevistados o importância da atividade leiteira no momento da entrevista. Dois dos moradores do assentamento que foram entrevistados, possuem sucessão nos lotes, e a atividade principal deles é a produção de leite, segundo eles “ou luta com vaca” ou outra maneira está mais difícil dos filhos ficarem no lote. Como visto na trajetória histórica, a produção de leite só se intensificou e se tornou menos penosa e mais

rentável após os anos 2000. Nessa época muitos jovens já haviam deixado o assentamento. Na opinião do técnico da EMATER na década de 1980 entrevistado, “se tivesse vaca de leite naquela época já, eu até acredito que muitos tinham ficado ai”, a época que ele se refere é o período da década de 1990 em que a maioria dos jovens deixaram o assentamento.

Houve um dos entrevistados que comentou sobre essa questão, de que se os jovens desejasse se manter na atividade dos pais, eles precisariam então, passar pelas mesmas dificuldades que os pais passaram para receber um lote de terras. Um olhar diferente sobre essa questão, segundo ele, poderia ter contribuído para a continuidade na atividade dos pais, não no lote, mas de outra forma:

> *[...] Porque por exemplo assim, tivesse, digamos na na Macali, aa 30 família, que foi 64 que entraram ali, 64 tivesse 30 jovem já de maior idade: bom vamo faze um cadastro pra vocês aqui, vamo fazer esse cadastro pra vocês aqui, i vocêis nada de ir acampa, não precisa esses movimento de acampa, sofrer, família sofre, criança sofrer né, lá naquele jeito um barraco que é desumano, eu sei porque agente passo também uma época assim...[...].*

No caso do filho da Senhora Orilde, que para receber um lote de terras no assentamento em Gramado dos Loureiros - RS ficou acampado seis anos na Fazenda Anonni. Essa situação exemplifica um pouco do que o entrevistado anterior relatou, das dificuldades que um filho de assentado necessita passar para receber um lote de terras. Por exemplo, no caso assentamento Novo Horizonte, na cidade de Campos dos Goytacazes, estado do Rio de Janeiro - o assentamento criado na década de 1980 e, nos anos 2000, já era um assentamento emancipado. A criação de um novo assentamento, no ano de 2004, nas proximidades, permitiu que alguns dos filhos de assentados pudessem continuar na atividade dos pais através de um novo lote de terras próximo aos pais (CORDEIRO, 2009).

Com efeito, de acordo com os pesquisadores Costa e Realisch (2013), os quais realizaram uma pesquisa com os jovens do Assentamento Florestan Fernandes na cidade de Florestópolis/PR fizeram revelações importantes a este respeito. Este Assentamento foi criado no ano de 1998 e a pesquisa dos autores realizada em 2010. Foram então entrevistados os 27 jovens que moravam naquele Assentamento. Desses jovens, 18,5% dos jovens trabalham fora do Assentamento e os outros 81,5% trabalham todos os dias na propriedade rural. Dentre os jovens que trabalham na propriedade rural (no lote), desses 72,3% disseram gostar das tarefas (alimentação do rebanho, ordenha das vacas). No entanto quando o assunto é o futuro na propriedade rural, dos 27 entrevistados, 44% deles, isso representa quase metade dos jovens, gostariam de ficar, no entanto entende que necessita sair, devido a situação financeira do lote.

O caso do Assentamento Florestan Fernandes demonstra uma situação similar ao caso dos jovens do Assentamento Macali, em que a questão financeira contribuiu para a não permanência dos lotes. Outro elemento abordado na entrevista da Senhora Orilde foi a questão das oportunidades de estudo, os quais, segundo ela "eles optaram pelo estudo". Nesse testemunho ela se refere principalmente ao acesso ao ensino superior. É preciso uma pausa para resgatar a temporalidade, em que a maioria dos jovens deixou o assentamento, segundo relatos, foi a década de 1990. Nesse período não havia asfalto até o acesso do assentamento - que permite acessar facilmente as Universidades em Passo Fundo, nem o PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária)[19] que iniciou apenas no final da década.

De fato, a questão dos jovens no Assentamento Macali não é diferente do que muito se tem debatido nos meios acadêmicos sobre sucessão familiar e não deixa de ser um subtema integrado a questão mais geral da reprodução socioeconômica da agricultura familiar. Nessa sessão foi visto que a dificuldade de um lote de terras em produzir receita suficiente para sustentar mais de uma família foi o principal fator que motivou a saída dos jovens principalmente no decorrer da década de 1990. Essa situação vai repercutir direta e indiretamente na decisão, posterior, dos pais em venderem o lote, conforme será abordado no próximo item.

4.2 RAZÕES PARA PARTIR: A DECISÃO DE VENDER O LOTE

Um bate papo no final de cada entrevista, buscava identificar os destinos das pessoas que venderam os lotes após 1998. Nestes momentos, embora não tenha sido possível obter um dado uniforme, pois os destinos são os mais variados, assim como se identificou aqueles que venderam após se aposentar por não ter sucessão no lote, verificou-se também alguns que venderam pra investir em outras atividades, como comprar caminhão, abrir posto de combustível ou até mesmo comprar outro pedaço de terra próximo aos filhos. A fim de obter maiores informações sobre a venda dos lotes, foram entrevistadas cinco pessoas que venderam os lotes após 1998. O número de vendedores representa um universo de 23 pessoas, sendo que dessas 19 foram vendas totais e 4 foram vendas parciais. As Tabelas 3 e 4 a seguir apresentam algumas características desses cinco entrevistados:

---

[19] O PRONERA foi criado em 1998 e desde então beneficiou 164.894 alunos no Brasil. Nesse período, um total de 320 cursos foram realizados (destes 176 de educação para Jovens e Adultos Fundamental, 99 nível médio e 54 cursos de nível superior). O estado do Rio Grande do Sul foi o segundo estado brasileiro com maior número de cursos (27), ficando atrás apenas do estado do Pará (IPEA, 2015).

Tabela 3 – Características dos cinco moradores/vendedores de lotes no Assentamento Macali I após 1998

Características	Informantes				
	Rosimeri Dall Agnol	**Dioraci Antunes**	**Jovilde Maria Lasta**	**Maria Cristina Marcon**	**Ivo Barrichelo**
Qualificação	Ex-moradora	Ex-morador	Ex-morador	Ex-moradora	Ex-morador
Profissão atual	Empregada Doméstica	Aposentado/ vendedor	Professora	Desempregada	Aposentado
Origem	Comprador	Permuta	Permuta	Compradora	Permuta
Idade (anos)	47	69	64	53	60
Ano em que vendeu o lote	2003	2017	2001	2000	2011

Fonte: Elaborado pela Autora (2018).

Tabela 4 – Razões para tomada de decisão de vender o lote no Assentamento Macali I após 1998

Informantes	Idade (anos) no momento das vendas	Razões apontadas para a venda	Investimento com os recursos obtidos
Rosimeri Dall Agnol	32	Investir em outra atividade econômica, pais não consideravam a atividade agrícola rentável o suficiente. Influencia dos demais que já estavam vendendo.	Compra de uma casa na cidade e um caminhão para o marido trabalhar.
Dioraci Antunes	69	Primeiro veio para cidade para filha estudar depois vendeu. Não possuía sucessão no lote e estava aposentado.	Investiu em compra de imóveis para alugar.
Jovilde Maria Lasta	47	Primeiro veio para cidade pois foi beneficiada de uma política pública habitacional. Na cidade era melhor para os filhos estudarem.	Investiram em compra de imóveis para alugar.
Maria Cristina Marcon	35	Baixa rentabilidade da atividade agrícola. Na cidade era mais fácil para os filhos estudarem.	Investiram na compra de uma casa na cidade e faculdade para os filhos.
Ivo Barrichelo	53	Ficou viúvo e não possuía sucessão na propriedade.	Dividiu a herança entre os filhos.

Fonte: Elaborado pela Autora (2018).

Com efeito, é possível construir algumas ligações entre as razões pelas quais os moradores tomaram a decisão de vender os lotes, com as características de utilização do solo, acesso a infraestrutura e instalações, as quais que foram tabuladas anteriormente neste trabalho. As duas entrevistadas que venderam o lote, com a idade inferior a 40 anos, alegaram razões econômicas sobre a lucratividade do empreendimento, as receitas da atividade agrícola

se interligam diretamente com os elementos que fazem parte da utilização do solo. De fato, no início dos anos 2000 quando esses lotes foram vendidos, as duas principais atividades econômicas do assentamento que são a produção de soja e leite ainda estavam na fase inicial com relação a utilização de tecnologias que possibilitam aumento de produção.

Outro fator importante e de fato é algo que realmente chama atenção nas respostas foi a decisão de vender o lote como relação direta com as oportunidades dos filhos estudarem, como se morar na cidade fosse mais fácil para os filhos estudar.

Da mesma forma, ainda no começo deste trabalho foi comentada a observação empírica de que havia poucos moradores no assentamento, isso de fato pareceu consenso entre todos os entrevistados, e várias vezes essa questão "geral" sobre a venda dos lotes apareceu contextualizada, mesmo quando a pergunta não fazia referência ao assunto. Essas observações, seja sobre o caso próprio, seja na visão geral do Assentamento ou sobre aqueles que venderam logo no início das atividades (antes de 1998) foram compiladas. Ao analisar o conteúdo do texto foi possível elencar alguns fatores ou situações que, segundo eles, contribuíram para a venda dos lotes durante a trajetória histórica do assentamento.

Assim, a situação que aparece com maior frequência foi a dificuldade de gestão, seguido dela, estão, em proporções menores: emancipação do assentamento, não valorização do bem por ter ganhado, baixos índices produtivos, baixa tecnologia aplicada, falta de segurança, distância dos serviços, envelhecimento dos moradores, desinteresse do jovem pelo interior, incompatibilidade com tipo de solo, falta de incentivo do governo, escritura das terras, propriedades sem sucessão, proximidade com as granjas.

4.3 OS OBJETIVOS DA REFORMA AGRÁRIA E O CASO DO ASSENTAMENTO MACALI I

No capítulo primeiro deste trabalho foi apresentada a definição de Reforma Agrária e, embora possa parecer maçante e cansativo, considera-se importante retoma-la, para fins de melhor compreensão das reflexões que serão feitas mais a frente neste texto. Assim, de acordo com a Lei nº 4.504/64 (Estatuto da Terra), Art. 1º, §1º:

> Considera-se reforma agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

Desde a criação do estatuto da terra, foram lançados dois Planos Nacionais de Reforma Agrária, um no ano de 1985 e outro em 2004. O assentamento Macali I foi criado em

1979, nesse momento ainda não havia nenhum Plano Nacional de Reforma Agrária e também aqui, vale uma ressalva, de que o assentamento era estadual e não federal até 1998. Mesmo assim, o fato de não ser um assentamento federal no momento da criação do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, não desqualifica uma análise entre os resultados obtidos na pesquisa e os objetivos do primeiro plano, até porque dentro desses objetivos estão traduzidos os pontos principais abordados dentro do conceito de Reforma Agrária. O primeiro plano nacional de Reforma Agrária, foi o primeiro documento, após a criação do estatuto da terra, em que o governo se manifestou a respeito do que pretendia fazer, e quais os resultados esperados, com relação a questão agrária. A análise será feita a partir dos objetivos do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, isso porque no segundo Plano Nacional em 2004, o assentamento já estava com características de "emancipado".

Mesmo não sendo um assentamento federal no momento da criação do primeiro Plano Nacional da Reforma Agrária, o Assentamento Macali possui uma ligação histórica forte com a criação desse plano. O plano foi lançado em 1985, um ano depois da criação do MST em 1984[20]. Naquele período a redemocratização do país já era uma realidade e a ocupação das Fazendas Macali e Brilhante gerava fruto. A ocupação inspirava ainda outros trabalhadores.

Sobre a relação dos dados coletados na pesquisa, com os objetivos do I Plano Nacional de Reforma Agrária, cabe destacar:

- **Melhor Distribuição de Terras:** parece ser quase inquestionável que, em um primeiro momento, o Assentamento promoveu uma melhor distribuição de terras no local. Com efeito, realizando uma análise no sentido mais quantitativo, fica visível sim uma melhor distribuição das terras. Uma área de 1.066 hectares de apenas um único proprietário passou a pertencer a sessenta e seis famílias. No entanto, transcorridos esses quase quarenta anos de história do assentamento, a melhoria na distribuição de terras não se perpetuou, pois como relatado anteriormente, somente nove dessas 66 famílias possuem ainda a propriedade dos seus lotes. Mesmo assim a área não voltou a ser um latifúndio de um único dono. Entre os compradores existe o predomínio do plantio de grãos, a maior concentração de terras é de cinco lotes no nome de um mesmo proprietário e um grupo familiar que possui três lotes.

[20] Na entrevista com o Pe. Arnildo, o mesmo relatou detalhes do dia da criação do MST. Segundo seu relato, ele e mais algumas pessoas de Ronda Alta foram todos numa Kombi até o município de Cascavel (PR) para o Congresso de Fundação, percorrendo assim mais de 400 km.

- **Modificação do regime de posse e uso:** esse objetivo pode-se entender como alcançado, pois o regime de posse da terra e o uso dela nunca mais foram os mesmos depois da criação do Assentamento Macali. De fato, a posse foi pulverizada entre várias pessoas e o uso da terra foi diversificado. Quando da realização da pesquisa verificou-se que o uso da terra se concentra basicamente nas atividades de produção de grãos (soja, trigo, milho) e produção de leite.

- **Eliminar o minifúndio e o latifúndio:** a discussão sobre o atingimento ou não desse objetivo passa antes por um entendimento sobre o conceito de minifúndio e latifúndio. De acordo com o Estatuto da Terra – a Lei 4.504/64 – o minifúndio caracteriza-se por uma área de terras com possibilidades inferiores às da propriedade familiar, lei ainda define a propriedade familiar como sendo:

> "Propriedade Familiar", o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros.

De fato, quando se analisa principalmente os primeiros anos de existência do Assentamento, especialmente nos três primeiros, até pode se reconhecer alguns traços de minifúndio, isso porque um número elevado de famílias, segundo relatos, conforme abordado anteriormente não conseguiram um progresso social e econômico e venderam alguns lotes. Não se pode julgar isso num sentido absoluto, pois não vale para todos os casos, assim como alguns venderam, outros "fundadores" estavam até o momento da pesquisa ainda no Assentamento.

Já quando o assunto é latifúndio, a compreensão de acordo com o Estatuto da Terra parece um pouco mais complexa, entende-se basicamente como uma área que:

> Seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural.

Nesse sentido, também são considerados algumas definições de tamanho de área que variam em cada região. Então, nesse caso, sim, pode-se afirmar que o assentamento contribuiu para eliminar o latifúndio nesse território. O processo começa ainda antes da ocupação, quando na década de 1950 o território da Fazenda Sarandi foi desapropriado. Mesmo desapropriada a área permaneceu até 1979 sendo de um único dono (o estado do Rio Grande do Sul) e explorado por uma única empresa. Sendo assim, pode-se afirmar que a eliminação

do latifúndio se materializa de forma mais concreta a partir de 1979 com a distribuição dos lotes e o início da produção coletiva.

- **Incrementar a produção e a produtividade:** mais uma vez a discussão passa primeiro por um entendimento sobre a diferença entre produção e produtividade. Entende-se nesse caso como produção a quantidade produzida, e produtividade, como sendo a quantidade produzida em uma determinada área, ou seja um subproduto da produção. No caso estudado, foi possível diagnosticar um aumento da produção e da produtividade. Conforme destacado anteriormente, logo no primeiro ano de produção coletiva, o estudo de Gehlen (1983) detectou um aumento de 50% na produção de soja, além de uma diversificação dos cultivos, que anteriormente se restringiam a soja, milho e gado e passaram a contemplar também arroz, feijão e batatas. Anteriormente, ao destacar a evolução histórica do Assentamento, demonstrou-se a evolução na utilização de tecnologias aplicadas, que consequentemente ocasionou um aumento de produção e produtividade.

- **Aumentar a oferta de alimentos e de matéria prima visando o mercado interno:** De modo geral, esse objetivo possui correlação com o anterior, pois o aumento da produção e da produtividade ocasiona, por consequência, um aumento da oferta de alimentos que são também matérias primas. No entanto, a grande questão que se coloca é qual é o destino dessa matéria prima, o mercado interno como desejado ou o mercado externo? Como visto, no local existe o predomínio da produção de grãos, em quarenta e três lotes, a produção se concentra em soja, trigo e milho. Nos demais onze lotes, a atividade principal é o leite, havendo também em dois casos a presença de suínos.

  No caso do leite, a produção brasileira é destinada em larga medida para o mercado interno. Apesar de ser o quarto maior produtor mundial de leite, o Brasil historicamente possui um déficit na balança comercial, ou seja, importa mais leite do que exporta (VILELA et al., 2017). Com relação a produção e grãos não se pode afirmar o mesmo, visto que uma significativa parcela da produção, especialmente da soja, é destinada ao mercado externo.

- **Criar novos empregos no setor rural:** Essas dimensões da reforma agrária não puderam ser devidamente estudadas nessa pesquisa. Foram informações que não foi

possível apurar com precisão, pois na verdade empregos formais não são visíveis. Talvez analisando com um olhar de emprego como sendo oportunidades de trabalhar no setor rural, e neste caso sim, o Assentamento teria gerado essas oportunidades e elas seriam facilmente perceptíveis.

- **Diminuir o êxodo rural:** Com efeito, esse objetivo foi atingido quando da criação do próprio Assentamento, pois se tratavam de trabalhadores rurais sem terra, que, se não aceitassem os projetos de colonização do governo no Mato Grosso ou em Bajé, quase que inevitavelmente iriam migrar para as cidades. No entanto, no desenvolvimento histórico do Assentamento Macali foi possível observar, que várias famílias migraram para as cidades. Entre os anos de 1998 e 2017 houveram 19 vendas de lotes, nos quais nenhum "comprador" veio residir no lote ou no Assentamento. Os destinos desses que venderam não puderam ser apurados em sua totalidade, porém, nas conversas informais, houve vários relatos de migração para centros urbanos.

- **Promover paz social no meio rural:** O Pe. Arnildo, conforme testemunhou em sua entrevista, informou que já havia acontecido uma tentativa de ocupação na Fazenda Macali por parte desses trabalhadores rurais sem terra. No entanto, como na época o país ainda estava sob regime de uma ditadura militar, a polícia rapidamente teria desconstruído o acampamento. Nessa segunda ocupação, a qual foi feita no dia 07 de setembro de 1979, segundo os relatos do Padre Arnildo, a atitude das mulheres em criar uma barreira com as elas próprias e as crianças em frente ao acampamento teria evitado o confronto novamente com a polícia. Por fim, não pode-se esquecer que a ocupação se originou de um conflito na área indígena de Nonoai/RS. Então, com relação a paz social no meio rural, o assentamento contribuiu sim para o fim de uma situação complicada originada de um conflito.

4.4 AS ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO DAQUELES QUE FICARAM NO ASSENTAMENTO

Como comentado anteriormente, 55% das famílias que possuíam lotes no assentamento em 1998 ainda possuem a propriedade dos mesmos. Isso representa, em números absolutos, 31 proprietários. Até o momento, a pesquisa vem trazendo uma abordagem mais aprofundada a respeito do abandono dos lotes. Então, porque não entender

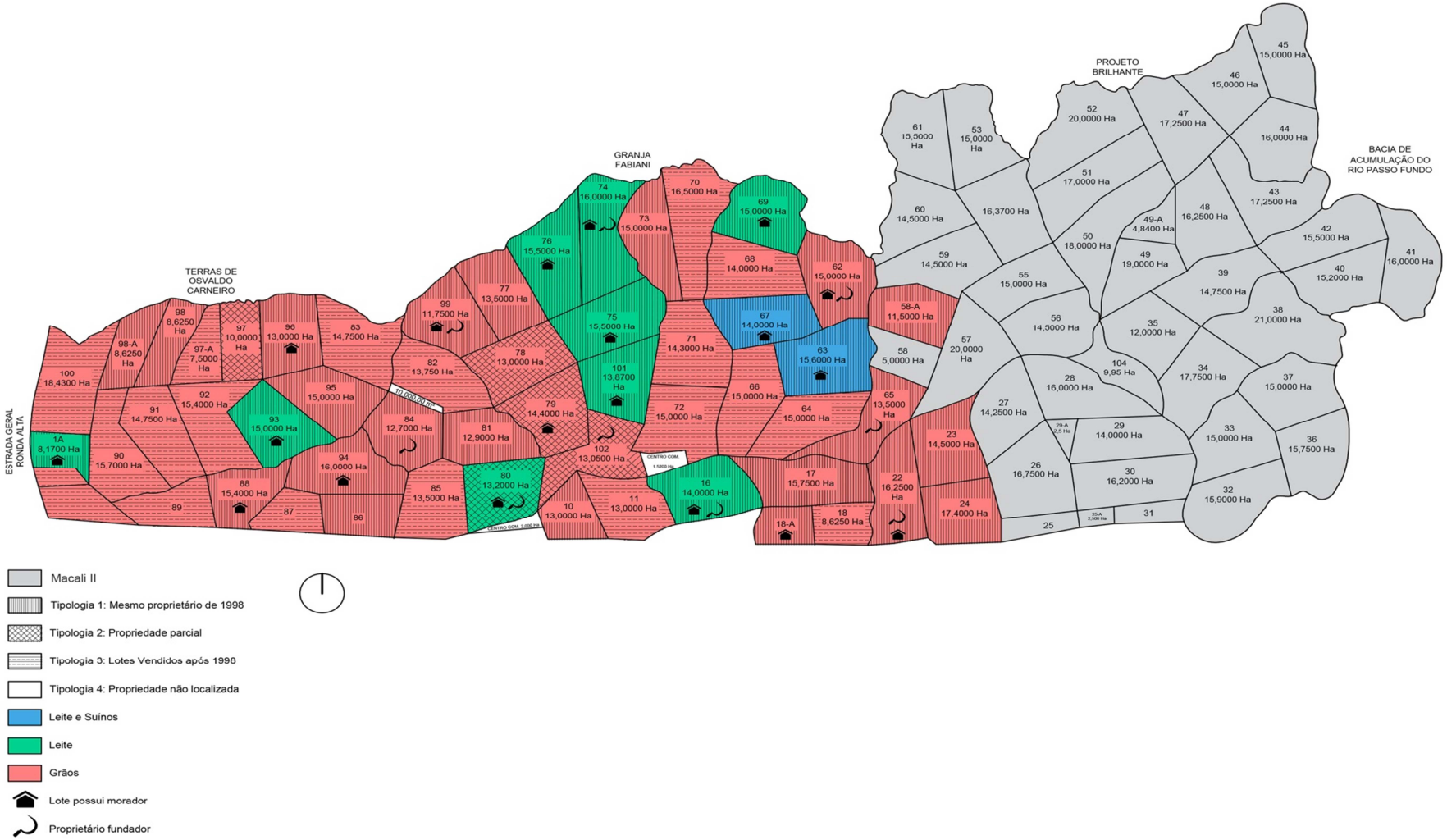
um pouco sobre as estratégias produtivas dessas famílias que permaneceram no assentamento? Para essa discussão, não existe um número expressivo de entrevistas com esses moradores remanescentes – diferente do caso dos vendedores. A discussão é elaborada em larga medida pelos dados coletados nas entrevistas com terceiros e também pelos dados coletados na EMATER. Esse ponto expõe uma fragilidade da pesquisa, pois os dados não foram coletados diretamente com as famílias e a EMATER não possuía uma amostra de dados que contemplasse todos os lotes. Por isso, optou-se apenas por focar, de forma genérica na principal cultura de cada lote.

Dessas trinta e três famílias, dezenove ainda residem no assentamento – que são as únicas residências no Assentamento. Como será melhor detalhado adiante no texto, nenhum comprador veio morar no assentamento após 1998. Dentro desse grupo de dezenove famílias estão as nove famílias que possuem como atividade principal a produção de leite, estão também as duas famílias em que a atividade principal é a produção de leite e suínos. Ou seja, os cultivos voltados a uma produção que difere da predominante, que é a produção de grãos, estão centralizados nas famílias que eram proprietárias em 1998 – portanto possuem características de agricultura familiar e ainda residem no assentamento. Com tudo, pode-se então estabelecer uma relação entre a atividade leiteira e a residência nos lotes.

Os cinco entrevistados – ex-moradores do assentamento, foram questionados a respeito de quais atividades produtivas predominante na propriedade no momento da comercialização dos lotes. Desses, quatro possuíam a produção de grãos como atividade principal. Não se pode estabelecer uma relação direta, entre as atividades, visto a temporalidade dos acontecimentos, mas pode-se supor então, que a diversificação da produção, principalmente com a atividade leiteira seria uma característica que diferencia a trajetória das famílias que permaneceram no assentamento para com as que partiram.

A Figura 8 a seguir apresenta uma tipologia dos lotes, com relação a trajetória da propriedade dos lotes e a principal atividade de cada um deles. Além disso, traz uma marca pra identificar os lotes quais possuem residência e quais pertencem a assentados fundadores.

Figura 8 – Localização dos lotes da Fazenda Macali I, conforme tipologia dos lotes



Fonte: Elaborado pela Autora com auxilio do Arquiteto e Urbaista Rafael Kalinoski (2018).

Uma primeira observação visível nesta Figura 8 é a distância entre as residências, e ai ressalta uma questão que apareceu nas respostas a respeito do futuro do Assentamento: o problema da segurança. Esse fator não foi apontado nos casos dos motivos de decisão de venda, no entanto surgiu em uma das últimas perguntas do roteiro, que tratava do futuro do Assentamento. Segundo alguns dos entrevistados, principalmente quando a aposentadoria se aproxima, existe uma probabilidade maior de ocorrer problemas de saúde, e a inexistência de vizinhos próximos, preocupa. É o que comenta do Sr. Dioraci Antunes:

> *[...] um fator que ta trazendo o homem do campo pra cidade é a questão da violência, né que isso ai, não tem, ficam lá por exemplo não tem vizinho quase, morar fica longe, ai a facilidade que tem, não pode sair deixa a casa sozinha, porque, sabe acontece lá, robom fazem e acontece, então esse fator da violência no campo ta sendo complicado, pessoal bah to com medo, to com medo, então vo deixa a terra e vim pra cidade, ai ele vem fica um tempo aqui, que nem aconteceu com nos, bom me adaptei aqui [...].*

Nesse estrato também é possível observar a estratégia de vir morar para a cidade e depois vender o lote, ela esteve presente na trajetória de três dos cinco entrevistados que venderam os lotes. Com o efeito, pode-se sinalizar uma possibilidade dos proprietários remanescentes de 1998 que não moram mais realizarem o mesmo movimento e gradualmente o processo de expansão do cultivo de grãos. A distância entre as casas também é algo notável, não são visíveis vizinhos perto, o que pode causar maior insegurança nas pessoas.

De fato, uma referência comum sobre o futuro do Assentamento, é que na visão de alguns entrevistados “vai virar granja de novo”. Mas não é só isso, eles também apontam que, dada a conjuntura atual, de oportunidades para comercialização de alimentos e diversas políticas públicas que permitem ao jovem assentado estudar, que permitem acessar financiamentos com juros baixos para modernizar a propriedade, o futuro pode ser promissor. No entanto as possibilidades de sucesso em pequenas propriedades como é o caso das que resistem na Macali, para eles, está diretamente relacionada com a diversificação da produção, como é o caso das duas propriedades, que trabalham com leite e suínos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao viajar um pouco pela história do primeiro assentamento de Reforma Agrária do Brasil – conquistado pela organização popular após a criação do Estatuto da Terra, durante esse trabalho, várias foram as observações e constatações desta pesquisa. No primeiro capítulo, uma breve introdução sobre "o que" se pretendia estudar. No segundo capítulo, então, a abordagem da trajetória histórica do assentamento, focada nos acessos a alguns recursos específicos, demostrou que, especialmente nos primeiros 20 anos, se manter no assentamento, foi um desafio. Muitos dos desafios encontrados pelas famílias assentadas caminharam em paralelo, e não podia ser diferente, com a trajetória, dos problemas do mundo rural, encontrado pelos pequenos produtores de cada época. Nesse contexto destaca-se a dificuldade de gestão dos empreendimentos, o despreparo dos assentados, com relação ao modelo de produção implantado.

Quando do início da pesquisa, se imaginava, como uma forma de hipótese talvez, que a dificuldade de acesso ao crédito, teria sido um agravante na reprodução socioeconômica das famílias. Essa ideia se sustentava, pelo fato de, a agricultura familiar, de forma geral, só ter acesso a uma linha de crédito específica com suas necessidades, após a criação do Pronaf em 1996. O que o estudo demonstrou foi que, no caso dos assentamentos, esse acesso a uma linha de crédito, com condições favoráveis ao público alvo, aconteceu ainda no início da década de 90, com o acesso ao Procera. Mesmo antes do Procera, essas famílias já haviam sido encaminhadas para o Banco do Brasil e tomado crédito pra financiar suas lavouras. Então pode-se observar que o acesso ao crédito, existiu desde os primórdios do assentamento – mesmo que em condições favoráveis apenas no início da década de 1990. No entanto, durante as análises emergiu uma nova situação nesse contexto: a dificuldade de gestão desses recursos. Talvez esse sim, um dos principais fatores que contribuíram para o abandono dos lotes, aliados também as dificuldades de adaptar-se com as novas tecnologias impostas para ele.

Não se pode esquecer também das difíceis condições das estradas e moradias que os assetados encontraram nos primeiros anos. Ao analisar esses quase quarenta anos de história, fica difícil imaginar, tamanhas dificuldades encontradas, sendo que em 2018, existe acesso asfáltico até a entrada do assentamento e as facilidades e opções para os jovens do assentamento estudarem são várias. De fato, as condições de acesso a infraestrutura, aspectos sociais abordados no capítulo II, evoluíram significativamente após 1998, quando o assentamento se tornou federal. Esse período coincidiu também com a criação e expansão do

Pronaf, com a adoção de novas tecnologias de produção, com a solidificação da produção de leite como uma alternativa para a pequena propriedade. Fica o questionamento se esses avanços não chegaram tarde, quando boa parte dos jovens já havia saído das propriedades.

A discussão sobre o destino dos jovens, e das famílias que saíram do assentamento avança especialmente no Capítulo IV. Pode-se observar que os jovens deixaram o assentamento especialmente o período anterior a 1998, entre outros motivos por falta de oportunidade e incapacidade de reprodução socioeconômica dos lotes. Então quando estudado o motivos pelos quais algumas famílias venderam os lotes após 1998, foi recorrente a falta de sucessão, e a ideia de que na cidade haviam mais oportunidades para os filhos. Nesse ponto, também esperava-se que, a valorização do preço da *commodity* soja, e os altos valores pelos quais o ha é negociado nessa região, aparecesse como um fator de motivação para vender o lote, no entanto, não foi constatado isso diretamente. Ao cruzar os resultados obtidos com os objetivos esperados no I Plano Nacional de Reforma Agrária, uma surpresa, em larga medida esses objetivos foram, de alguma forma, atingidos e podem não ter se perpetuado, mas foram atingidos de alguma forma.

O cumprimento desses objetivos tem ligação com uma observação que pode ser feita no Capítulo II. A quantidade de nove proprietários remanescentes das 66 famílias assentadas, foi um dos dados que sem dúvida, chamou mais a atenção durante a pesquisa. Essa informação se analisada junto com a trajetória histórica, emerge alguns questionamentos, sobre a questão agrária contemporânea: será que a Reforma Agrária no Brasil – como política pública- foi planejada para ser algo que perdurasse por gerações? Seria ela apenas uma forma de resolver um problema local e isolado, em um dado momento específico – como no caso da Macali? A necessidade de se criar um assentamento emergiu da população e não dos governantes, poderia ser esse um dos motivos associados a não perpetuação desses gerações no campo?

No Capitulo IV, foi a vez da uma discussão sobre o futuro desse assentamento e as culturas que predominam a produção. Ficou evidente o avanço da produção de grãos, principalmente por parte dos compradores de lotes e o leite como uma alternativa para a pequena propriedade. O futuro preocupa, quando analisado sobre a ótica da reprodução socioeconômica da agricultura familiar. Para as famílias que estão no assentamento, as alternativas são inúmeras, como produção de leite, produção de suínos, existem linhas de crédito disponíveis para modernizar a propriedade. Mais uma vez, vem aquela pergunta: será que as condições não chegaram tarde? Quando muitos já decidiram buscar por alternativas de reprodução socioeconômica. Os moradores são poucos, muitos sem sucessão na propriedade e

um fator preocupa, a falta de segurança na zona rural, com vizinhos morando longe. Adiciona-se a esse contexto, uma supervalorização das terras na região, surge então um cenário propício para comercialização dos lotes.

Por outro lado, a pesquisa apresentou algumas limitações de recursos na sua execução. Uma das principais limitações foi de tempo para coleta de dados – visto que o projeto não contava com o auxilio de outros pesquisadores, e a pesquisadora, se dividia entre o trabalho como bancária e a pesquisa. Optou-se nesse sentido por uma pesquisa qualitativa. A falta de uma base de dados mais robusta dificultou de certa forma uma análise mais profunda, em que fosse possível relacionar conexões entre os fatores de abandono dos lotes e as características da propriedade no momento da venda. Como sugestão para outros estudos, seria um acompanhamento anual das propriedades, durante os próximos anos, para com isso, poder estudar com propriedade a reprodução socioeconômica das famílias assentadas. Esse estudo poderia se estender para os demais assentamentos da região. Durante a pesquisa foi possível observar, que os fenômenos que aconteceram na Macali estão se repetindo. Especialmente no caso da Fazenda Anonni – um clássico da luta pela terra no Brasil, onde os lotes começaram a ser titulados no ano de 2017 e são visíveis e recorrentes o processo de comercialização.

Por fim, cumpre destacar que, ao longo desta pesquisa, percebeu-se que, os problemas agrários do Brasil, nunca foram poucos, nem fáceis de resolver. Na questão agrária contemporânea, o contexto muda, mas muitos dos desafios permanecem sobre como promover uma redistribuição de terras que de fato se perpetue e contribuída para diminuição das desigualdades sociais do Brasil. O Brasil possui a missão e o potencial de produzir alimentos para atender a demanda mundial cada vez mais crescente, certamente essa é uma ótima oportunidade de gerar desenvolvimento, a grande questão é: quem irá se beneficiar dessa oportunidade? Quem irá produzir esses alimentos? Poderiam ser esses assentados, que dados aos mais diversos motivos, comentados no trabalho até o momento, vários deles não encontraram formas de se perpetuar no campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e Agricultura Familiar:** Desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: UNESCO, 1998. 101 p. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001315/131546PORb.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2017.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar.** Texto trabalhado durante o 3º Módulo do Curso Regional de Formação Político-sindical da região Nordeste, 2007. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/70/f1282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar---iara-altafin---2007.pdf. Acesso em: 09 abr. 2018.

ALVES, B. J. P. Versões da Sarandi: relações entre governo e ocupação. **Revista Ruris,** v. 4, n. 2, set. 2010.

ALVES, B. J. P.; GOTLIB, J. Momentos inaugurais da reforma agrária: Brasil e África do Sul. **Revista IDeAS,** v. 3, n. 1, p. 30-53, jan./jun. 2009.

ALVES, C. T. **A Revolução Verde na mesorregião Noroeste do RS (1930-1970).** Editora Letra e Vida. Porto Alegre, 2013.

_____. **O complexo agroindustrial em Passo Fundo – 1940-1970.** Erechim: All Print Varella, 2016.

ATLAS DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA. **Nota técnica:** malha fundiária do brasil. 2017. Disponível em: <https://www.dropbox.com/sh/cvtrj35w6hzehhb/AADOhNXi7zTW5be_rO700eRqa/MalhaFundiaria_LandTenure/Metodologia_Methodology?dl=0&preview=Imaflora_AtlasAgropecu ario_Documentacao_MalhaFundiaria_vFinal.pdf. Acesso em: 05 out. 2017.

_____. **Resumo por Estado Malha Fundiaria xlsx.** 2017. Disponível em: <https://www.dropbox.com/sh/cvtrj35w6hzehhb/AADAIgoznBcC9tTB9Kmb6ij7a/MalhaFundiaria_LandTenure?dl=0&preview=Resumo_por_Estado_Malha Fundiaria_v170321.xlsx>. Acesso em: 07 out. 2017.

BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos da metodologia científica.** 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BERNSTEIN, H. African peasantries: a theoretical framework. **The Journal of Peasant Studies,** v. 6, n. 4, p. 421-443, 1979.

BIANCHINI, V. **Vinte anos do PRONAF1995-2015:** avanços e desafios. Brasília: SAF/MDA, 2015. 113 p.

BOSETTI, C. J. **Perspectivas de desenvolvimento rural em disputa no Brasil.** 2013. 408 p. Tese (Doutorado em Sociologia Política)−Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2013.

BRASIL. **Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964.** Dispões sobre o estatuto da terra e dispõe sobre outras providências. Presidência da República. Subchefia de assuntos civis. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso em: 03 jun. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 91.766 de 10 de Outubro de 1985.** Aprova o Plano Nacional de Reforma agrária PNRA, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.incra.gov. br/sites/ default/files/uploads/servicos/publicacoes/pnra/i_pnra.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2017.

_____. **Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993.** Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629. htm>. Acesso em: 07 out. 2017.

_____. **Diário Oficial, 29 de junho de 1998.** Portaria nº38. Mimeografado.

_____. **I I Plano Nacional de Reforma agrária -** Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural. 2004. Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2017.

_____. **Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 04 jun. 2017.

_____. **Decreto nº 9.309 de 15 de março de 2018.** Regulamenta a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas rurais, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/ decreto/D9309.htm>. Acesso em: 24 jul. 2018.

BRUM, A. L.; RAMOS, L. H.; WIECZOREK, G. A economia do leite em propriedades rurais gaúchas: o caso do município de redentora. **Revista de Administração e Contabilidade – CNECEdigraf,** ano 14, n. 27, p. 181-202, jan./jun. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/ Paula%20Regina/Downloads/353-1176-1-PB.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2018.

BUAINAIN, A. M.; FILHO, H. M. de S. A política agrícola no Brasil: evolução dos principais instrumentos. In: BATALHA, M. A. et al. **Gestão Agroindustrial.** 5. ed. Editora Atlas. São Paulo, 2009.

CANIELLO, M.; DUQUÉ, G. Agrovila ou Casa no Lote: A Questão da Moradia nos Assentamentos da Reforma Agrária no Cariri Paraibano. **Revista Econômica do Nordeste,** Fortaleza, v. 37, n. 4, out./dez. 2006.

CARDOSO, P, O. **O desafio da reprodução socioeconômica nos (re)assentamentos Rurais: velhos problemas e novos conflitos.** 2013. 138 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural)−Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, MG, 2013.

CARNEIRO, J. M.; MALUF, R. S. Multifuncionalidade da Agricultura Familiar. In: FILHO, F. B. B. (Org.). **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial** – Contribuições ao Debate. Brasília – DF. UNB: 2005. Disponível em: http://cursa.ihmc.us/rid=1188901167133_996607957_8434/LIVRO_FINAL.pdf#page=43. Acesso em: 20 mai. 2018.

CARNEIRO, P. A. S. “A unidade de produção familiar e os enfoques teóricos clássicos”. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária,** v. 4, n. 8, p. 52-66, 2009.

CARVALHO, L. H. A concentração fundiária e as políticas agrárias governamentais recentes. **Revista IDeAS,** v. 4, n. 2, p. 395-428, 2010. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4059810>. Acesso em: 04 ago. 2018.

CASALLI, J. A. **Memórias de Brizola:** o guerreiro do povo brasileiro. Gráfica São Cristóvão. Erechim: p. 288, 2005.

CASTRO, E. G. de. **Entre ficar e sair:** uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. 2005. 444 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional)−Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2005.

CAVALCANTE, J. L. A lei de terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do estado sobre a terra. **Revista Histórica,** São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia02/LeideTe rra.pdf>. Acesso em: 14 out. 2017.

CELOS, J. F. **O direito enquanto práxis contra hegemônica e a luta pela terra na perspectiva dos movimentos sociais populares.** 2007. 207 p. Dissertação (Mestrado em Direito)−Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2007.

CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **PIB do agronegócio brasileiro de 1996 a 2018.** Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 28 jul. 2018.

CORDEIRO, M. S. S. Jovens na reforma agrária: perspectiva intergeracional e lógicas de sucessão no assentamento Novo Horizonte/ Campos dos Goytacazes – RJ. **Revista IDeAS,** v. 3, n. especial, p. 544-563, 2009. Disponível em: <http://cdsa.aacademica.org/000-062/1761.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2017.

CORONEL, D. A.; ILHA, A. da S.; LEONARDI, A. Os movimentos sociais do campo no Rio Grande do Sul e a reforma agrária: do Master ao MST. **Revista Perspectivas Contemporâneas.** Campo Mourão, v. 4, n. 2, p. 03-22, ago./dez. 2009. Disponível em: <http://revista.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas/article/view/610>. Acesso em: 24 jul. 2017.

COSTA, F. L. M.; RALISCH, R. A juventude rural do assentamento Florestan Fernandes no município de Florestópolis (PR). **Revista de Economia e Sociologia Rural,** v. 51, n. 3, p. 415-432, 2013.

CRIXEL, G. B. da R. **Estratégias de reprodução socioeconômica dos agricultores familiares do município de Quarai/RS.** 2011. 81 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural)−Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Quarai, RS, 2011.

CURIONI, A. S. **A configuração do êxodo rural no assentamento Santa Rosa II – em Abelardo Luz SC:** uma análise em construção 1986/2008. 2009. 152 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)−Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009.

DELGADO, G. C. **Do "capital financeiro na agricultura" à economia do agronegócio:** mudanças cíclicas em meio século (1965 – 2012). Porto Alegre: Editora UFGRS, 2012. 144 p.

DICKEL, S. L. **Função social da propriedade da terra no processo de desapropriação da Fazenda Annoni (1972-1993).** 2016. 145 p. Dissertação (Mestrado em História)−Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2016.

DRUZIAN, F.; MEURER, A. C. Escola do campo multisseriada: experiência docente. **Geografia Ensino & Pesquisa,** v. 17, n. 2, maio./ago. 2013. Disponível em: https:// periodicos.ufsm.br/geografia/article/download/10777/pdf. Acesso em: 16 mai. 2018.

EMBRAPA TRIGO. **História.** 1974. Disponível em: <https://www.embrapa.br/trigo/ historia>. Acesso em: 18 jan. 2018.

ESMERALDO, G. G. S. L. Lutas de Mulheres Sem Terra para a afirmação de novas subjetividades. **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia,** Sociedade Brasileira da Sociologia, Recife-PE, de 29 de maio a 01 de junho de 2007. Disponível em: http://www. sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=148& Itemid=170. Acesso em: 13 mai. 2018.

FAO. **The State of Food and Agriculture.** Rome, 2014.

FAO-INCRA. "Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável". 2 ed. **Resumo do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036,** Brasília: mimeo. 1995.

FAOSTAT. **Countries by commodity 2016.** Disponível em: <http://www.fao.org/faostat/ en/#rankings/countries_by_commodity>. Acesso em: 28 jul. 2018.

FEBRAPDP. Federação Brasileira de Plantio Direto e Irrigação. **O que é sistema plantio direto?** 2018. Disponível em: <https://febrapdp.org.br/sistema-plantio-direto-o-que-e>. Acesso em: 16 mai. 2018.

FGV. **Texto temático: Confederação nacional dos trabalhadores na agricultura (CONTAG).** 1979. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/confederacao-nacional-dos-trabalhadores-na-agricultura-contag>. Acesso em: 13 ago. 2018.

FRANÇA, C. G. de; GROSSI, M. E. del; MARQUES, V. P. M. de A. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil.** Brasília. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009. Disponível em: <http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/agro/dwn/Censo Agropecuario.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2017.'

FRANCIS, P. C. Os programas de créditos para os assentamentos rurais - o estudo de caso do Dorcelina Folador (Arapongas – PR.) **Revista Geografar,** Curitiba, v. 4, n. 1, p. 78-97, 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/Paula%20Regina/Downloads/14429-48792-1- PB.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2016.

FRIEDMANN, H. "World Market, State and Family Farm: Social Bases of Household Production in the Era ofWage Labor". **Comparative Studies in Society and History,** v. 20, n. 4, p. 545-586, oct. 1978. Publishedby: Cambridge University Press.

GARCIA JR, A. R.; HEREDIA, B. A. Campesinato, família e diversidade de explorações. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (Org.). **Diversidade do campesinato:** expressões e categorias. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. São Paulo: Editora UNESP, DF: Brasília, 2009. 331 p.

GEHLEN, I. **Uma Estratégia Camponesa de Conquista da Terra e o Estado:** O Caso da Fazenda Sarandi. Dissertação de mestrado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 1983.

GOES, V. da S. **Entre cruzes e bandeiras: a Igreja Católica e os conflitos agrários no norte do Rio Grande do Sul (1960 – 2009).** 2010. 148 p. Dissertação (Mestrado em História)−Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2010.

GOOGLE EARTH PRO. **Data das imagens:07/04/2017, 27º55”12.42”S 52º46”07.05”O elev 674 m, altitude do ponto de visão 1.48 KM.**

GOOGLE MAPS. **Rota Ronda Alta até a sede do Assentamento Macali I.** 2018. Disponível em: <https://www.google.com/maps/dir/-27.9141361,-52.7389122/-27.7910288,-52. 8008989/@-27.8573444,-52.817902,12z/data=!4m2!4m1!3e0>. Acesso em: 02 mai. 2018.

_____. **Trajeto Ronda Alta a Porto Alegre.** 2017. Disponível em: <https://www.google. com.br/maps/dir/Ronda+Alta+-+RS/Porto+Alegre,+RS/@-28.9093853,-53.0913366,8z/data =!3m1!4b1!4m13!4m12!1m5!1m1!1s0x94fcc9925694b8af:0xa6b562382c760081!2 m2!1d-52.7670021!2d-27.7934026!1m5!1m1!1s0x95199cd2566acb1d:0x603111a89f87e91f !2m2!1 d-51.2176584!2d-30.0346471>. Acesso em: 28 mai. 2017.

_____. **Trajeto Sementes Falcão UBS Sarandi/RS – Passo Fundo/RS.** 2018. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/dir/Passo+Fundo,+RS/Sementes+ Falc%C3%A3o+-+UBS,+Sarandi+-+RS/@-28.0872845,-52.7313973,11z/data=!3m1!4b1!4m14!4m13!1m5! 1m1!1s0x94e2bf7ecbc632df:0x8370fe5f6 0075c2b!2m2!1d-52.409 6248!2d-28.2580547!1m 5!1m1!1s0x94fcd23e76302f57:0x9d86aa410d7150ed!2m2!1d- 52.772312!2d-27.917221!3e0 ?dcr=0>. Acesso em: 14 jan. 2018.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Agricultura e Abastecimento. **GS/JGS/ABC/0616/98. Ofício ao Superintendente Regional do Incra.** Porto Alegre, RS 19 de maio de 1998. Mimeografado.

GUANZIROLI, C. E.; CARDIM, S. E. de C. S. **Novo Retrato da Agricultura Familiar** - O Brasil Redescoberto. Projeto de Cooperação Técnica INCRA e FAO. Brasília, DF. 2000. Disponível em: <http://www.uenf.br/Uenf/Downloads/AGRONOMIA_1271_10954264 09.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.

HOFFMANN, R.; NEY, M. G. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil** - Grandes regiões e unidades da federação (de 1970 a 2008). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/ sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-4001789-487363-lt_Estrutura_Fundiria_e_-5942 02.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e a situação do domicílio** - 1960/2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>. Acesso em: 24 out. 2017.

_____. **Rio Grande do Sul, Ronda Alta, síntese de informações.** 2017. Disponível em: http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas. php?lang=&codmun=431610&idtema=16&searc h=||s%EDntese-das-informa%E7%F5es. Acesso em: 28 mai. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais – SIS.** Arranjos domiciliares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal domiciliar per capita, com indicação do coeficiente de variação, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e os Municípios das Capitais, 2016. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/educacao/9221-sintese-de- indicadores-sociais.html?=&t=resultados>. Acesso em: 30 jul. 2018.

IFRS. Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Campus Sertão. **O campus.** 2017. Disponível em: http://www.sertao.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=4. Acesso em: 18 jan. 2018.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Famílias assentadas histórico até 2016.** Disponível em: <http://www.incra.gov.br/tree/info/file/11934>. Acesso em: 23 out. 2017.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Famílias Assentadas.** ano. Disponível em: http://www.incra.gov.br/tree/info/file/9608. Acesso em: 11 jun. 2017.

_____. **Histórico do Incra.** Ano. Disponível em: http://www.incra.gov.br/historico-do-incra. Acesso em: 12 out. 2017.

_____. **Ofício nº212 de 1992.**

_____. **Projeto de assentamento: Macali I. Proposta de aprovação do projeto.** Porto Alegre, 11 de maio de 1998. Mimeografado.

_____. **Relação de Beneficiários do Programa Nacional da reforma agrária**. **Ano.** Disponível em: <http://www.incra.gov. br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/rela-o-de-benefici-rios-rb- da-reforma-agr-ria/sr- 11_rs_0.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2017.

_____. **Sistema nacional de cadastro rural índices básicos de 2013.** Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/ default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/ indices_basicos_2013_por_municipio.pdf>. Acesso em: 08 out. 2017.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **II PNERA Relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária.** Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/pronera/ii-pesquisa-nacional-de-educa-o-na-reforma-agr-ria-pnera---jun-2015/pnera-2pesquisa-educa-reforma-agraria.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2016.

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S. M.“A estrutura da produção do campo em 1980”. **São Paulo em Perspectiva,** n. 12-13, p. 55-72, 1989-1990.

KAUTSKY, K. **A questão agrária.** São Paulo: Editora Nova Cultural, 1986.

LANDAU, E. C. et al. **Variação geográfica do tamanho dos módulos fiscais no Brasil.** Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2012.

LENIN, V. I. **Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América.** São Paulo: Editora Brasil Debates, 1980.

LENIN, V. I. **El desarrollo del capitalismo en Rusia.** Moscou: Editorial Progresso, 1981.

LIMA, F. A. X. et al. A reprodução socioeconômica na Agricultura Familiar: Uma análise da pecuária extensiva na Capela do Caravágio/RS. **Redes,** v. 20, n. 3, p. 94-118, 2015.

LODOSKY, M. H. G.; RODRIGUES, I. J. **Paradoxos do sindicalismo brasileiro: a CUT e os trabalhadores rurais.** Lua Nova, São Paulo, v. 95, p. 87-142, 2015.

MA/SDR/DATER. **Manual operacional do PRONAF.** Brasília, 1996.

MAGALHÃES, A.; RENATA, G. **Incra restringe recursos para assentamentos rurais.** Folha de São Paulo. São Paulo, 04 out. 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/10/1924119-incra-restringe-recursos-para-assentamentos-rurais.shtml>. Acesso em: 23 out. 2017.

MANN, S. A.; DICKINSON, J. M. "Obstacles to the development of a capitalistagriculture".**The JournalofPeasantStudies,** v. 5, p. 4, jul. 1978.

MARCON, T. **Acampamento Natalino:** história da luta pela reforma agrária. EDIUPF, Universidade de Passo Fundo, 1997.

MARTINS, J. de S. **O Cativeiro da Terra.** Editora: Hucitec, p. 157, 1986.

MASCARENHAS, S. A. et al. **Metodologia Científica.** São Paulo, Pearson Education do Brasil, 2012.

MEDEIROS, M. D. **A escola rural e o desafio da docência em classes multisseriadas:** o caso do Seridó nortegriograndense. 2010. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação)−Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2010. Disponível em: <https:// repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/14437/1/MariaDM_DISSERT.pdf.>. Acesso em: 16 mai. 2018.

MELLO, P. F. **Evasão e rotatividade em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul.** 2006. 228 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural)−Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2006.

MEMORIAL DA DEMOCRÁCIA. **1984 21-24 de Janeiro Das lutas pela terra, nasce o MST.** Organização nacional dos sem-terra impulsiona luta por reforma agrária. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/a-criacao-do-mst>. Acesso em: 13 ago. 2018.

MESGRAVIS, L. **História do Brasil Colônia.** São Paulo: Contexto, 2015.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular. 2001. 256 p.

NAVARRO, Z.; MORAES, M. S.; MENEZES, R. Pequena História dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento**.** In: MEDEIROS, L. S. de; LEITE, S. et al. **A formação do assentamentos rurais no Brasil** – Processos sociais e políticas públicas. 2 ed. Porto Alegre, RS. Editora UFGRS, 2009.

NEDER, H. D. Trabalho e pobreza rural no brasil. In: BUAINAIN, A. M. et al. **O mundo rural no Brasil do século 21:** formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014.

NEUMAN, S. P.; FERREIA, P. E. R.; SCARIOT, A. **Trajetória da apropriação do espaço agrário e estratégias de sustentabilidade na cooperativa deprodução agropecuária cascata (cooptar).** Ano. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/43.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2018.

OLIVEIRA, A. U. de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Revista Estudos Avançados,** São Paulo, v. 15, n. 43, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300015&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 11 jun. 2017.

PALMEIRA, M. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos Avançados,** São Paulo, v. 3, n. 7, sept./dec. 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000300006>. Acesso em: 24 out. 2017.

PASQUETTI, L. A. **Terra Ocupada: identidades reconstruídas 1984 -2004.** 2007. 325 p. Tese (Doutorado em História)− Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.

PICOLOTTO, E. L. A emergência dos" agricultores familiares" como sujeitos de direitos na trajetória do sindicalismo rural brasileiro. **Mundo agrario,** v. 9, n. 18, p. 00-00, 2009.

_____. **As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. 2011. 289 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)−Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2011.

PRIORI, Â. Resenhas" Cunha, Paulo Ribeiro (Org.). O camponês e a história: a construção da Ultaba e a fundação da Contag nas memórias" de Lyndolpho Silva. **Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História,** v. 10, n. 1, p. 183-186, 2006. Universidade Estadual de Maringá. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/3055/305526864014.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2018.

REZENDE, G. C de. **Programa de crédito especial para reforma agrária (procera):** institucionalidade, subsídio e eficácia. Texto para discussão IPEA. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/ TDs/td_0648.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2018.

RÜCKERT, A. A. **Metamorfoses do Território:** a agricultura de trigo/soja no Planalto Médio rio-grandense, 1930/1990. Porto Alegre/RS, Editora UFGRS, 2003.

SABOURIN, E; TEIXEIRA, O. A. **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais:** Conceitos, controvérsias e experiências. Petrolina: EMBRAPA, 2002.

SANTOS, J. V. **Os Colonos do vinho:** Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista brasileira de ciências sociais,** v. 18, n. 51, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbcsoc/v18n51/15988.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2017.

_____. Reflexões sobre diversificação e diversidade: Agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **Ruris,** v. 4, n. 1, mar. 2010. Disponível em: http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/sergio-schneider/schneider-s-reflexoes-sobre-diversidade-e-diversificacao-agricultura-formas-familiares-e- desenvolvimento-rural-ruris-v-4-n-1-p-85-131-marco-2010. Acesso em: 13 out. 2017.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural.** Porto Alegre, p. 21-50, 2004.

SCHU, D. H. **Mst: um movimento campesino?** XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires, 2009. Disponível em: <http://cdsa.aacademica.org/000-062/2190.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2017.

SILVA, J. F. G. da. et al. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira.** São Paulo: HUCITEC, 1978.

SILVA, J. F. G. da. **Modernização dolorosa.** Rio de Janeiro. Zahar: 1982.

_____. O novo rural brasileiro. **Revista Nova Economia.** Belo Horizonte, 1997. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/O_novo_rural_brasileiro.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2017.

_____. **O que é Questão Agrária.** 4. ed. Editora: Brasiliese, 1981.

_____. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981. Economia & Planejamento. Série Teses e Pesquisas

SOUZA, B. L. de. **A reprodução social dos assentamentos da reforma agrária:** os desafios e perspectivas dos jovens do assentamento Reunidas em Promissão/SP. 2016. 121 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe)−Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2016.

SOUZA, J. M. de. Brasil Colônia. **Economia brasileira.** Editora Pearson. São Paulo, 2009.

STÉDILE, J. P. O MST e a questão agrária**. Revista Estudos Avançados.** São Paulo, v. 11, n. 31, set./dec. 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-401419970 00300005&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 13 jun. 2018.

TEDESCO, J. C. **Conflitos Agrários no Norte Gaúcho:** Indígenas, Negros e Agricultores. XII Encontro Estadual de História ANPUH/RS. São Leopoldo, 2014.

_____. O “Conflito de Nonoai”: Um marco na história das lutas pela terra no Rio Grande do Sul – 1978-1982. SAECULUM – **Revista de História,** João Pessoa, jan./jun. 2012.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. **Compendio de estadísticas relativas al analfabetismo,** Edición de 1995. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001128/112873so.pdf. Acesso em: 24 out. 2016.

UPF. Universidade de Passo Fundo. **Depoimentos e ex-alunos.** 2017. Disponível em: <http://sempreupf.upf.br/?page_id=43>. Acesso em: 18 jan. 2018.

VERGOPOULOS, K. "Capitalismo disforme (o caso da agricultura no capitalismo)". In: AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VILELA, D. et al. A evolução do leite no Brasil em cinco décadas. **Revista Política Agrícola,** ano XXVI, n. 1, jan./fev./mar. 2017.

WANDERLEY, M. de N. B. **O camponês:** um trabalhador para o capital. In: Cadernos de Ciência & Tecnologia. Brasília: Embrapa. v. 2, p. 1, jan./abr. 1985. Disponível em: http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/9248/5282. Acesso em: 25 maio 2018.

_____. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** XX encontro anual da anpocs. Gt17. Processos sociais agrários caxambu, MG. out. 1996.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas,** v. 3, p. 21-55, 1999.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS I

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM: RICIERI PITO – MORADOR DO ASSENTAMENTO; ORILDE CRISTÓLFI SCHIMITZ – MORADORA DO ASSENTAMENTO; FLADIMIR ZORZI – EX- TÉCNICO DA EMATER; PE. ARNILDO FRITZEN – PAROCO DE RONDA ALTA/RS EM 1979

Objetivo da entrevista: Analisar a trajetória histórica e os principais acontecimentos ao longo do processo de assentamento.

Nome:_____ Qualificação:_____ Idade:_____

Local: _____ Data:_____

Material de apoio:	
07/09/1979 Acampamento — 29/06/1998 Assentamento Federal 50 60 70 80 90 00 10	
Entrevista:	
Bloco 1 - Antes do Acampamento	Bloco 2 - Após o acampamento
1)Como as famílias se conheceram e se organizaram para construir o acampamento? 2)De que região do estado vinham essas famílias? 3) Em qual atividade essas famílias trabalhavam antes do assentamento? 4) Qual os principais motivos (fatores), levaram as famílias a acampar? 5) Quanto tempo as famílias ficaram acampadas até receber um lote? 6) Como os lotes foram escolhidos e distribuídos?	1)Havia alguma benfeitoria nos lotes? Como foi quando as famílias se instalaram? Para construir as casas? 2) As primeiras lavouras, o que era plantado? E as máquinas, da onde vinha recurso? 3) Havia cooperação entre as famílias para produzir? 4) Como foi o acesso a Infraestrutura e serviços Saúde – Educação – Transporte – Energia Elétrica – Ass. Técnica – Crédito (Procera e Pronaf) 4) Em 1994 a maioria dos lotes foi escriturado. Mas e antes da escritura, como era a negociação dos lotes. 5) Evolução dos processos produtivos. 6) Acontecimentos que julga importante ao longo da trajetória do assentamento

7) Dos assentados que estavam no assentamento em 1998, quais desses são fundadores, compradores, ou fizeram permuta? (F) Fundadores - (C) Compradores – (P) Permuta

Nome do assentado		Jairo Luiz Stivanin		Valdir João Debona	
Adão Alves		Jandir Salvatori		Valdomiro de Souza	
Ademir Carlos Debona		João Altemio Cesario Flor		Vanderlei José Grando	
Adenir Luiz Marcon		Jorge da Silva Cavalheiro		Vilson Ivo Cottica	
Alceu Celso Gobbi		José Lécio Brachak		Vilson José Mariano	
Angelo Cesaro Flores		Josemar Baldi		Zinho Gobbi	
Angelo Guez		Jovina Cassenotte de Souza			
Anselmo Antonio Baldi		Jovir Antonio Cantoni			
Armando Ribeiro da Silva		Lauro Rufino Pinheiro			
Clara Tabaczinnski		Leoclides Pinheiro			
Cladimir Leão Almeida		Leodir Lasta			
Claudino Scariot		Liberato Flor da Silva Caraça			
Claudio Luiz Maccari		Marcelino Jorge Schio			
Cristiano Rufino Ribeiro		Mauro Cezar Pinheiro			
Darci Soares		Miguel Pitol			
Deoclides Scariot		Nadir Ribeiro da Silva			
Dercio Paulo Junges		Nelson Luiz Grando			
Dioraci Antunes		Orides José Pastorio			
Edemar Alecio Elicher		Orilde Cristofoli Schmitz			
Eduardo Tauchert		Oscar Inácio Fornari/ Tânia Maria Fornari			
Gersi de Carli		Ricieri Pitol			
Idilio José Zamarchi		Rivadavio de Vargas			
Isidoro de Assis Vieira dos Santos		Rudimar Leão de Almeida			
Ivo Barrichelo		Rui Macari			
Ivo Kleber		Selvino Carboni			
Jair Costa da Silveira		Valdemar Sterlick			

Autorização

Eu _____, autorizo a utilização dos depoimentos gravados no dia _____, para fins da pesquisa acadêmica intitulada A (DES)CONTINUIDADE NA REPRODUÇÃO SOCIOECONOMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO NOROESTE GAÚCHO: A TRAJETÓRIA DO ASSENTAMENTO MACALI I – RONDA ATLA/RS – 1998 A 2017.

Local e data _____

_____

Assinatura

APÊNDICE B – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS II

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS EX-MORADORES: ROSEMERI DALL AGNOL; DIORACI ANTUNES; JOVILDE MARIA LASTA; MARIA CRISTINA MARCON; IVO BARRICHELO

PROJETO DE PESQUISA: REFORMA AGRÁRIA E (DES) CONTINUIDADE NA REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR: A TRAJETÓRIA DO ASSENTAMENTO MACALI I EM RONDA ALTA/RS

Objetivo da entrevista : apontar os principais fatores que motivaram a permanência/abandono dos lotes no assentamento Macali I.

Bloco 1 – Perguntas genéricas
Nome: _____ Idade:_____
Local: _____ Data:_____ Qualificação do entrevistado:
1) História de vida no assentamento Macali I. QUANDO E COMO FOI MORAR NO ASSENTAMENTO - PRODUÇÃO – FILHOS – CONQUISTAS – DIFICULDADES
Bloco 2 – Permanência x Abandono **Saíram do assentamento** 2) Quando saiu? 3) Qual a atual atividade? 4) Quais foram os fatores que influenciaram a tomada de decisão da venda? Ou porque você vendeu o lote? 5) O que vocês produziam quando venderam o lote? 6) Como você vê o futuro do assentamento? Bate-papo sobre os moradores e suas trajetória.

Autorização

Eu _____, autorizo a utilização dos depoimentos gravados no dia _____, para fins da pesquisa acadêmica intitulada A (DES)CONTINUIDADE NA REPRODUÇÃO SOCIOECONOMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO NOROESTE GAÚCHO: A TRAJETÓRIA DO ASSENTAMENTO MACALI I – RONDA ATLA (RS) – 1998 A 2017.

Local e data _____

_____

Assinatura

APÊNDICE C – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS III

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM MARLI TERESINHA BERNARDI – EXTENSIONISTA DA EMATER; IVO BARRICHELO – EX- MORADOR

ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS

PROJETO DE PESQUISA: REFORMA AGRÁRIA E (DES) CONTINUIDADE NA REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR: A TRAJETÓRIA DO ASSENTAMENTO MACALI I EM RONDA ALTA/RS

Objetivo da entrevista: identificar as características de utilização do solo, serviços de apoio, aspectos sociais e econômicos do assentamento e o perfil dos compradores

1. Características dos compradores:

Vendedor	**Proprietário em 2017**	**Grande produtor**	**Mora no lote**	**Principal atividade**
Adão Alves -Angelo Guez - Armando Ribeiro da Silva - Idilio José Zamarchi	Claudio Luis Macari			
Adão Alves	Mauro Antonio Serafini			
Adenir Luiz Marcon	Ivo Antonio Fornari			
Alceu Celso Gobbi	Gersi De Carli			
Alceu Celso Gobbi	Ataides Serafin			
Angelo Cesaro Flores	Agostinho Pitol			
Angelo Guez	Antonio V. Pereira			
Angelo Guez	Delei Luiz Carboni			
Anselmo Antonio Baldi	Valdir João Debona			
Clara Tabaczinnski	Valair Antonio de Carli			
Cladimir Leão Almeida	Amandio Artur Schiling			
Darci Soares	Miguel Pitol			
Deoclides Scariot	Antenor Faccenda			
Dercio Paulo Junges	Theodorus Hubertus Souithlie			
Dioraci Antunes	Sergio Luiz Piva			
Ivo Barrichelo	Dirceu José Bedin			
Jair Costa da Silveira	Oleoplan			
Jair Costa da Silveira	Priscila Grando			
Jandir Salvatori	Elcio Carlot			
Jandir Salvatori	Tais Serafin			
Josemar Baldi	Joacir Fornari			
Jovina Cassenotte de Souza	Diomar de Souza			
Leodir Lasta	Joelcir Scorsatto			

Liberato da Silva Caraça	Volmar Maiavard			
Marcelino Jorge Schio	Volmar Antonio Domenico			
Valdomiro de Souza	Reinaldo Antunes			

2. Características dos proprietários remanescentes de 1998.

Nome do proprietário	**Mora no lote**	**Principal atividade**	**Produção para subsistência**	**Tipo de moradia**
Propriedade total				
Ademir Carlos Debona				
Claudino Scariot				
Claudio Luiz Maccari				
Cristiano Rufino Ribeiro				
Edemar Alecio Elicher				
Eduardo Tauchert				
Gersi de Carli				
Ivo Kleber				
Jairo Luiz Stivanin				
João Altemio Cesario Flor				
Jorge da Silva Cavalheiro				
José Lécio Brachak				
Jovir Antonio Cantoni				
Lauro Rufino Pinheiro				
Leoclides Pinheiro				
Mauro Cezar Pinheiro				
Miguel Pitol				
Nadir Ribeiro da Silva				
Nelson Luiz Grando				
Orides José Pastorio				
Orilde Cristofoli Schmitz				
Oscar Inácio Fornari				
Ricieri Pitol				
Rivadavio de Vargas				
Rudimar Leão de Almeida				
Rui Maccari				
Selvino Carboni				
Valdir João Debona				
Vanderlei José Grando				
Vilson Ivo Cottica				
Vilson José Mariano				
Propriedade parcial				
Armando Ribeiro da Silva - C. Macari				
Cladimir Leão Almeida - Armando Shiling				
Idilio José Zamarchi - C. Macari				

Jovina Cassenotte de Souza- Filho				
Não encontrado				
Isidoro de Assis Vieira dos Santos				
Valdemar Sterlick				

3. Condições de acesso á:

Estradas:
Centro comunitário:
Energia Elétrica:
Água:
Internet:
Assistência técnica:
Canais de comercialização:
Acesso à educação:
Acesso a saúde

4. Existe potencial para outras explorações agropecuárias na área?

APÊNDICE D – PLANILHA *MS EXCEL* PARA COLETA DE DADOS NO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Objetivo: fornecer subsídio para identificar as diferentes trajetórias socioeconômicas das famílias que compõem o assentamento com relação ao lote recebido relação a propriedade do lote a partir de 1998

Nome do assentado Cnf. lista do INCRA	Nº Mat.	Nº lote	Área (há)	1º proprietário	Ano transf. do Estado	Valor pago ao estado	Proprietário em 2017	Atual proprietário	Ano da venda	Valor da venda	Valor 1º Venda	Obs